



Universidade do Minho
Instituto de Estudos da Criança

António Jorge Simões Dantas

**A Intervenção Autárquica na Motricidade Infantil
e na Expressão e Educação Físico Motora**

Estudo Descritivo dos Municípios da Sub-Região Minho Lima



Universidade do Minho
Instituto de Estudos da Criança

António Jorge Simões Dantas

**A Intervenção Autárquica na Motricidade Infantil
e na Expressão e Educação Físico Motora**

Estudo Descritivo dos Municípios da Sub-Região Minho Lima

Tese de Mestrado em Estudos da Criança – Especialização
em Educação Física e Lazer

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Beatriz Ferreira de Oliveira Pereira

DECLARAÇÃO

Nome: ANTÓNIO JORGE SIMÕES DANTAS

Endereço Electrónico: jorgedantas@ese.ipv.pt **Telefone:** 962 001 986 / 934 289 046

N.º do Bilhete de Identidade: 9514845

Título da Tese de Mestrado:

A Intervenção Autárquica na Motricidade Infantil e na Expressão e Educação Físico Motora

Orientadora:

Professora Doutora Maria Beatriz Ferreira de Oliveira Pereira

Ano de conclusão: 2005

Designação do Mestrado:

Mestrado em Estudos da Criança – Especialização em Educação Física e Lazer

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, / /

Assinatura: _____

Dedicatória

À minha filha Clara, e
muito em especial à
minha esposa, Celeste.

AGRADECIMENTOS

No fim de mais uma fase da nossa formação gostaríamos de destacar a disponibilidade e a valiosíssima orientação prestada pela Professora Doutora Beatriz Pereira.

Ao Professor Doutor Pedro Sarmento pela bibliografia disponibilizada.

A todos os que em cada uma das autarquias, vereadores, responsáveis pelos pelouros da educação e do desporto, se disponibilizaram.

Ao colega António Ferrão pela sua disponibilidade e colaboração em tudo o que lhe foi solicitado.

Aos colegas do Departamento de Motricidade Humana pelos seus conhecimentos e muitas vezes pela sua paciência.

Aos amigos pelo apoio prestado.

À família por tudo o que poderíamos ter feito e não fizemos, pela espera, pela paciência e apoio nas horas difíceis.

A todos um muito obrigado.

RESUMO

Em pleno século XXI ainda existem crianças, que por muitos motivos, não realizam actividades físicas e desportivas de uma forma regular e devidamente regulada, embora estejam em idades onde essa componente é absolutamente primordial por variadíssimas razões.

Dentro do quadro legal vigente as Câmaras Municipais detêm uma enorme responsabilidade para que os programas do 1º ciclo do ensino básico e as orientações curriculares no ensino pré-escolar sejam cumpridas também no que diz respeito à Expressão e Educação Físico Motora e às sessões de Motricidade Infantil.

Assim com este estudo pretendemos identificar as formas de intervenção das Autarquias da Região Norte, Minho Lima (NUTS III), no processo de desenvolvimento de actividades físicas e desportivas nos Jardins-de-infância, nas Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como saber quais as formas de fomento às práticas físicas das crianças que frequentam estes níveis de ensino, para os anos lectivos de 2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004.

De forma a concretizar este objectivo foi necessário saber qual é a sua participação relativamente às actividades curriculares e de complemento curricular, às instalações, aos transportes, conhecer as estruturas organizacionais camarárias para a educação e para o desporto bem como saber da existência ou não de um Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal.

O universo que se pretende analisar é coincidente com a amostra para este estudo, estando circunscrita às dez Autarquias da região NUTS III, do Minho Lima.

Como fonte principal de recolha de informação foi seleccionado o inquérito por questionário.

Os dados referentes à aplicação do inquérito por questionário às 10 autarquias que pertencem à área corresponde ao NUTS III, do Minho Lima foram, como será evidente, um grande contributo para esta investigação, mas se não referíssemos a importância dos contactos havidos com todos os representantes dos municípios, desde vereadores a técnicos desportivos, não seria feita a devida justiça.

Após o apuramento dos resultados realizamos uma análise e discussão, essencial para as conclusões a que chegamos, apoiados pelas informações recolhidas na revisão bibliográfica.

Concluimos que a maioria das autarquias tem Pelouros da Educação e Desporto estruturados, tendo no entanto poucos recursos existindo apenas uma autarquia com Plano de Desenvolvimento desportivo Municipal.

A maioria das autarquias por nós estudadas apresentam um programa específico para o desenvolvimento das actividades físicas e desportivas para o 1º ciclo do ensino básico, facto que não acontece com o ensino pré-escolar.

As autarquias prestam apoio a associações e clubes desportivos especificamente para a formação desportiva, organizam actividades desportivas e criaram espaços desportivos informais.

Existe a necessidade das autarquias definirem objectivos a longo prazo, serem apetrechadas de recursos e efectivarem uma articulação com todos os intervenientes da área da educação e do desporto, para que o trabalho nestas áreas essenciais de desenvolvimento seja positivo.

Palavras-chave: educação, desporto, autarquias, escolas, espaços.

ABSTRACT

At the beginning of the 21st century we can still find many children who, for whatever reason, are not involved in any form of organized sports, although these are today highly recognized as essential for healthy youth development.

The present Portuguese legislative system, City Councils have a great responsibility for the implementation of Physical Education and Movement curricula in pre- and elementary schools.

There fore in this study, that covered the period from 2001 to 2004, the goal was to identify, how the subjects of Physical Education and Sports have been implemented in state pre- and elementary schools by each City Council located in the region of Portugal identify as “North Region Minho Lima, NUTS III”.

To achieve this goal it was necessary to enquire about each city’s sports plan, their participation in extracurricular activities, and the existence of sports facilities, transportation, and organizational structures for education and sport.

The sample for this study comprised all the ten City Councils from the Minho Lima NUTS III Region. A questionnaire was used to obtain the required information, complemented with interviews of council members and local sports managers.

Results showed that most cities have Education and Sports Councils, although with few resources allocated. In only one case did we find a County Sports’ Development Plan.

Almost every City Council had a specific program for developing physical education and sports in state elementary schools, but almost none had such a program for preschools. They are also responsible for organizing sport’s events, they grant specific support for youth clubs and associations, and build informal spaces for physical activity.

Nevertheless, the need is felt for City Councils, along with education and sports’ specialists, to define long term goals on this matter.

Keywords: education, sport, city council, schools, spaces.

Índice Geral

Índice Geral	xi
Índice de Figuras	xv
Índice de Quadros.....	xvii
Introdução.....	1
1. Revisão de Literatura	5
1.1- Conceitos.....	5
1.2- A Importância da Actividade Física nas Crianças	11
1.3- A Intervenção da Autarquia no Jardim-de-infância (3-5 anos) e no 1º Ciclo do Ensino Básico	22
1.4- Espaços para a Prática de Actividades Físicas	29
1.5- Enquadramento Legal.....	44
2. Objectivos do Estudo	55
2.1 – Problema.....	55
2.2 – Perguntas de partida	56
2.3 – Objectivos.....	58
2.4 – Limites.....	59
2.5 – Relevância	60

3. Metodologia	61
3.1 – Modelo de investigação	61
3.2 – Caracterização da Amostra.....	61
3.3 – Técnicas de recolha dos dados	74
3.4 – O questionário	75
3.5 - Caracterização das variáveis em estudo	77
3.6 – Descrição de procedimentos.....	78
3.7 – Tratamento estatístico.....	79
4. Análise e discussão dos resultados.....	81
4.1 - Análise de alguns aspectos relativos aos concelhos.....	81
4.2 – Caracterização da estrutura de enquadramento da autarquia.....	88
4.2.1 – Estruturas das autarquias no que respeita à educação e ao desporto	93
4.2.2 – Responsáveis autárquicos pela educação e pelo desporto	96
4.2.3 – Entidades que prestam os serviços relacionados com educação e com o desporto na autarquia.....	98
4.2.4 – Existência de técnicos desportivos nas autarquias e qual o seu enquadramento	100
4.2.5 – Documentos de suporte à intervenção da autarquia no que respeita ao desporto	105
4.3 – A intervenção das autarquias no desenvolvimento das actividades físicas e desportivas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico	107

4.3.1 – Programas específicos para o desenvolvimento das actividades físicas e desportivas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico	107
4.3.2 – Níveis e tipos de intervenção autárquica dentro das Escolas Básicas de 1.º Ciclo	108
4.3.3 – Espaços para a prática de actividades físicas e desportivas nas Escolas de 1.º Ciclo	109
4.3.4 – Cedência de instalações desportivas e transportes da autarquia para o desenvolvimento das actividades curriculares e de complemento curricular	110
4.4 – A intervenção das autarquias no desenvolvimento das actividades físicas e desportivas nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública	111
4.4.1 – Níveis e tipos de intervenção autárquica dentro dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública.....	112
4.4.2 – Espaços para a prática de actividades físicas e desportivas nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública.....	113
4.4.3 – Cedência de instalações desportivas e transportes da autarquia para o desenvolvimento das actividades curriculares e de complemento curricular	116
4.5 – Intervenção da autarquia nas actividades físicas e desportivas fora do âmbito escolar (na criança).....	117
4.5.1 – Apoio às associações e/ou clubes desportivos na formação desportiva	117
4.5.2 – Apoio a clubes desportivos e associações	119
4.5.3 – Organização de férias desportivas	120
4.5.4 – Organização de actividades desportivas	121

4.5.5 – Criação de espaços desportivos informais.....	122
4.6 – Indicadores financeiros.....	124
5. Conclusões	127
Bibliografia.....	139
Índice de Anexos	149

Índice de Figuras

Figura 1 – Mapa da região NUTS III do Minho Lima	622
Figura 2 – Mapa do concelho de Arcos de Valdevez	644
Figura 3 – Mapa do concelho de Caminha	655
Figura 4 – Mapa do concelho de Melgaço	666
Figura 5 – Mapa do concelho de Monção	677
Figura 6 – Mapa do concelho de Paredes de Coura	68
Figura 7 – Mapa do concelho de Ponte da Barca	69
Figura 8 – Mapa do concelho de Ponte de Lima	70
Figura 9 – Mapa do concelho de Valença	711
Figura 10 – Mapa do concelho de Viana do Castelo	72
Figura 11 – Mapa do concelho de Vila Nova de Cerveira	733
Figura 12 – Áreas dos Concelhos da Sub-Região Minho Lima	822
Figura 13 – Número de freguesias dos Concelhos da Sub-Região Minho Lima.....	844
Figura 14 – População residente em 1991 e 2001 dos Concelhos da Sub- Região Minho Lima.....	866
Figura 15 – Habitantes por Km2 na Sub-Região Minho Lima.....	877
Figura 16 - Índice de escolas de 1º ciclo por 1000 crianças (0-19 anos) e de estabelecimentos de ensino pré-escolar por 1000 crianças (0-19 anos)	922
Figura 17 – Pelouros da Educação nas Autarquias da Sub-Região Minho Lima	944

Figura 18 – Pelouros do Desporto nas Autarquias da Sub-Região Minho Lima.....	944
Figura 19 – Responsáveis autárquicos pelo Pelouro da Educação das Autarquias da Sub-Região Minho Lima.....	966
Figura 20 – Responsáveis autárquicos pelo Pelouro do Desporto nas Autarquias da Sub-Região Minho Lima.....	977
Figura 21 – Prestação de serviços relacionados com a educação nas Autarquias da Sub-Região Minho Lima.....	98
Figura 22 – Prestação de serviços relacionados com o desporto nas Autarquias da Sub-Região Minho Lima.....	99
Figura 23 – Números de técnicos nos Concelhos da Sub-Região Minho Lima	1022
Figura 24 – Tipos de intervenção dos técnicos na Sub-Região Minho Lima	1044
Figura 25 – Orçamentos da Câmara Municipal de Monção	1244

Índice de Quadros

Quadro 1 – Quadro resumo sobre os Concelhos da Sub-Região Minho Lima.....	811
Quadro 2 – Número de crianças por grupos etários nos Concelhos da Sub-Região Minho Lima.....	855
Quadro 3 – Escolas de 1º ciclo e Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar da Sub-Região Minho Lima no Ano Lectivo 03-04.....	900
Quadro 4 – Índice de escolas de 1º ciclo por 1000 habitantes, por 1000 crianças (0-18 anos) e crianças (5-9 anos). Índice de estabelecimentos de ensino pré-escolar por 1000 habitantes, por 1000 crianças (0-19 anos) e crianças dos 0-4 anos.....	911
Quadro 5 – Números de técnicos nos Concelhos da Sub-Região Minho Lima.....	1011
Quadro 6 – Índices referentes aos técnicos nos Concelhos da Sub-Região Minho Lima.....	1033
Quadro 7 – Estabelecimentos de ensino pré-escolar com parque infantil na Sub-Região Minho Lima	1144
Quadro 8 – Estabelecimentos de ensino pré-escolar com instalações cobertas na Sub-Região Minho Lima	1155
Quadro 9 – Tipos de apoio a clubes desportivos na Sub-Região Minho Lima	11919
Quadro 10 – Organização de actividades desportivas na Sub-Região Minho Lima	1211
Quadro 11 – Orçamento da Câmara Municipal de Monção.....	1255

Introdução

Existindo na sociedade actual uma discussão sobre estilos de vida e a forma como estes estão relacionados com alguns factores de risco condicionantes da saúde das populações, importa por isso reflectir sobre como se poderá realizar algo para que as gerações vindouras sejam detentoras de condutas sociais mais concordantes com os problemas que se enraízam na sociedade nestes domínios, realizando práticas de vida que, a título de exemplo, combatam o sedentarismo.

A realidade nacional no que respeita a hábitos desportivos não é de todo animadora, pois os números encontrados por Marivoet (2001) demonstram que existia na altura do estudo apenas 23% da população portuguesa entre os 15 e os 74 anos a praticar regularmente actividade física. Talvez mais grave seja o facto de 73% da população alvo desse estudo, a qual não realiza qualquer actividade física, não apresentar nenhuma motivação para iniciar uma prática e apenas 4 % apresentar uma intenção no sentido de iniciar uma prática de actividades físicas.

Sendo sabedores que a prática de actividades físicas desportivas é um hábito cultural e como tal deverá ser adquirido na infância para que tenha maiores probabilidades de ser continuado ao longo da vida, é sem dúvida com preocupação pessoal e profissional que observamos em pleno século XXI a existência de crianças, que por muitos e variados motivos, não realizam actividades físicas e desportivas de uma forma regular e devidamente regulada, embora estejam em idades onde essa componente é absolutamente fundamental, tanto para o seu desenvolvimento motor, para a sua socialização e como não poderia deixar de ser, para a criação de estilos de vida saudáveis.

Não será demais relatar que apesar de existir a obrigatoriedade da prática de sessões de Expressão e Educação Físico Motora, no 1º ciclo do Ensino Básico, e de orientações metodológicas para a inclusão de sessões de Motricidade Infantil no Jardim-de-infância, são conhecidas as dificuldades que existem no que respeita à sua implementação real pois são numerosas as dificuldades encontradas para levar a bom termo estas práticas. A título de exemplo, poderemos dizer que as instalações disponíveis são reduzidas e por vezes pouco adequadas às necessidades no que respeita aos recursos humanos, que por vezes são pouco qualificados para a matéria em questão fazendo que não exista dentro do sistema educativo uma concretização cabal destes objectivos com os níveis de qualidade que as crianças merecem e têm direito, tal como está descrito na Constituição da República Portuguesa.

Dada a política de descentralização efectuada pelos últimos governos constitucionais, no que respeita às responsabilidades atribuídas às autarquias locais em domínios tão importantes como a educação pré-escolar ou o Ensino Básico, com incidência especial no seu 1º ciclo, parecem-nos fundamental procurar que tipo de resposta as Câmaras Municipais dão a esse sector, no que concerne ao domínio das actividades físicas e desportivas, sabendo que são essas entidades que melhor conhecem as “suas” populações.

Assim e após o exposto, levados por uma motivação pessoal e profissional, não poderíamos deixar de encetar um trabalho de investigação, com uma natureza descritiva, com o intuito de descobrir quais as estruturas, os documentos de apoio e as acções que as autarquias possuem e realizam de forma a promover as actividades físicas na infância, e mais especificamente nas idades com que as crianças frequentam o ensino pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico.

Visando desenvolver esta investigação com o intuito de a levar a bom termo procuramos sistematizá-la da seguinte forma:

- 1 – Revisão de Literatura sobre o tema, onde faremos o enquadramento legal, sobre os subsistemas envolvidos, o Desportivo, o Educativo e o Autárquico. Para além disso, tentaremos balizar algumas definições e conceitos essenciais a uma definição terminológica sólida;
- 2 – Estabelecer os objectivos de estudo, onde enunciamos o problema, os objectivos, as hipóteses, bem como os limites e a relevância do mesmo;
- 3 – A metodologia, onde procuramos definir o modelo de investigação, a caracterização da amostra, as técnicas de recolha dos dados, caracterização das variáveis em estudo, uma descrição de procedimentos como o tratamento estatístico a utilizar.
- 4 – Análise e discussão dos resultados obtidos, os quais serão apresentados de uma forma clara, de acordo com o guião de entrevista construído.
- 5 – Apresentação das conclusões.

1. Revisão de Literatura

Introdução

Procuramos adoptar uma visão global sobre aquilo que tem sido produzido e reflectido a propósito da temática que pretendemos abordar. Pensamos ser importante realizar um enquadramento, tentando esclarecer conceitos, deslindar relações entre as instituições envolvidas, investigar sobre o quadro legal que as rege, bem como procurar reflectir sobre o que já foi investigado.

1.1- Conceitos

Conceito de Desporto

Para uma melhor compreensão da problemática que estudamos, julgamos necessário possuir uma ideia esclarecedora sobre aquilo que se entende por desporto.

Deste modo e com o intuito de ser consensual optamos pela definição do Conselho da Europa expresso na “Carta Europeia do Desporto” em 1992:

“Entenda-se por Desporto todas as formas de actividade física que através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis”.

Filho (1997) procurou uma definição, ou contributos para a definição de desporto que consigam satisfazer as noções de especificidade e generalidade atribuídas ao desporto pelo senso comum.

Como conclusão o autor deste ensaio aponta para o seguinte:

- Existem definições de desporto que satisfazem a condição de generalidade, mas são tão amplas que incluem algumas actividades que ordinariamente não consideramos desporto;
- Existem definições que preenchem a condição de especificidade, no entanto deixam de fora actividades consideradas normalmente desportivas;
- Não foi encontrada uma definição que preenchesse em simultâneo as duas condições.

Assim não foi possível para Filho (1997) encontrar uma definição apropriada de desporto.

Parece-nos portanto oportuno realizar uma análise mais cuidada sobre o conceito em questão e deste modo a contribuição de Pires foi fundamental, uma vez que este autor considera que nos últimos anos têm prevalecido duas perspectivas relativamente à definição de desporto, as quais apresentam "consequências no que diz respeito às políticas desportivas e respectivas estratégias de desenvolvimento." (2000:65).

Assim, os que concluía tal como Filho (1997) pela impossibilidade ou inconveniência da sua definição, o que em termos práticos, os levou a extremar posições, caindo num "fundamentalismo pernicioso a qualquer processo de desenvolvimento, sustentado a partir do sistema educativo." (Pires, 2000:65).

Para Pires (2000) o carácter redutor de algumas posições adoptadas sobre a definição de desporto, leva a que tenha de ser encontrado um novo caminho que poderá ser enquadrado pelo modelo pentadimensional.

Poderemos então dizer que na realidade, o desporto é uno, mas não é unicitário, pois pode ser desenvolvido através de uma "enorme e inesgotável multiplicidade de práticas desportivas de acordo com a vontade, os gostos e os desejos de cada um, ou até mesmo orientada por objectivos que se enquadram na vocação e missão de diversas organizações ou espaços institucionais da prática desportiva." (Pires, 2000:65).

Assim, cada organização ou instituição, deverá ser responsável pelo seu sector, ou área de intervenção, sem nunca perder de vista o todo, que é quanto a nós, o desenvolvimento desportivo.

Em síntese, devemos avançar para uma definição aberta de conceito de desporto, de acordo com as diversas componentes dos elementos constituintes do desporto (jogo, movimento, agonística, instituição e projecto). É sem dúvida necessário encontrar um modelo aberto, que deverá ser adequado ao universo de circunstâncias e envolvimentos que caracterizam a complexidade de um termo que é sem dúvida de difícil definição.

Conceito de Actividade Física Desportiva

Para chegar ao conceito de “Actividade Física Desportiva pensamos que seria pertinente, em primeiro lugar definir” “Actividade” e depois “Actividade Física”. Assim “Actividade” será, segundo Ferreira (1999:8) “toda a acção que um individuo executa, seja para cumprir uma tarefa, seja com objectivo recreativo”.

Já, para a autora “a actividade física pode ser definida como qualquer movimento corporal produzido por músculos esqueléticos e que resulte em dispêndio energético”.

Será lícito dizer que esta definição engloba actividade física ligada ao lazer, ao desporto, mas também ao trabalho, de índole doméstico ou profissional.

Existindo várias formas distintas de actividade física, onde os objectivos que pretendemos atingir com a actividade a diferenciam, importa balizar de uma forma mais fina o conceito pretendido. Então Ferreira (1999), considera que actividade física desportiva “distingue-se da actividade física em geral por possuir regras próprias e se exercer em instituições preparadas, quer a nível material quer humano, para cumprir essas mesmas regras ou normas, visando o aperfeiçoamento do ser humano”.

Poderemos afirmar, à luz desta definição o carácter formativo deste tipo de actividade e por consequência a sua necessidade no processo de formação da criança.

Conceito de Saúde

Em 1948 a Organização Mundial de Saúde definiu saúde como sendo “O estado de completo bem-estar físico, mental e social, não sendo apenas a mera ausência de doença ou enfermidade”.

Ao longo dos anos este conceito tem sido criticado pelo seu carácter estático, pela sua formulação subjectiva, pela utópica ideia de bem-estar, pela sua limitação à esfera individual e à não referência a dois factores que afectam a saúde como o meio ambiente e a transcendental propriedade da mente humana. Apesar do referido, este conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde permanece como a declaração oficial para grande parte do mundo.

A Carta de Otava (1986) definiu a promoção da saúde como sendo o processo que permite aos indivíduos aumentar o controlo sobre a sua própria saúde e melhorá-la. Para atingir o estado de completo bem-estar físico, mental e social, o indivíduo ou grupo deve ser capaz de identificar e realizar as aspirações para satisfazer necessidades, e mudar ou conviver com o meio ambiente. Definindo a saúde como um recurso para a vida e não como uma finalidade de vida.

Deste modo define a saúde como um conceito positivo, que acentua os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Retirando as tarefas relativas à promoção da saúde da responsabilidade exclusiva do sector da saúde, pois exige estilos de vida saudáveis para atingir o bem-estar.

Carvalho (2002) cita no seu trabalho “Literacia para a Saúde”, as cinco estratégias de Promoção da Saúde enunciadas na Carta de Otava:

- Construção de políticas de saúde pública;
- Criação de ambientes de suporte;
- Reforço da acção das comunidades;
- Desenvolvimento de competências sociais;
- Reorientação dos serviços de saúde.

Assim, o acesso das pessoas à educação e à informação é fundamental para que possam participar de forma responsável em actividades de promoção da saúde.

Segundo Costa (1997), apesar da existência de uma tendência para o sedentarismo, há uma cada vez maior generalização da prática de actividades físicas, tendo como objectivo a ocupação dos tempos livres e as actividades de lazer, a redução do peso, o aumento da capacidade de esforço e a prevenção ou reabilitação, física e psíquica da doença.

Para o autor, esta procura no que respeita aos efeitos sobre a saúde individual, surge de uma forma intuitiva pois o conhecimento de que o movimento é tido como um comportamento normal e “saudável” e a hipocinesia é ao mesmo tempo um factor de risco independente dos factores de risco convencionais, explica Costa (1997).

1.2- A Importância da Actividade Física nas Crianças

Desenvolvimento da Criança

O desenvolvimento da criança do ponto de vista neuro-motor tem uma correspondência com a descoberta que vai realizando do mundo que a rodeia, de acordo com Neto (1979), pois corresponde à forma como através da descoberta do mundo, o corpo se adapta e se modifica. O desenvolvimento representativo e afectivo tem origem na forma como identifica o corpo e organiza as suas acções. Para Falé (2000), “O desenvolvimento geral da criança, situa-se em função dos níveis de crescimento (modificação das dimensões corporais), e maturação (modificação das estruturas e funções)”.

Podemos então dizer que ao nível das aquisições dominantes, na média infância (4-8 anos), podemos encontrar um crescimento rápido, aliado a um acréscimo das funções sensorio-motoras e gestuais, com maior relevo no que respeita às actividades de coordenação no domínio dos movimentos naturais (correr, saltar, lançar, etc.).

Podemos considerar que este período também pode ser caracterizado por uma maior capacidade de integração espaço - temporal, sendo esta acompanhada por um desenvolvimento do esquema corporal, da lateralidade e do sentido rítmico. No que respeita às qualidades físicas verifica-se uma melhoria da força, da velocidade e da destreza.

As reacções emocionais e o egocentrismo vão dando lugar, progressivamente, à capacidade de execução em grupo e à aceitação das regras definidas colectivamente.

As actividades mais frequentemente realizadas por esta faixa etária são caracterizadas pela exploração do espaço de forma livre, pela realização de jogos espontâneos e de imitação dos adultos. No que respeita às actividades rítmicas e expressivas, a teatralização e imitação dos movimentos fazem parte das suas brincadeiras do dia-a-dia bem como as actividades que exigem acção, como lutas, guerras, descobertas e aventuras.

É nestas idades que se verificam os primeiros passos à iniciação das práticas pré-desportivas.

Ao atingir os 9 anos, e até aos 12-13, desenvolvem-se estruturas anatómicas e nervosas que permitem um domínio psico-motor semelhante ao adulto, existindo uma grande facilidade de assimilação e disponibilidade motora. Deste modo estão favorecidas as aquisições relativas a acções motoras complexas, a melhoria da coordenação, a aquisição rápida de automatismos técnicos, que se traduzem na capacidade de controlo das actividades desenvolvidas.

Deste modo as actividades mais frequentes irão determinar uma estimulação maior das funções cardíacas e respiratórias, existindo a par um desenvolvimento das condutas psico-motoras e sociais. As actividades de descoberta e exploração da natureza despertam uma atenção especial, a par dos jogos desportivos de equipa regulamentados, em que as perícias, manipulações e jogos tradicionais ocupam lugar relevante.

Contributos da Actividade Física para o Desenvolvimento Motor Infantil

Para Neto (1979), a criança tem uma necessidade intrínseca de se movimentar, deste modo todo o processo de desenvolvimento é condicionado por essa qualidade. Os aspectos do desenvolvimento motor devem ser encorajados e estimulados tanto quanto possível, sendo certo que nestas idades a manipulação de brinquedos e objectos é assumido como determinante, no que respeita aos padrões de evolução motora.

O movimento para a criança é a sua realidade imediata e espontânea, pela forma como experimenta as coisas e lhes dá vida própria. A conquista e o domínio do corpo passando também pela apropriação sensorial e intelectual do espaço, estabelece-se a partir do momento em que são facilitadas as oportunidades e experiências em diferentes locais. O movimento permite à criança estabelecer um conjunto de relações necessárias ao seu desenvolvimento motor, aprendendo a perceber e a inter accionar com o vivido, com o operatório e o mental (Matos 1992).

Nesta perspectiva, segundo Gomes (1992), apesar do padrão de desenvolvimento ser idêntico em todas as crianças, no entanto cada criança é um caso único em termos genéticos, vivendo-o de forma pessoal e num ritmo próprio.

Neto (1979) refere que estão bem definidos os anos críticos para a aprendizagem das habilidades motoras, situando-se estas entre os 3 e os 9 anos de idade.

Nos primeiros seis anos os padrões motores fundamentais dos movimentos das crianças surgem e aperfeiçoam-se em função do envolvimento. Salienta ainda o autor que após os 6-8 anos, é pouco provável que as crianças aprendam algo de novo.

É importante referir que não é só no quadro institucional escolar que o envolvimento motor infantil se processa. Embora as aprendizagens da Expressão e Educação Físico Motora não possam ser substituídas ou alcançadas fora deste contexto, as actividades lúdicas e desportivas realizadas na ocupação dos tempos livres, em contexto extra-curricular, constituem um contributo assinalável para o desenvolvimento integral da criança.

O Jogo e as Actividades Desportivas na Infância

O jogo e a actividade desportiva assumem uma importância inquestionável nos vários domínios do comportamento (psicomotor, afectivo e cognitivo) da criança. Segundo Larraz (1988), o jogo não é apenas uma ocupação para a criança passar o tempo, pois através dele a criança evolui no seu processo educativo, desenvolve a sua actividade relacional, não só com o meio que a envolve, dos materiais que manipula, mas também através da relação que estabelece com os outros, sempre com prazer.

Brincar pressupõe liberdade não existindo limites para a descoberta de novos horizontes, com formas, soluções e significados diferentes, eliminando diferenças e estatutos, criando e consolidando novas amizades.

Assim para Sarmento (1989), o jogo é uma actividade que tem como principal característica o prazer de quem o pratica, seja um jogo de cartas ou de xadrez, um jogo de bola ou mesmo uma actividade de risco, sendo que as actividades lúdico-desportivas são determinantes para as aquisições das destrezas motoras próprias e específicas, mas também uma importância decisiva nas relações sociais.

Oliveras (1998) reconhece o papel desempenhado pelo jogo, pois ele proporciona atitudes de cooperação, comunicação e solidariedade. Deste modo fomenta a aproximação aos outros e à natureza, fazendo com que os objectivos colectivos se encontrem acima dos interesses individuais. Será também lícito dizer que as pessoas jogam com os outros e não contra os outros. Jogam para superar desafios ou obstáculos, e não para superar os outros.

Ainda segundo Oliveras (1998) o jogo pode ter características que levam a melhorar a capacidade de produzir trabalho em grupo, factor que é determinante para o desenvolvimento humano.

Assim o autor salienta algumas características que podemos encontrar nos vários tipos de jogos tais como:

- Jogos cujos objectivos não visam "ganhar ou perder", onde a participação de todos pretende atingir um objectivo comum;
- Jogos que não evitem a participação. A procura de resultados origina a exclusão dos mais fracos, dos mais lentos e dos menos hábeis;
- Jogos que promovam a capacidade criativa. Criar é construir e construir significa que o contributo de todos é fundamental;
- Jogos não agressivos, cuja estrutura não deve contemplar forma de confronto, quer individual quer colectivo.

Estas características, podem fazer com que os jogos estimulem e desenvolvam algumas atitudes, tais como:

- A capacidade necessária para poder resolver problemas;
- A sensibilidade necessária para se poder colocar na situação dos seus pares, conhecer as suas preocupações, expectativas e necessidades;
- A capacidade de aprender a conviver com as diferenças dos outros;
- A capacidade necessária para poder exprimir sentimentos, emoções, conhecimentos, experiências, afectos, problemas, preocupações, etc.

Muito autores referem-se ao desporto, como um jogo de actividade motora antecipadamente organizada, em que as suas características culturais e filosóficas revestem muitas vezes aspectos psicológicos, através da, simulação de lutas e confrontos.

A educação motora ou corporal da criança não pode deixar de ser desportiva, pelo simples facto de o desporto, para além da sua dimensão antropológica, encerrar comportamentos sociais, históricos e culturais actuais (Bento 1992).

Gomes (1992) considera que além da função lúdica e simbólica, bem como uma elevada importância no processo de socialização da criança, o jogo também permite criar condições para desenvolver a inteligência e a estratégia, através duma actividade normalmente agradável.

A Prática da Educação Física

A prática de actividade física é, segundo vários autores, fundamental para as crianças se apropriarem de experiência e aprendizagem fundamentais. Deste modo e na perspectiva de Mota (1997), a área de Educação Física deveria fornecer, nesta primeira fase do processo educativo, um programa rico e variado, através do qual as crianças possam ter a oportunidade de adquirir habilidades motoras básicas, autoconfiança e os primeiros conhecimentos acerca do exercício e da sua contribuição para uma boa saúde e aptidão. Mas, segundo o mesmo autor, a saúde implica muito mais do que a vulgar noção simplista de evitar doenças e de manter o bem-estar cardiovascular, uma vez que inclui o bem-estar psíquico e a gestão do stress.

Deste modo a área de Educação Física deverá contribuir para que a criança alcance esse bem-estar global e geral, permitindo a aquisição de conhecimentos necessários e inserindo-os em actividades estimulantes. Para além disso compete ainda a essa área disciplinar auxiliar os jovens a tomarem-se consumidores esclarecidos de desporto, e com esses conhecimentos adquiridos na área da saúde a adoptarem um estilo de vida saudável e activo através do envolvimento no desporto. A área de Educação Física deverá também contribuir para que as crianças adquiram uma imagem corporal positiva e a que usem seus corpos de uma forma habilidosa e criativa em contextos desportivos, mas também a adquirirem uma variedade de habilidades pessoais e sociais relevantes para o consumo desportivo, como ainda a ganharem qualificações e acreditação de acordo com as suas aspirações intelectuais e vocacionais (Armstrong, 1998).

Para além das finalidades específicas e objectivos próprios da Educação Física, esta área procura transcender a sua natureza única, contribuindo igualmente para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos.

Assim para Quina (1994) poderemos agrupar os objectivos da Educação Física no 1.º CEB em dois grandes planos, o plano biológico e motor e o plano do comportamento individual e social.

Desta forma no que respeita ao plano biológico e motor, a Educação Física tem como objectivos desenvolver de forma harmoniosa os sistemas ósseo, muscular e articular, desenvolver as capacidades motoras condicionais e coordenativas e ampliar e aperfeiçoar as habilidades motoras. No plano do comportamento individual e social, a Educação Física tem como fim satisfazer as necessidades de movimento dos alunos; fomentar a integração no grupo, o respeito pelas regras de interesse colectivo e o respeito mútuo, desenvolver o sentido da responsabilidade e o espírito da cooperação e reforçar as múltiplas qualidades psíquicas.

Sendo reconhecida pelo contributo que dá para a saúde e promoção de estilos de vida activos, tendo como base princípios e valores éticos e ecológicos, encontramos o alcance das finalidades da Educação Física enquanto componente inalienável da Educação.

A Prática Desportiva nos Tempos Livres

Para Duarte (1990), a prática das actividades físicas de natureza desportiva, no quadro das actividades de ocupação dos tempos livres, tem sido fomentada como geradora de bem-estar, através da implementação de campanhas de sensibilização, um pouco por todo o mundo.

Assim para a autora, todo o indivíduo ocupa uma posição na estrutura social onde pertence, e essa posição contribui para estabelecer alguns dos aspectos sociais a que o indivíduo terá acesso, também será importante referir que essa mesma estrutura será determinante relativamente ao seu comportamento desportivo. Assim a idade, o sexo, o meio social, o nível de estudos ligados à actividade profissional e ao estrato sócio económico, influenciam a participação dos indivíduos nas actividades físicas.

O processo de aprendizagem social tem como intervenientes os principais agentes de socialização, assim a família, a escola, os amigos e os meios de comunicação social, sendo para Duarte (1990), e no que respeita à socialização desportiva, fundamental o papel desempenhado pelos três agentes de sociabilização agora apontados. É também realçada a intervenção de outros agentes tais como as associações de carácter recreativo e o envolvimento profissional.

Existem, no entanto, outros tipos de variáveis que também condicionam a adesão de um indivíduo à prática desportiva nos seus tempos livres. Entre eles a autora destaca os seguintes: as possibilidades de escolha; o conhecimento das actividades; ocasiões para a prática; o prestígio social associado às actividades; facilidades de acesso a instalações; custo da actividade; motivações pessoais, entre outros.

Por outro lado o texto aponta algumas razões para o abandono das actividades destacando-se: a saída da escola e de um quadro familiar; a falta de tempo; razões de saúde; falta de facilidades.

Com base em alguns estudos Duarte (1990) considera então lícito afirmar que:

- A socialização desportiva acontece principalmente na infância e na adolescência;
- A escola é um factor determinante na aprendizagem e vivência de actividades físicas desportivas, através da disciplina de Educação Física.

Duarte (1990), deduz destes indicadores que uma larga percentagem de pessoas consideram importante a prática de actividades físicas e desportivas no seu bem-estar físico, mental e social, mas a maior parte dessa mesma população não faz disso uma prática regular.

Segundo a autora existem muitos factores para que a realidade tenha estes contornos, existindo a necessidade de um estudo para que se possa reconhecer os factores em causa, contribuindo de alguma forma para a alteração da realidade ajudando para que exista um reconhecimento político, social e económico e com isso melhorar o bem-estar da população.

1.3– A Intervenção da Autarquia no Jardim-de-infância (3-5 anos) e no 1º Ciclo do Ensino Básico

A Autarquia, na área da educação, tem sem dúvida um papel preponderante a muitos níveis, sendo necessária a sua intervenção no Jardim-de-infância e no 1º Ciclo do Ensino Básico, com a respectiva Motricidade Infantil e Expressão e Educação Físico Motora.

No entanto as políticas desportivas autárquicas, independentemente dos seus objectivos têm, necessariamente de se subordinar às normas vigentes que se agrupam sumariamente em três grandes áreas: as mais gerais que regulam o Sistema Desportivo; outras também abrangentes que condicionam o Sistema Educativo; e a legislação específica que reporta e regula a estrutura e dinâmica da vida autárquica.

As Autarquias locais, pelas características que apresentam, como órgãos terminais do Estado, são as que se encontram mais próximas das populações e fazem exercício das suas funções políticas directamente sobre a população, possuindo uma compreensão mais objectiva daquilo que são as necessidades e anseios de uma população, constituindo para Carvalho (1994:65) que “As Câmaras Municipais, seja qual for a sua dimensão, devem preocupar-se com a elaboração de uma política desportiva local, que parte do recenseamento das necessidades, da previsão da procura, da definição de tendências”. Deste modo os Municípios têm uma importância capital, uma vez que podem ser os agentes de modificação e transformação da sociedade civil.

Então será determinante para as Autarquias a realização de projectos capazes de transformar a realidade, neste caso, procurar uma nova dinâmica para a política Desportiva Municipal, com reflexos na Comunidade Educativa.

Relativamente à área referida, a Autarquia local reveste-se de uma importância particular, pois, deverá oferecer condições para a prática desportiva com padrões de qualidade elevados. Chegados a este ponto, existem, ou deverão existir, uma série de preocupações que terão a ver com os objectivos, os modelos a seguir e as estratégias que pretende desenvolver.

Carvalho (1994) ao reflectir sobre esta temática, conclui que as Autarquias têm desenvolvido o processo desportivo de um modo diferenciado, desordenado, não programado e um pouco ao sabor do acaso, e acrescenta que as definições de políticas desportivas locais chegaram a uma confusão filosófica, assente, por vezes em ideias contraditórias. Além disso, Carvalho (1994:47) considera que a “posição de completa subalternidade ocupada pelas Autarquias Locais durante a vigência do fascismo, a tradição centralizadora de séculos, a insipiência do desenvolvimento desportivo nacional, provocaram não só a ausência de uma doutrina orientadora, mas também a inexistência de tradições capazes de ajudar a consolidar as relações do Município com o Desporto”.

Mas, e ainda para Carvalho (1994:11), no que se refere à ligação das actividades físicas desportivas e a Escola refere interrogando-se “Que atitude assumir perante esse autêntico escândalo, constituído pela inexistência de Educação Física na antiga Escola Primária, actual 1.º Ciclo do Ensino Básico?”.

Com o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, as responsabilidades das autarquias foram acentuadas em alguns aspectos relativos à educação, com a criação dos Conselhos Municipais de Educação e da Carta Educativa. Também como este Decreto-Lei é reforçada a imputação da construção, apetrechamento e manutenção das instalações necessárias ao bom funcionamento do ensino pré-escolar e do ensino básico. O pessoal não docente é outro aspecto essencial para o bom funcionamento das instituições escolares, sendo que a sua contratação está segundo o Decreto-Lei mencionado, a cargo das autarquias locais.

Assim torna-se necessário repensar toda a política de desenvolvimento da actividade física e desportiva para ser uma questão central, de maneira a requalificar a formação de técnicos e o ordenamento dos espaços destinados à actividade física desportiva ou não, dos estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas do ensino básico.

Consideramos que tem existido por parte das Câmaras Municipais um envolvimento crescente a nível: dos orçamentos; dos investimentos em infra-estruturas; iniciativas de promoção de práticas físicas desportivas; e ainda ao nível da orgânica dos serviços de apoio ao Desporto Escolar.

O maior dinamismo dos Municípios tem vindo, por vezes, a substituir as competências do Poder Central, sendo também reconhecido que será necessário acompanhar com maiores recursos financeiros, este aumento de competências.

No seguimento do exposto e com o intuito de concluir este ponto, Constantino (1990) considera que o objectivo central da política de desenvolvimento de uma Autarquia deverá ser o de facilitar o acesso das populações à prática das actividades físicas desportivas, acrescentando que os Municípios deveriam consagrar maior atenção à necessidade de se criarem mais e melhores condições de acesso e de prática do Desporto, contando para isso com um maior apoio do Poder Central.

Estruturas autárquicas para a educação e desporto

No que respeita às estruturas camarárias que suportam a intervenção das autarquias na educação e no desporto, Ferrão (1999) constata que 64,28% das autarquias possuem pelouro da educação e 71,28% detêm na sua orgânica um pelouro do desporto, pelo que Ferrão (1999:177), considera que “existe uma percentagem importante de Municípios que possuem pelouros de Desporto e da Educação”, o que ainda segundo Ferrão (1999:177) “parece poder garantir o funcionamento satisfatório de actividades físicas e desportivas, em proveito da população.”.

Ainda sobre esta matéria Pereira (1998:250), conclui que a “estrutura orgânica gestora do desporto aparece geralmente associada a outras estruturas de gestão, nomeadamente a áreas como a cultura, a educação, juventude e turismo.”.

O mesmo autor, Pereira (1998:140) apurou que 78,76% das autarquias possuem pelouro do desporto, explicando que a existência de um pelouro “significa que o desporto é encarado como um ramo de serviço público no conjunto da organização da administração da própria Câmara.”.

Pires (1989:217) considera que “As Câmaras Municipais, em termos orgânicos, dão-nos a ideia de que no futuro o desenvolvimento do desporto vai, necessariamente, passar por elas.”.

No que respeita à existência de responsáveis políticos locais, Pires (1989) menciona que 82,95% dos municípios têm um responsável político para o desporto, o que se afigura para Pires (1989:194) como uma medida que faz com que “alguém esteja responsabilizado e portanto, interessado nos problemas desportivos, sendo por isso a sua competência avaliada pelos resultados obtidos.”.

Pereira (1998) encontra no seu estudo 63% das autarquias com responsável técnico pela área do desporto, sendo que Pires (1989) apenas obteve 35,66%, assim Pereira (1998:174), considera que “o quadro humano pressupõe uma ideia de desenvolvimento.”, pois, “São os técnicos e outros funcionários que promovem a concretização de toda a política desenhada para servir, neste caso, os cidadãos.”. Também Ferrão (1999:136) pensa que a presença de técnicos nas estruturas orgânicas ligadas ao desporto poderão desempenhar “um papel fundamental na implementação de políticas desportivas”. O valor encontrado por Ferrão (1999) é de 57,14% para autarquias com técnicos desportivos.

No que respeita à existência de documentos orientadores do desporto, Ferrão (1999:182) conclui que a maioria das autarquias “não possui ainda um Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal, documento fundamental na organização de qualquer política desportiva municipal.”. O mesmo autor revela que na área estudada (área educativa de Viseu), das 14 autarquias apenas duas, ou seja 14,28% possuíam um Plano de Desenvolvimento desportivo Municipal. Já Pereira (1998:228) no seu estudo realizado a nível nacional, relativamente a Planos de Desenvolvimento Desportivo Municipal, diz que “somente cerca de 20% afirmaram possuir” um.

Intervenção autárquica no desenvolvimento de actividades físicas e desportivas na infância

Quando analisamos os estudos efectuados sobre a intervenção autárquica no desenvolvimento de actividades físicas e desportivas na infância, e mais propriamente na idade com que a criança frequenta o 1º ciclo do ensino básico, constatamos que no estudo efectuado por Pereira (1998:208) “a maioria das Câmaras Municipais declararam promover ou apoiar programas específicos destinados aos alunos do 1º ano do ensino básico”, com uma percentagem de 62%. Ferrão (1999:145) ao apresentar no seu estudo um valor de 42,85% para o mesmo item descrito no parágrafo anterior sublinha que “as Câmaras Municipais tentam suprir esta grave deficiência ao proporem, elas próprias, oportunidades de práticas de actividades físicas”.

Em relação à cedência de instalações desportivas municipais para a promoção de actividades físicas e desportivas Ferrão relata que no seu estudo 85,71% das autarquias inquiridas realizam essa prestação de serviço de uma forma gratuita e a sua totalidade das autarquias realizam o transporte para essas instalações, sem encargos para as instituições escolares.

No que respeita ao apoio ao associativismo, associações ligadas ao desporto ou clubes desportivos, podemos referir que na investigação a nível nacional avançada por Pereira (1998:219) ele escreve que “96% das Câmaras Municipais declararam possuir uma política de apoio ao associativismo desportivo perfeitamente definida”. Também Ferrão (1999:169) conclui no estudo por ele efectuado que 64,28% apoiam os clubes e associações, pois é “por esta via que as Autarquias têm possibilitado às crianças a prática de actividades físicas e desportivas” e continua dizendo que é por esta via que “as Autarquias têm cumprido um serviço de utilidade pública e social”.

Existem autarquias que realizam e/ou organizam férias desportivas, pois na investigação realizada por Ferrão 57,15% do universo por tratado organizam esses eventos. Também Branco (1994) no seu estudo relata a percentagem de 57,81% que organizam férias desportivas, sendo este um valor respeitante ao território nacional.

Tal como refere Pereira (1998:197) é sem dúvida “discutível a opção das Câmaras Municipais, desenvolverem actividades desportivas”, pois segundo o mesmo autor, não existem competências específicas neste domínio no quadro legislativo. No entanto neste estudo 73% das autarquias promovem actividades desportivas. Também Ferrão (1999:166) para este item apresenta o valor de 71,42%,segundo este autor “parece justificada” a realização de organizações de actividades desportivas, por não existir uma grande oferta de actividades desportivas no meio escolar como também nos clubes da região estudada, a Área Educativa de Viseu.

Também a criação de espaços onde se possam realizar actividades físicas e desportivas parece ser uma preocupação das autarquias locais pois segundo Ferrão (1999:164) 50% dos municípios criaram instalações com essas características, o que para o investigador “revela uma certa consciencialização...para a necessidade de se criarem espaços que permitam aos seus munícipes momentos de descontração e, ao mesmo tempo, possibilitem práticas de actividades físicas e desportivas”.

1.4- Espaços para a Prática de Actividades Físicas

Os Espaços de Lazer

O espaço pode ser entendido de várias formas, tendo em conta as várias ciências e abordagens ou dependendo ainda dos utilizadores desse “espaço” num âmbito de banda larga.

Assim podemos entender genericamente o espaço como “concepções geográficas económicas, sociais, políticas e até matemáticas” segundo Cunha (1997:40), criado a partir de “relações objectivas (entre os objectos, as pessoas) e abstractas (entre os conceitos ou as variáveis quantificadas de estudo de um problema, símbolos, objectos de estudo, etc.)” (Cunha 1997:40).

Assim e para Pereira (2005), para uma melhor sistematização dos vários tipos de espaços de lazer, a definição de uma tipologia de espaços que são talhados para o lazer.

Pereira (2005) definiu quatro grandes tipologias de espaços de lazer sendo elas os espaços lúdicos, os espaços desportivos, os espaços culturais e os espaços verdes. Podemos então concluir que os espaços de lazer, observados numa perspectiva abrangente, são espaços que apresentam características objectivas, pois muitas vezes são espaços reais, físicos, geográficos, mas também espaços abstractos, pois são parte de um objecto de estudo e são, sem dúvida, um espaço conceptual, ideológico.

Perspectiva Legislativa

Em Portugal existe um conjunto relativamente vasto de legislação que enquadra e delimita os espaços. No que respeita ao Espaço lúdico, mais concretamente aos espaços de jogo e recreio, vulgo parques infantis, o Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro, veio definir e regulamentar questões como as relacionadas com a segurança, a localização, a implementação, a concepção e organização funcional. Para além do decreto-lei referenciado existem portarias que ajudam a esclarecer e a balizar alguns aspectos de relevo tais como a Portaria n.º 379/98, de 2 de Julho, a qual publica a lista dos normativos europeus, projectos normativos e outras especificações técnicas relativas à concepção e fabrico de equipamentos e superfícies de impacto.

As instalações desportivas apresentam de igual modo legislação que regulam a sua concepção e funcionamento, aqui podemos destacar o Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de Novembro, o qual cria o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público, o Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 16 de Dezembro, que aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos e ainda o Decreto-Lei 385/99, de 28 de Setembro, definindo o regime da responsabilidade técnica pelas instalações desportivas abertas ao público e actividades aí desenvolvidas.

O Espaço Lúdico Infantil

Com as alterações que a sociedade sofreu desde a revolução industrial, fazendo com que a hora, o minuto e o segundo se substituíssem ao sol, e fazendo com que a relação ecológica entre o homem e a natureza deixasse de acontecer a muitos níveis, também na criança e para além do tempo, o espaço para brincar foi e é cada vez mais definido e delimitado.

Assim é importante que a criança usufrua de tempo e espaços adequados para brincar e que “o acesso aos parques em termos de localização e transporte, as condições apropriadas dos mesmos, se são espaços ao ar livre e se existem em número suficiente”, pois estes factores estão “intimamente relacionados com as visitas a estes lugares”, segundo Mota e Rodrigues (1999:9), pois o tempo da criança não é fácil de gerir.

É nesta perspectiva que vale a pena salientar a importância e a necessidade da criança ter tempo, ou seja, um tempo livre sem agenda, sem dia e hora marcada. Além do tempo disponível importa igualmente salientar a necessidade de ter um espaço para poder brincar, isto para Bammel e Bammel, (1996), citados por Mota e Rodrigues (1999:10).

Para Mota e Rodrigues (1999:10), “A existência de espaços lúdicos será condição primária para que a criança possa explorar o seu corpo, relacionar-se, aprender e também brincar”.

O Espaço Lúdico Infantil / Parques Infantis

Bammel e Bammel, (1996), citados por Mota e Rodrigues (1999:11), referem que “A realidade demonstra que os espaços lúdicos, normalmente de exterior, denominados frequentemente e tradicionalmente por parques infantis, resumiam-se a uma ideia clássica e restrita em termos de valor e constituição, dispondo de aparelhos colocados aleatoriamente. Estes espaços apesar de se apresentarem coloridos, não deixam de revelar uma grande monotonia em termos de solicitação motora”.

Neto (1997), citados por Mota e Rodrigues (1999:11), realça que “Se por um lado é clara e incontestavelmente reconhecido o contributo importante da actividade física no desenvolvimento e formação harmoniosa da criança, menos clara parece ser a necessidade de garantir a existência de espaços e infra-estruturas destinadas à prática da actividade física e lúdica, livre de condicionalismos e acessível a toda a população infantil”.

“Repensar os espaços lúdicos, passará por uma definição de estratégias com intuito de dotar as zonas urbanas e rurais de áreas onde a criança sinta alegria, entusiasmo, prazer de estar e participar, o que caracteriza, de resto, a natureza do ser da criança” Bonel (1993), citados por Mota e Rodrigues (1999:11).

Pereira (2005:2), refere-se aos parques infantis como “um espaço comunitário acessível a todos, podendo contribuir para que a criança crie hábitos de vida activos, ao ar livre, com reflexos sobre a saúde dos cidadãos.”.

Será então necessário abordar aspectos como o planeamento, segurança, concepção, organização, equipamento e manutenção deste tipo de espaços.

Planeamento

Tal como acontece em qualquer projecto, o primeiro passo, e também o mais importante é o planeamento do parque infantil, o qual está sujeito a uma série de condicionantes, desde os aspectos económicos, passando pelos aspectos sociais, físicos e climáticos, até aos aspectos relacionados com as actividades.

Para executar qualquer planeamento, temos necessariamente de estabelecer os objectivos, ou seja, temos de saber onde estamos, o que sabemos, e o que pretendemos alcançar, para definir os meios e as estratégias necessárias para alcançar o sucesso.

De acordo com Barreiros e Brito (1991), citado por Serra (1997), no planeamento de espaços lúdicos/jogo infantil, teremos como questões centrais, e que, por conseguinte nos permitem proceder a um mais correcto planeamento, os fins e objectivos, a classificação das necessidades, as estratégias, os recursos, as alternativas e a avaliação.

Segundo Beckwith (1985), citados por Mota e Rodrigues (1999:12), “A arquitectura do espaço lúdico deve ser alicerçada consequentemente em critérios firmes, rigorosos de ordem conceptual, organizacional, de qualidade e de segurança.”.

Para Pereira (2004), o planeamento de espaços lúdicos deverá ter em conta a possibilidades de procura por parte das crianças que vivem numa determinada área, como por exemplo um distrito. A mesma autora também sublinha a importância que deve ser dada a esta tipologia de espaços, os quais deverão fazer parte do planeamento de novas urbanizações, onde os espaços lúdicos infantis deverão ser um elemento incontornável, prevendo aquilo que será um normal crescimento da população.

No que respeita ao planeamento da localização dos parques infantis Pereira e Falé (2004:8) considera que “deve ter-se em conta a mobilidade e fixação das populações e indicadores de natalidade.”

Segurança

Segundo Ribeiros (1995:8), a segurança “significa afastamento de todo o perigo, define um conjunto de situações em que algo ou alguém permanece detentor das suas capacidades, mantendo-se estável a integridade de um indivíduo ou de um material.”.

Portanto podemos dizer que “estar seguro é dominar uma situação, é controlar os acontecimentos, baseando-nos num conjunto de relações mais ou menos estáveis, em indícios de regularidade. Daí que a segurança crie um sentimento de confiança, de tranquilidade de espírito, resultante da ideia de que não há perigo a recear.”, citando Ribeiros (1995:8).

Sendo os espaços lúdicos espaços de exploração e descoberta, de materiais, de espaços, mas também do corpo, nas suas várias dimensões, consideramos que a questão da segurança é um problema de uma enorme complexidade.

Pois como sabemos “o desenvolvimento de espaços lúdicos nunca esteve livre de problemas” segundo Hudson e col. (1997), citado por Mota e Rodrigues (1999:12), “todas as áreas, se por um lado devem dar resposta às necessidades de natureza motora, sócio-afectiva e cognitiva, por outro, devem contemplar os índices mínimos de segurança para a sua utilização plena”, pelos autores referidos no parágrafo.

Pereira (2005) considera que para se compreender de uma forma mais abrangente os acidentes que ocorrem nesta tipologia de espaços não nos podemos centrar apenas nas investigações dos equipamentos e superfícies de impacto que dão corpo a estes espaços lúdicos, pois para Pereira (2005:2) “Parece-nos, contudo, que existe, entre outros, um factor que pode estar associado aos acidentes: o crescente analfabetismo motor das crianças.”.

Neste sentido existem alguns aspectos a considerar, tais como o solo, as superfícies de impacto, os equipamentos e as capacidades motoras das crianças em plano de evidência.

Concepção e Organização

Ao pensar na concepção e organização de um espaço com estas características (espaços de jogo e recreio), existe um sem número de variáveis e de questões a responder, algumas delas contraditórias por conceito, onde o equilíbrio das opções a tomar é um exercício de grande complexidade. Com tanto para considerar optamos por uma abordagem ligeira sobre esta problemática.

É realmente necessário e “urgente inventar um espaço lúdica infantil”, que por um grande número de razões lhe é “reconhecida importância como sendo uma área com características específicas que tem por objectivo proporcionar estímulos suficientes que correspondam aos desejos da criança.”, Mota e Rodrigues (1999:16).

Para Bammel e Bammel (1996) citado por Mota e Rodrigues (1999:16), é sem dúvida importante “Proporcionar e incentivar uma actividade lúdica rica em situações prévia e naturalmente pensadas e construídas, que suscitem por um lado, a curiosidade e por outro a realização de uma actividade de exploração e de tentativas, afigura-se como sendo uma estratégia conjunta de extrema importância.”.

Para Mota e Rodrigues (1999:17), “Organizar é um processo muito mais complexo do que poderá parecer à primeira vista. Não é apenas equipar e ocupar um espaço, “salpicando” uma área disponível com diversos objectos dispostos aleatoriamente e sem qualquer objectivo e fundamento. Desta forma não se estará a organizar, mas sim apenas a ocupar um espaço, limitando-lhe todas as possibilidades. Organizar pressupõe sectorizar o espaço criando áreas por actividades e estudar a comunicação e ligação entre elas.”.

Para Pereira (2005:4), existe a necessidade de colocar ao dispor das crianças, nesses espaços, “situações e práticas de risco, sendo este necessário ao seu desenvolvimento.”. Continua dizendo que “é indispensável criar maior número e as mais variadas oportunidades de jogo que favoreçam o desenvolvimento motor da criança dando-lhe oportunidades de medir o risco, situando-o em limiares aceitáveis.”.

Equipamento

O Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro, em conjunto com a Portaria n.º 379/98, de 2 de Julho, vem regulamentar os equipamentos, no entanto não define o que cada parque infantil deve conter, o que segundo Mota e Rodrigues (1999:20-21), existe “a necessidade de redesenhar o espaço, surge numa tentativa de oferecer à criança um espaço para ela direccionado, um espaço mais organizado e dinamizador.”.

Hudson e col. (1997) citado por Mota e Rodrigues (1999:21), diz seria desejável que os equipamentos “congregam as noções essenciais à potencialização e promoção de uma continuidade de acções, manifestamente positiva numa perspectiva funcional, providenciando uma distância apropriada e segura entre os diferentes elementos.”.

Assim para Pereira e Falé (2004:2) existe a necessidade de que todos os equipamentos cumpram a legislação que se encontra em vigor, para além de ter que existir “a verificação temporária dos equipamentos após a sua inspecção é necessária, os equipamentos no mercado devem cumpri-la com rigor.”. Os mesmos autores, Pereira e Falé (2004), consideram que existe a necessidade de se realizar mais investigações nesta matéria para melhor compreender toda a problemática relacionada com os equipamentos.

Manutenção

“As tarefas de manutenção visam conservar o espaço de jogo com todas as suas características e potencialidades. O programa de manutenção deve ser implementado como parte das inspeções regulares de segurança. A manutenção adequada permite a longevidade dos equipamentos e assegura a segurança da área do parque infantil.” Ribeiros (1995:25).

Penso que fica bem clara a importância da manutenção com o parágrafo anterior, mas não será de mais exaltar que “A manutenção regular e periódica é procedimento fundamental na preservação da integridade do espaço e de qualquer utilizador seja ele criança ou adulto. A segurança passa assim por uma adequada e eficaz manutenção do espaço”, citando Mota e Rodrigues (1999:21).

Também Pereira (2004) refere a importância da manutenção e mesmo da remodelação de alguns espaços mais antigos, uma vez que o vandalismo é sem dúvida uma constante e leva por vezes à destruição dos espaços, especialmente nos primeiros meses após a construção.

Assim para Pereira e Falé (2004), “deve ser designada uma equipa/serviço responsável pela verificação e manutenção regular/periódica das condições de segurança e higiene do espaço.”.

Autarquia e Competências Autárquicas

Segundo Carvalho (1994), citado por Nunes (1999), existe um conjunto de índices que permitem a avaliação da importância do desporto nos seus vários domínios, de forma a estabelecer objectivos e por sua vez estratégias de desenvolvimento desportivo autárquico.

É crucial a definição de Planos de Desenvolvimento Desportivo Municipal, que sejam eminentemente operacionais, e que permitam efectuar as mudanças necessárias na realidade de forma a alcançar os objectivos pretendidos, segundo Carvalho (1994), citado por Nunes (1999).

Tendo em consideração o mesmo autor é importante referir que apesar das realidades autárquicas apresentarem diferenças que podem ser significativas, pois cada concelho apresenta características muito próprias, podemos no entanto definir algumas linhas de acção dominantes tais como:

- a) Actividades – onde a iniciação desportiva e a ocupação dos tempos livres tem um papel importante;
- b) Instalações – as actividades relacionadas com a formação desportiva e a ocupação dos tempos livres com actividade física necessitam de espaços físicos;
- c) Formação – a formação de quadros também na perspectiva abordada nos pontos anteriores;
- d) Orgânica – a autarquia tem de criar no seu seio estruturas que tratem destas questões;
- e) Gestão – uma gestão cuidada e com critérios bem definidos orientados segundo os objectivos traçados de desenvolvimento desportivo municipal;

- f) Apetrechamento – um apetrechamento de materiais manipuláveis, tanto no jardim-de-infância, como na Escola de 1º ciclo, como nos parques infantis:

Relativamente aos espaços reservados para a infância, os espaços de jogo e recreio, vulgo parques infantis, existem segundo Constantino (1994), necessidades prementes de intervenção, “Uma primeira linha de intervenção dos Municípios parece-me dever situar-se ao nível do planeamento e organização do território, definindo, qualificando e organizando espaços exclusivamente dedicados às práticas lúdicas infantis.”.

Mota e Rodrigues (1999:25) consideram que é “decisivo que a autarquia reconheça o papel que desempenha na formação da cultura lúdica da criança, não descartando as suas responsabilidades no processo.”.

Espaços lúdicos

Segundo Pereira e al. (2002a,b), todos os espaços que não sejam considerados espaços desportivos, mas que tenham como fim o jogo e recreio, numa perspectiva lúdica e de diversão, são considerados por definição considerados espaços lúdicos.

Os mesmos autores dividiram os espaços lúdicos em várias categorias:

- a) ***Parques infantis*** – categoria contextualizada através do Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro como um “espaço de jogo e recreio” e “área destinada à actividade lúdica das crianças, delimitada física ou funcionalmente, em que a actividade motora assume especial relevância”;
- b) ***Parques de diversão*** – categoria que pode ser atribuída apenas para crianças como para todas as idades, podendo ter um carácter fixo ou temporário; são espaços onde existe uma aglomeração de diversões de várias ordens, tais como carrinhos de choque, montanhas russas ou outros;
- c) ***Parques aquáticos*** – categoria de espaços lúdicos, que apresenta legislação, sendo que o Decreto-Lei n.º 65/97 de 31 de Março realiza o seu enquadramento legal;
- d) ***Salões de jogos*** – espaços que contêm máquinas de jogos, bilhares, etc.

Espaços desportivos

Apesar das instalações desportivas que consideramos para este estudo apresentarem características ligadas à alta competição, é também verdade que são utilizadas com fins de recreação e lazer de uma forma mais irregular e menos sistemática, podendo por isso serem também consideradas por espaços desportivos informais o mesmo acontecendo com algumas tipologias de espaços verdes, os quais são utilizados para esses fins.

Pereira e al (2002a,b) para realizar a caracterização dos espaços desportivos, utilizaram a terminologia da Secretaria de Estado do Desporto (1997) e ainda pelo Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (1990), a qual definiram a seguinte tipologia:

- a) ***“Grandes campos de Jogos*** – campos de jogos de grandes dimensões que têm como fim normalmente a prática de futebol de 11, o hóquei em campo, o rãguebi, são espaços não cobertos;
- b) ***Pequenos campos de jogos ou polidesportivos*** – campos de jogos de médias dimensões os quais têm como fim a prática de várias modalidades desportivas colectivas, são ao ar livre; apresentam uma grande polivalência de utilização, tendo por isso equipamentos específicos de várias modalidades;
- c) ***Ginásios e salas gímnicas*** – Com pequenas dimensões e cobertas e são consideradas nestas classificações, ginásios, salas de musculação, salas de dança, salas de judo, luta, etc.;

- d) ***Pistas e circuitos*** – espaços que possibilitem a prática de corridas pedestres ou de bicicleta com fins de lazer, recreação, formação ou competição;
- e) ***Piscinas*** – nesta classificação estão incluídas as piscinas cobertas e descobertas, piscinas de lazer e tanques de aprendizagem;
- f) ***Espaços especiais*** – São espaços com características especiais, sendo utilizados para a prática de desportos que necessitam de infra-estruturas específicas e com pouca tradição:
 - a. áreas de desportos motorizados terrestres;
 - b. áreas de desporto náuticos;
 - c. campos de golfe, mini-golfe;
 - d. centros equestres, pistas de corridas de cavalos, centros de hípicas;
 - e. outros.”

Espaços verdes

Os espaços verdes apresentam características que se tornam manifestamente importantes nos mais variados domínios da nossa sociedade, tendo estes espaços uma importância crescente no que respeita ao lazer, sendo considerados por de espaços de lazer e classificados como uma das suas quatro categorias definidas por Pereira (2005): espaços lúdicos, espaços desportivos, espaços culturais e espaços verdes.

Para Pereira (2005), os espaços verdes podem ser divididos por estrutura verde local, estrutura verde regional e outros.

Assim e para uma melhor exposição vamos apresentar a caracterização de Pereira (2005) para os espaços verdes também referida como estrutura verde:

a) Estrutura verde local:

- Estrutura verde urbana e suburbana;
 - Espaços próximos e adjacentes à habitação – praça ou alameda arborizada, jardins de quarteirão;
 - Parques urbanos, parques da cidade e parques suburbanos;
- Áreas especiais de protecção;

b) Estrutura verde regional e nacional:

- Rede nacional de áreas protegidas;
- Outros espaços pertencentes à Rede Natura 2000;
- Outras áreas de património natural seleccionadas com base no Projecto Biótipos do Programa Corine;

c) Outros.

1.5– Enquadramento Legal

Com um cruzamento das competências entre o Sistema Educativo, o Sistema Desportivo e Poder Autárquico, penso que se torna importante realizar uma pequena incursão pela Legislação que estabelece o enquadramento desta realidade complexa.

O Direito ao Desporto

O direito ao Desporto está consagrado na Constituição da República Portuguesa. Neste documento está expresso o direito do acesso do cidadão às práticas desportivas, o que trás obrigações para o Estado.

Remetendo-nos à leitura da Constituição da República Portuguesa (1998:64,65), a qual na sua parte I – “Direitos e Deveres Fundamentais”, Título III, “Direitos e Deveres Económicos, Sociais e Culturais” art. 79º sob o titulo “Cultura Física e Desporto” verificamos no seu ponto um “o direito alargado à cultura física e ao desporto para todos” e no seu segundo ponto a referência “ao papel do estado na promoção e orientação e apoio na prática, salvaguardando a prevenção da violência no desporto”.

Também na Lei n.º 30/2004, a Lei de Bases do Sistema Desportivo, no seu Artigo 2.º, reporta-se também ao direito ao desporto dizendo no seu ponto um que “Todos têm direito ao desporto, enquanto elemento indispensável ao desenvolvimento da personalidade.”, reforçando portanto o inscrito na Constituição da República Portuguesa.

Lei de Bases do Sistema Educativo

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), “caracteriza-se pela busca de actualizações de conceitos e intenções, tentando encontrar uma unidade de conteúdo e forma que favoreça a actual e futura qualidade de vida das crianças”, segundo Ferrão (1999: 72).

A Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro estabelece um novo ordenamento do Sistema Educativo, atribuindo ao Ensino Básico um conjunto de objectivos nos quais as actividades físicas e desportivas têm forte relevo. O Sistema Educativo Português, através da disciplina de Expressão e Educação Físico Motora (EEFM), pretende criar as condições para que as crianças que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico melhorem as suas capacidades físicas, psicológicas e intelectuais.

Também no que respeita ao ensino pré-escolar o Sistema Educativo estabelece um conjunto de objectivos na Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, que, como está descrito na Secção I com o título “Educação pré-escolar”, Artigo 5.º, ponto um alínea a) passa por “Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades”.

Deste modo será objectivo criar hábitos de vida activa buscando a diminuição de factores de risco para a saúde, característicos de uma vida sedentária. Assim a escola situa-se no centro das preocupações no que se refere às crianças, principalmente pelo facto, face à legislação vigente, todas elas terem acesso obrigatório à frequência de aulas de EEFM, por um lado e por outro lado o acesso (não obrigatório) a sessões de motricidade orientada, existindo um esforço para que a rede nacional do pré-escolar seja uma realidade concreta, pelo menos no que se refere à legislação emanada nesse sentido, através dos Decreto-Lei 147/97 de 11 de Junho e Decreto-Lei 89-A/98 de 7 de Abril.

As actividades físicas que decorrem dos programas EEFM e das orientações curriculares para o domínio da expressão motora do pré-escolar abrangem um conjunto bastante diversificado de conteúdos, com o intuito de proporcionar aos alunos desenvolvimento das suas capacidades motoras, de uma forma generica.

A referida Lei n.º 46/86, especifica que quem deve ministrar as aulas de EEFM, para que as aulas funcionem na prática, no seu ponto 2 do Artigo 30.º: “ sendo a docência em todos os níveis e ciclos de ensino assegurada por professores detentores de diploma que certifique a formação profissional específica com que se tornam devidamente habilitados para o efeito”; deverão, portanto, ser pessoas devidamente habilitadas.

Podemos encontrar na mesma Lei, no que se refere aos recursos educativos, no seu artigo 41.º, ponto 2: “São recursos educativos privilegiados, a exigirem especial atenção: (...) d) Os equipamentos para a Educação Física e Desporto”; no seu artigo 43, ponto 2, acrescenta, genericamente, que “O Sistema Educativo deve ser possuidor de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade, mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das Autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda as instituições de carácter científico”.

Neste sentido parece-nos que a Autarquia deverá zelar para que o funcionamento das aulas de EEFM seja satisfeito, como também as sessões de motricidade orientada sejam uma realidade, pois são um direito fundamental do cidadão, ou seja, o direito às práticas físicas e desportivas.

Lei de Bases do Sistema Desportivo

Apesar da Lei de Bases do Desporto, Lei n.º 30/2004 de 21 de Julho ser actualmente vigente, este nosso estudo foi enquadrado pela Lei de Bases do Sistema Desportivo n.º 1/90, de 13 de Janeiro porque na altura relativa ao período de tempo estudado era a lei imperante.

Assim a Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro e a sua posterior regulamentação, realizou o enquadramento, pois com ela existiu uma definição das linhas orientadoras da realidade desportiva. Com esta lei foram definidos vínculos jurídicos quanto às competências das Autarquias no fomento do desporto local. Assim de acordo com esta lei, no artigo 1º, do capítulo I, o objectivo primário da Sistema Desportivo Português é “promover e orientar a generalização da actividade desportiva” encarada como “Um factor cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade”.

No que refere a um ponto abordado nesta revisão bibliográfica, O Direito ao Desporto, é acrescentado por esta lei o artigo 2º, n.º 1 que o “Sistema Desportivo, no quadro dos princípios constitucionais, fomenta a prática desportiva para todos, quer na vertente da recreação, quer na de rendimento, em colaboração prioritária com as escolas, atendendo ao seu elevado conteúdo, e ainda em conjugação com as associações, as colectividades desportivas e autarquias locais” e, no seu n.º 2, continua dizendo que “Além dos que decorrem no número anterior, são princípios gerais do Estado, no desenvolvimento da política desportiva: (...) i) A descentralização e a intervenção das Autarquias Locais”.

“A Lei de Bases do Sistema Desportivo (LBSD) prevê a intervenção das Autarquias no processo de desenvolvimento desportivo, tendo por base a promoção e a generalização da prática desportiva, dado que se trata de um factor cultural indispensável para a plena formação da pessoa humana e para o desenvolvimento da sociedade” citando Ferrão (1999: 75). Assim, o seu artigo 4º refere os princípios gerais da formação e da prática desportiva, em especial no seu número 6, onde diz que compete ao Estado assegurar ainda os meios

essenciais à formação desportiva na perspectiva do desenvolvimento regional, promovendo, de forma integrada, a conjugação das vocações dos diferentes departamentos oficiais”.

No que respeita a infra-estruturas, a LBSD contempla uma política integrada, reservada ao Governo uma certa paridade com as Autarquias Locais, no que concerne às instalações e equipamentos desportivos, numa tentativa de respeitar o planeamento urbano e o desenvolvimento desportivo, de uma forma integrada, conforme o artigo 36º, n.º 1 e 2, alínea a), do capítulo IV, de onde se destaca o seguinte: “O governo e as Autarquias desenvolvem uma política integrada de instalações e equipamentos desportivos, definida com base em critérios de equilibrada inserção no ambiente e em coerência com o integral e harmonioso desenvolvimento desportivo”.

Os pontos subsequentes nesse mesmo artigo referem um conjunto de medidas a adoptar, assim neste âmbito, reporta-se às instalações escolares pois “Os equipamentos desportivos devem ser igualmente previstos e proporcionados por agregados de estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico...”, ponto 4, além disso, “As infra-estruturas desportivas sedeadas nas Escolas Públicas são prioritárias.”, conforme o ponto 5 do mesmo artigo.

Para Ferrão (1999:77) os “domínios de intervenção, de acordo com a LBSD, as Autarquias orientariam a sua intervenção nas seguintes áreas:

- Em colaboração com o Governo, providenciariam para que as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico possuíssem instalações desportivas adequadas à prática das aulas de Educação e Expressão Físico Motora;
- Emissão de pareceres sobre o regime do parque desportivo público;
- Fomento e apoio às actividades curriculares e de complemento curricular dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- Fomento da prática desportiva para todos, a nível escolar, da recreação, do rendimento – em conjugação com os restantes sectores do sistema Desportivo e com o Poder Central”.

Existe uma clara tentativa legislativa para uma real descentralização, para uma delegação de poderes e de responsabilidades do Poder Central para o Poder Local.

No que respeita à organização de serviços do desporto as Autarquias terão que possuir uma real e verdadeira autonomia, traduzida num espaço organizacional próprio. Conforme as necessidades, cada Câmara adoptará o modelo que melhor responda e se adapte aos aspectos mais prementes da sua área geográfica, devendo existir, neste domínio, uma adequação dos Planos Desportivos ao apetrechamento e conservação de infra-estruturas, equipamentos, funcionamento, entre muitos outros aspectos.

Como conclusão poderemos dizer que a LBSD constituiu um texto fundamental do Desporto Português, porém a realidade pretendida com este documento ainda estará muito distante, talvez porque têm existido um conjunto de opções, em matéria da Educação e do Desenvolvimento Desportivo, pelos vários Governos Constitucionais, à margem daquilo que é considerado realmente importante na LBSD.

Análise sumária da Legislação Específica entre a Autarquia e o Sistema Educativo e o Sistema Desportivo

No que se refere ao desporto, as competências e as atribuições das Autarquias são realmente muito vagas, existindo uma falta de definição entre aquilo que deve ser a acção das Autarquias e a acção do Poder Central. Com a falta de definição que existe na LBSD, Lei n.º 1/90 de 13 de Janeiro, quanto à atribuição de responsabilidades, existe “muita terra de ninguém” entre as responsabilidades atribuídas ao Governo, às Autarquias e as Escolas.

Existe alguma legislação que faz o enquadramento de um conjunto de responsabilidades, como o Decreto-Lei n.º 334/91 de 6 de Setembro – Gestão do Parque Escolar – o qual determina que, nos estabelecimentos de ensino oficiais, a utilização do Parque Desportivo escolar é suposto obedecer à seguinte ordem de prioridades: actividades escolares curriculares, extra-curriculares, Desporto no ensino superior, Desporto de rendimento, actividades desportivas apoiadas pelas Autarquias Locais e/ou outros utilizadores. Também a Portaria n.º 68/89, de 31 de Janeiro, merece algum destaque pois regulamenta que o parque desportivo escolar se localize na própria escola e inclua os meios adequados que possam permitir também, à comunidade envolvente, o pleno uso desses equipamentos e espaços.

O Decreto-lei n.º 116/84 que descreve os princípios orientadores da organização de um Serviço Municipal de Desporto, assim com este serviço é suposto criar-se uma estrutura capaz de responder, não só às necessidades de uma determinada população, mas também procurar estabelecer directrizes orientadoras para um desenvolvimento desportivo municipal.

Por fim o Decreto-Lei n.º 100/84 de 29 de Março (Lei das Autarquias Locais), o qual prevê uma consolidação e um reforço do Poder Local. O texto do Decreto-Lei refere que as Autarquias possuem atribuições nos domínios da Educação, Ensino, protecção à infância e terceira idade, cultura, tempos livres, Desporto, protecção do meio ambiente e qualidade de vida. Também consta no referido texto, a necessidade da Autarquia agir, nesses domínios de acordo com as necessidades das populações.

Em síntese, de acordo com a legislação consultada e em conformidade com o nosso entendimento da lei, apresentamos algumas respostas concretas a questões importantes.

Assim, relativamente às entidades responsáveis pela criação, manutenção de Jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo, podemos afirmar, segundo a Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, que na Secção I intitulada “Educação pré-escolar”, no Artigo 5.º e mais propriamente no ponto 5, refere que a rede “de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional, ou local e de outras entidades”. Também o Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Junho no seu Capítulo II, “Princípios gerais”, no seu Artigo 3.º “Redes de educação pré-escolar”, ponto 1, diz que “As redes de educação pré-escolar, pública e privada, constituem uma rede nacional” e continua dizendo no seu ponto 2 que a “rede pública integra os estabelecimentos de educação pré-escolar criados e a funcionar no directa administração pública central e local”. Deste modo podemos dizer que a responsabilidade de criação de estabelecimentos de educação pré-escolar está bastante dispersa não existindo responsabilização directa de nenhuma instituição em nenhuma destes documentos.

No entanto, o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro no Capítulo VI, “Construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação e ensino”, no Artigo 22º “Competências”, é claro ao afirmar no seu ponto 1, que “A realização dos investimentos na construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, previstos na carta educativa, é da competência dos municípios”, e continua no ponto 2 dizendo que a “realização dos investimentos previstos no número anterior, no que se refere à educação pré-escolar e ao 1.º ciclo do ensino básico, compreende a identificação, a elaboração e a aprovação dos projectos, o seu financiamento e a respectiva execução”, sendo por isso também as autarquias responsáveis pela definição das características das instalações relativas aos Jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo.

Relativamente à responsabilidade da existência de sessões de motricidade orientada no Jardim-de-infância, a Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, no Capítulo II “Organização do sistema educativo, na Secção I, no ponto 7 do Artigo 5.º remete a responsabilidade ao ministério “responsável pela coordenação da política educativo” na definição das normas “gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógico e técnico, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento”. Na mesma Lei no seu Capítulo VII “desenvolvimento e avaliação do sistema educativo” no seu Artigo 53.º “Inspeção escolar”, esclarece que “a inspeção escolar goza de autonomia no exercício da sua actividade e tem como função avaliar e fiscalizar a realização da educação escolar, tendo em vista a prossecução dos fins e objectivos estabelecidos”, o que nos diz em última análise quem é responsável pela execução das orientações curriculares ou programas definidos para os vários ciclos, nomeadamente o 1º ciclo do ensino básico, sendo a inspeção escolar a última “fronteira” dentro do Ministério da Educação, pois na mesma Lei, no seu Capítulo VI “Administração do sistema educativo”, no Artigo 44.º, “Níveis de administração” no seu ponto 2, refere que será criado em cada região um órgão com o “objectivo de integrar, coordenar e acompanhar a actividade educativa”. Também, e para além dos órgãos próprios existentes nos

estabelecimentos de educação que detêm competências no domínio da regulação e acompanhamento da actividade educativa das instituições a que pertencem, também o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, no Artigo 4.º, ponto 2 menciona que compete “ao conselho municipal de educação analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino” em vários domínios tal como a “adequação das instalações” e “desempenho do pessoal docente”, na persecução da “eficácia do sistema educativo”.

Outra questão que por vezes é colocada tem a haver com quem detêm a responsabilidade da realização de actividades extracurriculares, a qual é encontrada uma resposta na Lei de Bases do Sistema Educativo, no seu Artigo 48.º, dizendo respeito à “Ocupação dos tempos livres e desporto escolar”, no seu ponto 3, que essa actividade deve “ ser da iniciativa de cada escola ou grupos de escolas”.

2. Objectivos do Estudo

2.1 – Problema

Neste ponto procuraremos definir o problema de base, os objectivos que irão nortear esta investigação, os limites desta investigação, bem como a sua relevância.

Neste século, pleno de desenvolvimento existem de crianças que não têm acesso a uma cultura desportiva vivida e praticada na primeira pessoa, não realizando actividades físicas e desportivas de uma forma regular e devidamente regulada, embora estejam em idades onde essa componente é absolutamente primordial por variadíssimas razões.

Sabendo ainda da obrigatoriedade da prática de sessões de Expressão e Educação Físico Motora, no 1º ciclo do Ensino Básico, e da desejável inclusão de sessões de Motricidade Infantil no Jardim-de-infância bem como de actividades desportivas de Complemento Curricular, parece-nos fundamental procurar que tipo de respostas as Câmaras Municipais dão a esse sector da população, sabendo que são essas entidades que melhor conhecem as “suas” populações e também estão investidas da responsabilidade (através do Governo Central) de apoiar a Instituição Escola desde o Jardim-de-infância até ao 3º Ciclo do Ensino Básico, conforme consta no Decreto – Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro.

2.2 – Perguntas de partida

Num processo de investigação existe a necessidade de a certa altura construir e balizar uma componente investigativa fundamental, a(s) pergunta(s) de partida, as quais irão nortear todo o processo.

Pensamos ser fundamental que quando os responsáveis políticos estipulam os seus objectivos programáticos, como em qualquer processo de planeamento, não poderiam deixar organizar toda a estrutura da autarquia para servir com eficácia e eficiência os fins a que se destina. Também nos afigura como essencial que esses objectivos programáticos estejam realmente definidos, para cada uma das áreas, contendo todas as informações importantes para a sua persecução.

Desta forma, nesta investigação não poderíamos deixar de ter como pergunta orientadora a seguinte:

Quais são as estruturas orgânicas e os documentos orientadores autárquicos relacionados com a Educação e com as actividades físicas e desportivas?

Existindo no seio autárquico uma maior ou menor estruturação da sua orgânica interna ou produção documental sobre as várias vertentes da política autárquica, impõe-se, a nosso ver um conhecimento sobre as actividades que são desenvolvidas. Deste modo apresentamos a seguinte questão:

Quais as formas de intervenção da Autarquia no desenvolvimento de actividades físicas e desportivas, dentro e fora do Jardim-de-infância e do 1º Ciclo do Ensino Básico?

A definição dos programas políticos autárquicos, tanto no seu todo como nas matérias relativas à educação e ao desporto necessitam de um suporte económico. Assim, gostaríamos neste estudo de recolher informações relativas aos orçamentos gerais das autarquias, bem como tentaremos estudar que percentagens do orçamento geral são atribuídas às áreas visadas neste nosso estudo, ou seja a educação e o desporto.

Tendo em conta as estruturas organizacionais das autarquias em questão, onde várias áreas estão englobadas por pelouro, característica própria de municípios com uma dimensão reduzida, existe em algumas delas pelouros que para além da educação também comportam o desporto a cultura e a juventude. Pensamos que será uma limitação, porque em termos contabilísticos não será fácil para as instituições em causa separar dentro dos pelouros os orçamentos para cada uma das áreas que são do seu domínio.

Assim estamos cientes das dificuldades que encontraremos para conseguirmos obter estes dados, mas não poderíamos deixar de ter como pergunta orientadora a seguinte questão:

Quais os Indicadores financeiros globais Autárquicos (2002/03/04)?

2.3 – Objectivos

Este trabalho tem como objectivo principal identificar as formas de intervenção das Autarquias da Região Norte, Minho Lima (NUTS III), no processo de desenvolvimento de actividades físicas e desportivas nos Jardins-de-infância, nas Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como saber de outras formas de fomento às práticas físicas nas crianças que frequentam estes níveis de ensino, para os anos lectivos de 2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004.

De forma a concretizar este objectivo procuramos investigar quais as formas de intervenção da Autarquia, na instituição escola. Para isso foi necessário saber qual é a sua participação relativamente às actividades curriculares e de complemento curricular, às instalações, aos transportes, bem como outros dados que se considerem importantes.

Outro ponto que se afigurou de grande interesse foi o de conhecer as estruturas organizacionais Camarárias para a Educação e para o Desporto bem como saber da existência ou não de um Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal.

Focamos também a nossa atenção em outra análise, a qual se prende com a percentagem do orçamento das Autarquias que é reservado e aplicado na educação e no desporto.

O estudo vai incidir sobre os anos lectivos de 2001/2002, 2002/2003 e 2003/2004.

Também estabelecemos como objectivo conhecer a realidade desta região em alguns parâmetros que consideramos importantes para melhor compreender os objectivos principais deste estudo. Assim procuramos retratar a região relativamente à área que ocupa, as suas freguesias, a sua população residente, a variação da população residente entre os anos de 1991 e 2001, bem como o número de habitantes por quilómetro quadrado.

2.4 – Limites

Como fonte principal de recolha de informação foi seleccionado o inquérito por questionário, sendo esse de administração indirecta, pois segundo Quivy (1998:188), toma esse nome quando “o próprio inquiridor o completa a partir das respostas que lhe são fornecidas pelo inquirido”, o mesmo é referido por Almeida, J. e Pinto, J. (1982: 104), o qual acrescenta que “Só nos inquéritos de administração indirecta, nos quais é o inquiridor quem formula as perguntas e regista as respostas do inquirido, se estará numa situação comparável à da entrevista.”, que para nós é uma vantagem, pois assim poderemos explorar um pouco mais as perguntas abertas existentes no questionário.

Este instrumento apresenta uma estrutura relativamente rígida, o que poderá ter condicionado a profundidade da informação recolhida. Também conhecemos a relativa falta de receptividade das Autarquias para colaborar nestes estudos, no entanto houve a preocupação de explicar quais os fundamentos e intenções deste estudo.

Esteve presente uma preocupação relativa às resistências que por vezes existem por parte deste tipo de instituições, relevando elas alguns mecanismos inconscientes de defesa, os quais podem eventualmente levar a uma menor precisão dos dados recolhidos.

Este estudo pretende apenas recolher e tratar informação de uma realidade (Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico) e de um espaço geográfico (Minho Lima, NUTS III) da Região Norte.

2.5 – Relevância

Sabendo da importância que as actividades físicas têm em numerosos factores relacionados com a qualidade de vida da população em geral, e em particular em alguns sectores etários da população onde podemos incluir a infância, sabendo também que muitas crianças que frequentam o Jardim-de-infância e o 1º Ciclo do Ensino Básico estão privadas, por vários motivos dessa prática, pretendemos saber quais as formas de intervenção das Autarquias (com responsabilidades nestes níveis de ensino) de forma a resolver ou atenuar este problema.

Assim reflectimos sobre as suas acções (Autarquias) com a perspectiva de contribuir para uma maior eficiência e eficácia na sua intervenção neste domínio.

3. Metodologia

3.1 – Modelo de investigação

Neste ponto procuramos referir da forma mais detalhada quanto possível, os passos que foram utilizados para a elaboração deste trabalho de investigação.

Deste modo procuramos definir qual o modelo de investigação por nós utilizado, realizamos uma caracterização da amostra em causa, especificamos as técnicas utilizadas para a recolha dos dados fazendo referência ao questionário utilizado. Não foi esquecida a caracterização das variáveis em estudo a descrição de todos os procedimentos e por fim o tratamento estatístico utilizado.

O estudo que se efectuou tem como principio orientador uma natureza predominantemente descritiva, assumindo também, e com o desenrolar do processo adquirir uma forma hipotético-dedutiva.

3.2 – Caracterização da Amostra

O universo que se pretende analisar é coincidente com a amostra para este estudo, estando circunscrita às dez Autarquias da região NUTS III, do Minho Lima.

Descrição sumária da sub-região do Minho Lima

Esta região apresentava segundo os censos de 2001, realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) 250.275 habitantes, numa área de 2.213 km². Esta região, que é coincidente com o Distrito de Viana do Castelo apresenta uma densidade populacional de 113 habitantes por quilómetro quadrado (km²). No que se refere à evolução demográfica poderemos dizer que entre os censos de 1991 e 2001 praticamente não existiram alterações, uma vez que o crescimento da população residente foi de 216 habitantes, o que corresponde a uma percentagem de 0.08%.

Os limites desta região são a Espanha, nas suas fronteiras Norte e Este e a Oeste a sua fronteira é o mar.

Figura 1 – Mapa da região NUTS III do Minho Lima



Fonte: <http://portugal.veraki.pt> – 8-6-2005

Descrição dos concelhos da sub-região do Minho Lima

Vamos realizar uma breve descrição dos dez concelhos que constituem a sub-região do Minho Lima, ou seja, o concelho de Arcos de Valdevez, o concelho de Caminha, o concelho de Melgaço, o concelho de Monção, o concelho de Paredes de Coura, o concelho de Ponte da Barca, o concelho de Ponte de Lima, o concelho de Valença, o Viana do Castelo e o concelho de Vila Nova de Cerveira, e com eles o universo que pretendemos estudar.

Com o objectivo de retratar um pouco melhor os concelhos atrás enumerados, iremos incluir nesta descrição alguns itens que consideramos mais relevantes para um melhor enquadramento e compreensão deste estudo. Assim itens como a área que cada um dos concelhos detém, o número de freguesias que constituem a totalidade de cada um dos concelhos, o número de habitantes, a sua densidade populacional, a evolução da sua população entre os censos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística em 1991 e 2001, são dados que nos afiguraram como importantes, e portanto tidos em consideração.

Concelho de Arcos de Valdevez

O concelho de Arcos de Valdevez apresenta uma área total de 446.8 km², sendo no que se refere a área, um concelho com alguma dimensão, totalizando a maior área dos dez concelhos que constituem esta região.

Figura 2 – Mapa do concelho de Arcos de Valdevez



Fonte: <http://portugal.veraki.pt> – 8-6-2005

Segundo os dados dos censos de 2001 do INE, a população residente em Arcos de Valdevez é de 24761 habitantes, constituindo o terceiro concelho mais populoso, mas apresentando um índice de habitantes por quilómetro quadrado, extremamente baixo, de 55.4 habitantes/km². No que refere à sua evolução demográfica, de 1991 para 2001 a evolução foi negativa em 8.2%.

Este concelho encontra-se dividido em 51 freguesias, o que a par com Ponte de Lima são os concelhos com o maior número de freguesias da região.

Concelho de Caminha

Com uma área de 137.7 km² este concelho encontra-se dividido em vinte freguesias. O número de habitantes, obtidos através dos censos de 2001 recolhidos pelo INE, é de 17069 habitantes, sendo por isso o quinto concelho mais populoso desta região. A sua densidade populacional é mais alta do que a apresentada no concelho atrás retratado, apresentado o valor de 123 habitantes/km², ou seja, o terceiro valor mais alto de entre os concelhos analisados. Caminha apresenta uma evolução positiva no que se refere à população residente apresentando um aumento de 5.3% de 1991 para 2001, dados referentes aos censos de 1991 e 2001.

Figura 3 – Mapa do concelho de Caminha



Fonte: <http://portugal.veraki.pt> – 8-6-2005

Concelho de Melgaço

Com 18 freguesias e uma área total de 238,5 km², este concelho é o quarto maior no que diz respeito à sua área e apenas o oitavo quando nos referimos à sua população. Apresentando uma população residente de 9996 habitantes (dados do INE referentes aos censos de 2001), sendo a sua densidade demográfica de 41.9 habitantes/km². Este valor é o mais baixo de todos os concelhos aqui estudados. Este concelho sofreu uma queda acentuada de 1044 habitantes em dez anos, sendo correspondente a uma variação negativa de 9.5%.

Figura 4 – Mapa do concelho de Melgaço



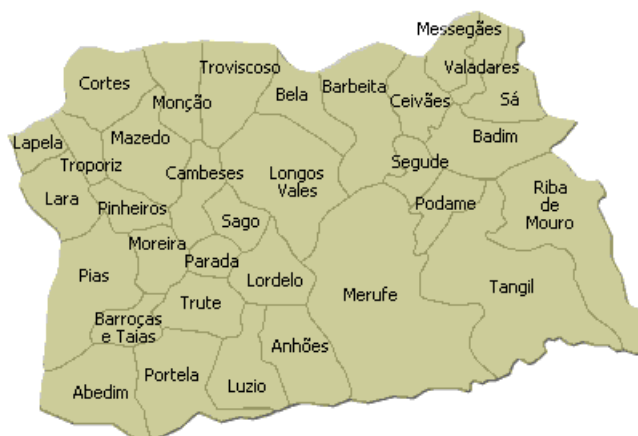
Fonte: <http://portugal.veraki.pt> – 8-6-2005

Concelho de Monção

O concelho de Monção tem uma população residente de 19956 habitantes, dados apurados pelo INE nos censos de 2001. Este concelho é o quarto mais populoso desta região, sendo que o seu índice de habitantes por quilómetro quadrado é de 94.4, é por isso, de todos os concelhos até agora retratados aquele que apresenta este índice mais elevado. Tal como o concelho de Melgaço também este perdeu população residente desde do recenseamento do INE de 1991, apresentando um saldo negativo de 1843 habitantes, correspondendo a uma perda de 8,7% da população.

A área total de implementação de Monção é de 211.3 km², distribuídos por 33 freguesias.

Figura 5 – Mapa do concelho de Monção



Fonte: <http://portugal.veraki.pt> – 8-6-2005

Concelho de Paredes de Coura

Paredes de Coura estende-se por uma área de 138.5 km², divididos por vinte e uma freguesias. Conta com uma população residente de 9571 habitantes, dados do INE referentes a 2001, o que representa um decréscimo de 8.3%, relativamente à apurada em 1991 pelo mesmo instituto, materializando-se em 871 habitantes a menos em dez anos. A densidade de habitantes no concelho é de 69 habitantes/km², o terceiro valor mais baixo dos aqui apresentados.

Figura 6 – Mapa do concelho de Paredes de Coura

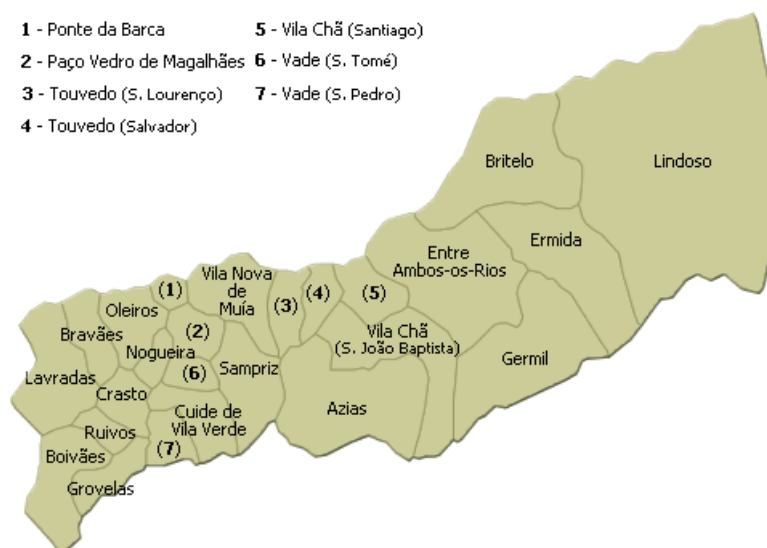


Fonte: <http://portugal.veraki.pt> – 8-6-2005

Concelho de Ponte da Barca

O Concelho de Ponte da Barca é constituído por 25 freguesias, as quais ocupam uma área de 182,6 km², sendo por isso o quinto maior concelho dos aqui retratados. No que se refere à população residente os censos de 2001 do INE para 12909 habitantes, sendo por isso um número inferior ao apurado em 1991, o qual era de 13142. Assim também neste concelho existiu um decréscimo da população residente em cerca de 1.8%. Com um número de 70 habitantes por quilómetro quadrado este concelho apresenta um valor muito semelhante ao do concelho de Paredes de Coura, sendo também um dos mais baixos de entre os dez.

Figura 7 – Mapa do concelho de Ponte da Barca



Fonte: <http://portugal.veraki.pt> – 8-6-2005

Concelho de Ponte de Lima

Este concelho é o segundo de todos os aqui retratados no que se refere ao número de habitantes, pois apresenta como população residente 44343 habitantes, apresentando mesmo uma variação positiva neste censo de 2001 quando comparado com os resultados obtidos pelo INE em 1991, com mais 922 habitantes e por conseguinte com uma variação positiva de 2.1%.

Figura 8 – Mapa do concelho de Ponte de Lima



Fonte: <http://portugal.veraki.pt> – 8-6-2005

Com um índice de 137.9 habitantes por quilómetro quadrado, Ponte de Lima é um dos concelhos com maior densidade populacional do desta região.

Este concelho a par com o de Arcos de Valdevez é o que detêm o maior número de freguesias dos dez concelhos analisados com 51 freguesias. A área é de 321.5 km².

Concelho de Valença

O concelho de Valença é o segundo concelho mais pequeno desta amostra, apresentando como área 117.8 km², e apenas 16 freguesias, apenas mais um do que o concelho de Vila Nova de Cerveira. Apesar das suas dimensões contidas é o sexto mais populoso com uma população residente de 14187 habitantes. Relativamente aos dados dos censos de 1991 do Instituto Nacional de Estatística no que se refere à população residente constatamos uma diminuição da população em 628 residentes quando comparada com os dados dos censos de 2001, o que perfaz uma variação negativa de 4.2 %. Com um índice de 120.4 habitantes/km, é um dos que apresenta um valor mais alto, sendo o quarto mais alto dos aqui retratados.

Figura 9 – Mapa do concelho de Valença



Fonte: <http://portugal.veraki.pt> – 8-6-2005

Concelho de Viana do Castelo

Este concelho é de longe o mais populoso dos aqui retratados, sendo a sua população residente de 88631 habitantes, segundo os censos de 2001, dados que foram obtidos pelo INE. Viana do Castelo apresentou de 1991 para 2001 uma evolução demográfica positiva, pois cresceu em 5536 habitantes no espaço de dez anos (dados do Instituto Nacional Estatística), ou seja, apresenta uma variação positiva de 6.7%.

Figura 10 – Mapa do concelho de Viana do Castelo



Fonte: <http://portugal.veraki.pt> – 8-6-2005

O concelho de Viana do Castelo, tem no seu seio 40 freguesias, as quais se estendem por uma área de 318,6 km², sendo o terceiro maior concelho dos analisados, no que se refere à sua área, e o terceiro no número de freguesias. Este concelho, que é a capital de distrito, apresenta uma densidade de 278.2 habitantes por quilómetro quadrado, conquistando o primeiro lugar no que respeita a este índice.

Concelho de Vila Nova de Cerveira

O concelho de Vila Nova de Cerveira é no que respeita à área que ocupa o mais pequenos dos dez analisados com 107.9 km², sendo também o que apresenta o menor número de freguesias com quinze. Com 8852 habitantes, segundo o INE através dos censos de 2001 é o concelho com o menor número de habitantes residentes. Este concelho apresenta um decréscimo de 3.3% no espaço de dez anos (censos de 1991 e 2001), o que corresponde a 292 habitantes. Relativamente à densidade populacional, apresenta o valor de 82 habitantes/km², não sendo aqui o que apresenta o índice mais baixo ocupando aqui o sexto lugar.

Figura 11 – Mapa do concelho de Vila Nova de Cerveira



Fonte: <http://portugal.veraki.pt> – 8-6-2005

3.3 – Técnicas de recolha dos dados

Para a elaboração deste estudo procuramos obter informações através de livros, teses e revistas da especialidade, procurando que todas essas fontes fossem alvo do nosso reconhecimento no que respeita às suas características científicas, técnicas e pedagógicas, mas também que essas características fossem alvo de reconhecimento por parte da comunidade científica.

De grande valia para este trabalho de investigação foi o levantamento da legislação que se encontra ligada de uma forma directa ou mesmo indirecta às questões ou aos sujeitos aqui envolvidos.

Alguns documentos de diversas tipologias, desde documentos elaborados pelas autarquias ou por associações de municípios, passando por documentos emanados pelos ministérios que tutelam a educação e o desporto, bem como documentos de carácter mais geral, tal como os censos, sendo estes últimos de vital importância para concretizar os objectivos deste estudo.

Os dados referentes à aplicação do inquérito por questionário às 10 autarquias que pertencem à área corresponde ao NUTS III, do Minho Lima foram, como será evidente, um grande contributo para esta investigação.

Se aqui não referíssemos a importância dos contactos havidos com todos os representantes dos municípios, desde vereadores a técnicos desportivos, não seria feita a devida justiça.

3.4 – O questionário

O estudo que tentamos levar a bom termo, tem como objectivo procurar conhecer as acções das Autarquias do Distrito de Viana do Castelo, no que se refere às actividades físicas e desportivas no Pré-escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico.

O questionário utilizado (anexo 1) teve por base o questionário utilizado por Ferrão (1999), o qual também já tinha sido utilizado por Branco (1994) e por sua vez este questionário teve a sua base, a sua concepção em 1989 por Gustavo Pires, que na altura pretendeu construir um modelo que descrevesse a situação do Desporto (a nível nacional) ao nível dos Municípios.

O questionário de Ferrão (1999:120) tinha como objectivo “avaliar a acção das autarquias..., procurando identificar os seus níveis e tipos de intervenção, relativamente à actividade física e desportiva dentro e fora das Escolas do 1.º CEB”, ao qual, nós juntamos, as instituições do ensino pré-escolar.

Este instrumento, como foi alvo de alterações, obviamente terá que passar por um processo de forma a despistar eventuais problemas de interpretação, de objectividade ou outros.

Tendo como primeira preocupação a adaptação do questionário aos nossos objectivos, procuramos incluir as questões relativas ao nível de ensino que não constava no questionário de Ferrão, criando um grupo de questões tendo como base as questões para o 1.º ciclo do ensino básico.

Após esta primeira tarefa, e através de análises consecutivas da orientadora deste trabalho conjuntamente com uma reflexão sobre as opiniões e sugestões apresentadas, procedemos a algumas alterações relativamente à terminologia e modo de apresentação.

Uma vez que pretendíamos aplicar pessoalmente este questionário, consideramos suficiente a sua aplicação apenas a uma autarquia, com o intuito de proceder à validação do questionário.

Durante a aplicação do questionário e após a colocação das várias questões, constatámos que não existiam dúvidas, mas apenas uma certa dificuldade em obter algumas respostas em virtude da quantidade e qualidade de dados que o entrevistado teria que ter em mente, assim verificou-se a fidelidade do questionário em questão.

Posteriormente, e após uma reflexão, primeiro individual e depois com a orientadora desta tese, levou-nos a tomar uma decisão. Os entrevistados teriam em seu poder, com antecedência, o questionário para se poderem munir das informações necessárias, existindo assim uma maior probabilidade de se obterem respostas com maiores índices de fiabilidade e ao mesmo tempo, no caso das questões abertas, com respostas mais completas e ricas.

3.5 - Caracterização das variáveis em estudo

Passamos a retratar a sua estruturação, a qual, como não poderia deixar de ser, está intimamente ligada aquilo que são os objectivos que definem este trabalho de investigação.

Antes dos grandes grupos que definem o corpo principal deste questionário tivemos em consideração um item que pretende quantificar alguns elementos do território que se encontra ao cuidado da autarquia em causa, porque julgamos serem detentores de significativa importância.

Seguidamente, e com a primeira parte é pretendido conhecer a perspectiva organizacional da Autarquia no que respeita à Educação e ao Desporto, tentando conhecer se existem realmente estruturas para estes domínios, se existem responsáveis directos, técnicos especializados e documentos que orientem as acções a tomar numa estratégia previamente definida. Esta parte é constituída por questões abertas e fechadas.

A segunda e terceira parte deste instrumento têm como intuito procurar conhecer as formas de intervenção das autarquias no que respeita a actividades físicas e desportivas, respectivamente ao 1º Ciclo do Ensino Básico e nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública. Relativamente ao tipo de questões foram de novo seleccionadas questões abertas e questões fechadas.

As questões relativas à intervenção das autarquias no que respeita às actividades físicas fora do âmbito escolar estão contempladas na quarta parte deste questionário. As questões utilizadas são questões abertas.

A quinta parte tem como objectivo o acesso à informação relativa aos indicadores financeiros globais autárquicos, mais concretamente o orçamento geral, o orçamento do pelouro da Educação e do pelouro do Desporto, para os anos de 2002, 2003 e 2004.

3.6 – Descrição de procedimentos

Relativamente a este ponto, através de uma carta dirigida ao presidente do Município, a qual se encontra em anexo 2, solicitava uma reunião com o responsável político ou técnico da área. Como anexo a essa carta também foi enviada uma cópia do questionário, tendo como principal objectivo a preparação dos entrevistados e também uma melhor percepção sobre o teor do inquérito, apesar da carta referir quais os objectivos. Embora alguns municípios tenham respondido com alguma prontidão à solicitação de entrevista, tal situação não foi seguida pela maioria deles, havendo por isso uma necessidade de comunicar por via telefónica com os responsáveis municipais desta área, por vezes de uma forma insistente, para conseguir realizar a aplicação do questionário.

As aplicações dos questionários decorreram com normalidade, não existindo dúvidas recorrentes a nenhuma questão e apenas em algumas situações pontuais foi necessário prestar esclarecimentos complementares.

Relativamente aos indicadores financeiros surgiram maiores dificuldades, ou porque a resposta era parcial ou porque primava pela ausência da mesma.

Esperávamos mais algum conteúdo no que se refere às questões abertas, mas tal não aconteceu.

Podemos no entanto apresentar como indicador de sucesso, uma distribuição de dez questionários e uma taxa de aplicação de cem por cento.

Apesar de algumas reservas na aplicação do questionário por parte de alguns dos entrevistados, existiu uma grande colaboração e disponibilidade dos mesmos para contribuir nesta investigação, como também em futuros projectos nesta área.

3.7 – Tratamento estatístico

Para o tratamento estatístico dos questionários aplicados, no que se refere às questões fechadas irão ser aplicadas as técnicas da estatística descritiva.

No que respeita às questões abertas, as quais “levantam contudo difíceis problemas de classificação e codificação das respostas”, segundo Almeida e Pinto 1982:104), tentaremos minimizar essa dificuldade através da utilização do método de análise de conteúdo apresentado por Bardin (1977), segundo o qual será necessário realizar um conjunto de acções segundo uma ordem específica. Assim, descrevemos de seguida o conjunto de procedimentos a realizar:

- Pré-análise das respostas de forma a tomar contacto com a realidade, seguindo-se uma primeira fase de organização do processo de tratamento;
- Posteriormente a categorização, ou seja, a classificação, em primeiro lugar por uma diferenciação dos seus elementos sendo seguida por um reagrupamento por analogia, segundo critérios previamente definidos, por categorias;
- Finalmente o tratamento e interpretação dos resultados obtidos, através de técnicas estatísticas simples, que permitam realçar as informações de maior relevo e pertinência.

4. Análise e discussão dos resultados

4.1 - Análise de alguns aspectos relativos aos concelhos

Neste capítulo tão importante em qualquer trabalho de investigação, procuramos sistematizá-lo de uma forma clara e intuitiva, com o propósito de facilitar a sua leitura, assim optamos por seguir a lógica e sequência apresentada no questionário.

Com o quadro 1 pretendemos realizar uma pequena síntese da informação recolhida sobre os concelhos em questão, resumindo-a e sistematizando-a para ser consultada de uma forma rápida e expedita.

Quadro 1 – Quadro resumo sobre os Concelhos da Sub-Região Minho Lima

NUT/Concelho	Área (km ²)	Nº Freg.	P. R. 1991	P. R. 2001	V. P. (%) 1991/2001	Hab./ km ²
Minho Lima	2221.3	290	250059	250275	0.1	112.7
Arcos de Valdevez	446.8	51	26976	24761	- 8.2	55.4
Caminha	137.7	20	16207	17069	5.3	123
Melgaço	238.5	18	11018	9996	- 9.3	41.9
Monção	211.3	33	21799	19956	- 8.5	94.4
Paredes de Coura	138.6	21	10442	9571	- 8.3	69
Ponte da Barca	182.6	25	13142	12909	- 1.8	70
Ponte de Lima	321.5	51	43421	44343	2.1	137.9
Valença	117.8	16	14815	14187	- 4.2	120.4
Viana do Castelo	318.6	40	83095	88631	6.7	278.2
Vila Nova de Cerveira	107.9	15	9144	8852	- 3.2	82

Legenda: P. R. - População residente em habitantes

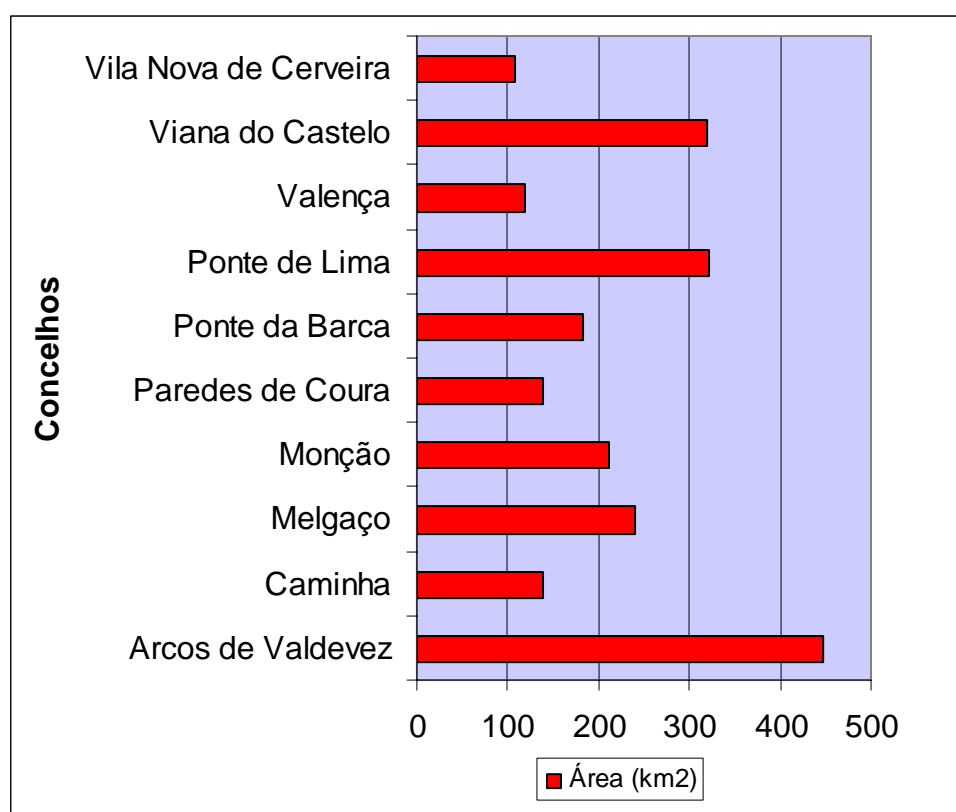
V. P. - Variação da população

Hab. – Habitantes

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

Com o intuito de retratar de uma forma clara as informações relativas aos concelhos aqui retratados procuramos através de alguns gráficos mostrar aqueles que consideramos mais importantes para o nosso trabalho de investigação, tais como as áreas dos concelhos, o número de freguesias que cada um tem, o número de residentes em 1991 e 2001 e ainda o índice de habitantes por quilómetro quadrado.

Figura 12 – Áreas dos Concelhos da Sub-Região Minho Lima

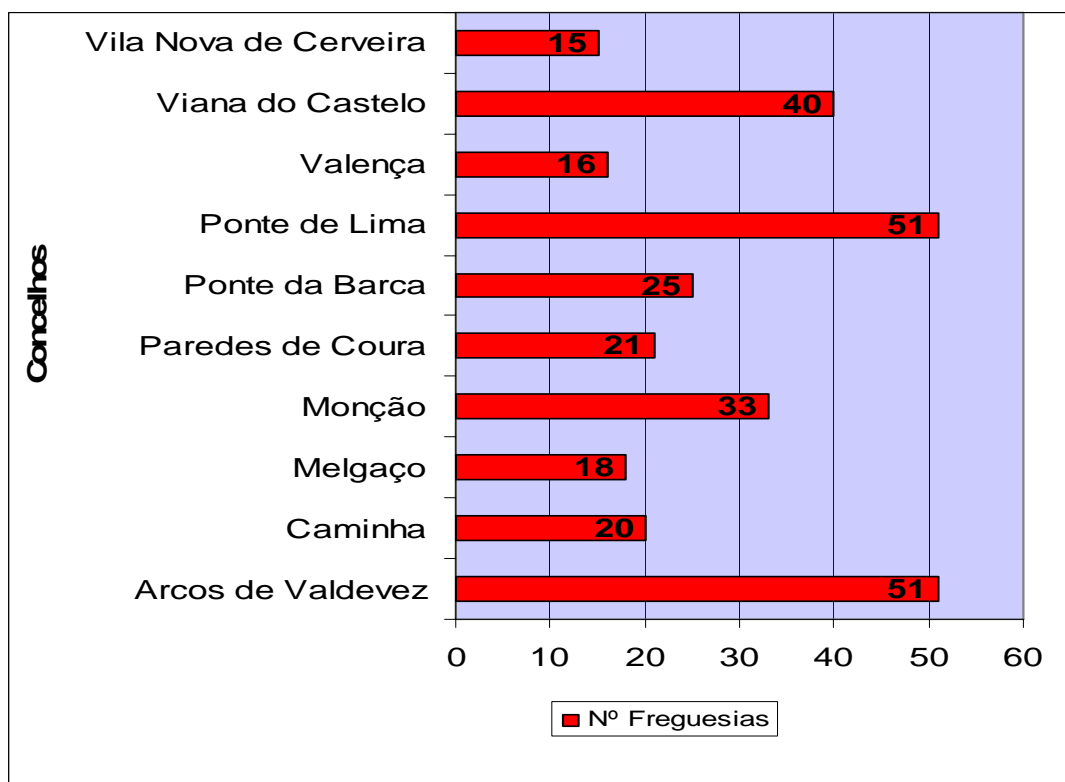


Fonte: <http://www.anmp.pt> – 8-2-2004

Na figura 12 podemos observar uma grande diferença entre as áreas apresentadas pelos dez concelhos da região retratada variando dos poucos mais de 100 km², no concelho de Vila Nova de Cerveira até perto de 450 km² do concelho de Arcos de Valdevez. No grupo dos concelhos de maior dimensão para além do concelho de Arcos de Valdevez também encontramos os concelhos de Ponte de Lima e Viana do Castelo. No grupo dos que apresentam as dimensões mais contidas podemos referir o concelho de Valença, o de Caminha e o de Paredes de Coura bem como o mais pequeno e já referido de Vila Nova de Cerveira.

A figura 13 retrata os concelhos no que se refere ao número de freguesias que possuem. Existem dois concelhos com mais de cinquenta freguesias, o de Arcos de Valdevez e o de Ponte de Lima, o que contrasta com as apenas quinze freguesias de Vila Nova de Cerveira. Podemos observar que existem para além do concelho de Vila Nova de Cerveira mais dois concelhos com menos de vinte freguesias, sendo eles Valença e Melgaço. Nos que apresentam o maior número para além dos já referidos podemos também encontrar o concelho de Viana do Castelo com quarenta freguesias.

Figura 13 – Número de freguesias dos Concelhos da Sub-Região Minho Lima



Fonte: <http://www.anmp.pt> – 8-2-2004

Com a figura 14 podemos observar que existem dois concelhos que se distinguem claramente dos outros no que se refere ao número de habitantes residentes, Viana do Castelo que é o mais populoso com perto de noventa mil habitantes e Ponte de Lima com perto de quarenta e cinco mil habitantes, assim só estes dois concelhos perfazem mais de cinquenta por cento da população residente da região, sendo este dado muito relevante para futuras análises. Como facilmente é observável no gráfico apenas três dos restantes oito concelhos têm um número de habitantes perto dos vinte mil habitantes, no entanto só um é que se encontra acima dessa marca, o concelho de Arcos de Valdevez, com perto de vinte e cinco mil habitantes, enquanto o concelho de Monção e de Caminha não atingem a barreira dos vinte mil habitantes.

Ainda quando analisamos a população residente registamos o facto de que em três dos dez concelhos a população não chega aos dez mil habitantes, são esses os concelhos de Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura e Melgaço.

Quadro 2 – Número de crianças por grupos etários nos Concelhos da Sub-Região Minho Lima

NUT/Concelho	Grupos Etários				Total
	0 – 4 anos	5 – 9 anos	10 – 14 anos	15 – 19 anos	
Arcos de Valdevez	942	975	1267	1640	4824
Caminha	704	822	938	1261	3725
Melgaço	255	361	412	557	1585
Monção	632	771	972	1318	3693
Paredes de Coura	345	346	499	626	1816
Ponte da Barca	633	691	780	938	3042
Ponte de Lima	2510	2692	2817	3468	11487
Valença	632	646	759	915	2952
Viana do Castelo	4433	4605	5024	6271	20333
Vila Nova de Cerveira	373	437	468	580	1858
Minho - Lima	11459	12346	13936	17574	55315

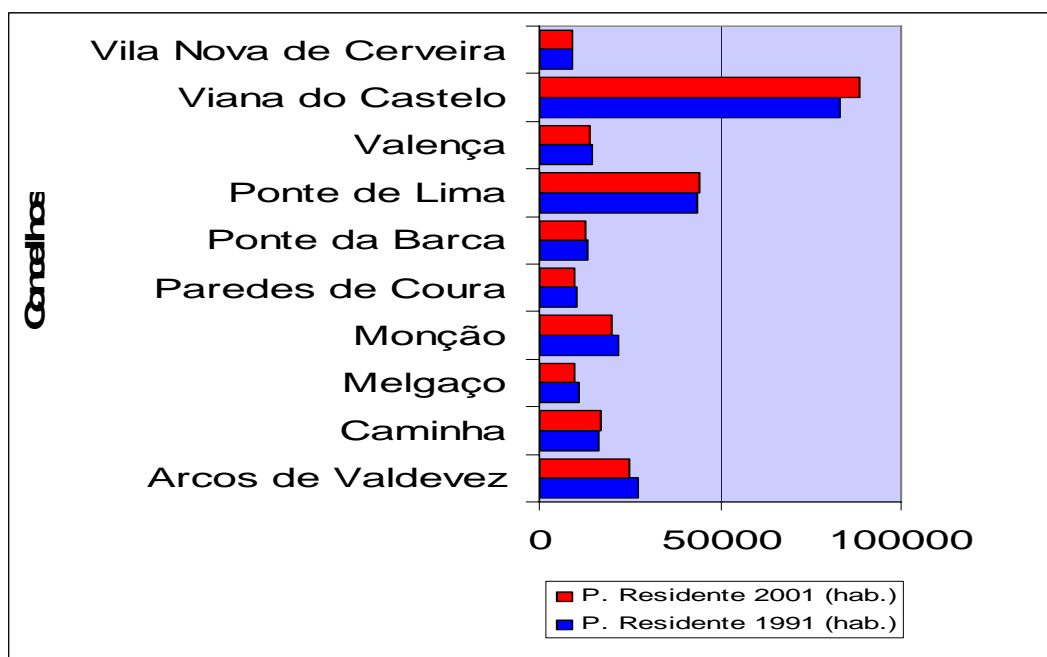
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

Com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, expostos no quadro 2, podemos constatar que em todos os concelhos existem cada vez menos crianças, uma vez que constatámos que os grupos etários com menos crianças são os das crianças mais novas. Não existem excepções em nenhum dos dez concelhos analisados, o que se traduz no envelhecimento da população na região em causa. Com o fim de esclarecer as opções tomadas durante este estudo, optamos por definir crianças, segundo os padrões internacionalmente aceites por várias organizações, no que respeita à idade, sendo portanto uma criança qualquer individuo que tenha menos de dezoito anos. Como nos dados do Instituto Nacional de Estatística não temos os dados organizados dessa forma, optamos, para efeito de cálculo, por incluir também o grupo etário dos quinze aos dezanove anos.

Observando agora a variação da população residente de 1991 para 2001 verificamos algumas variações importantes pois quatro dos concelhos apresentam uma variação negativa em mais de oito por cento, são eles Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Monção e Melgaço, apresentando este último, uma variação de quase dez por cento.

Neste quadro será importante dizer que apenas três concelhos apresentam uma variação positiva, ou seja, um crescimento efectivo da população residente, são eles os concelhos de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo. Viana do Castelo é o que apresenta um aumento mais acentuado da sua população residente com quase sete por cento, sendo este aumento decisivo para que esta região tenha apresentado um crescimento da sua população residente, se bem que marginal, com apenas 0.1 %.

Figura 14 – População residente em 1991 e 2001 dos Concelhos da Sub-Região Minho Lima

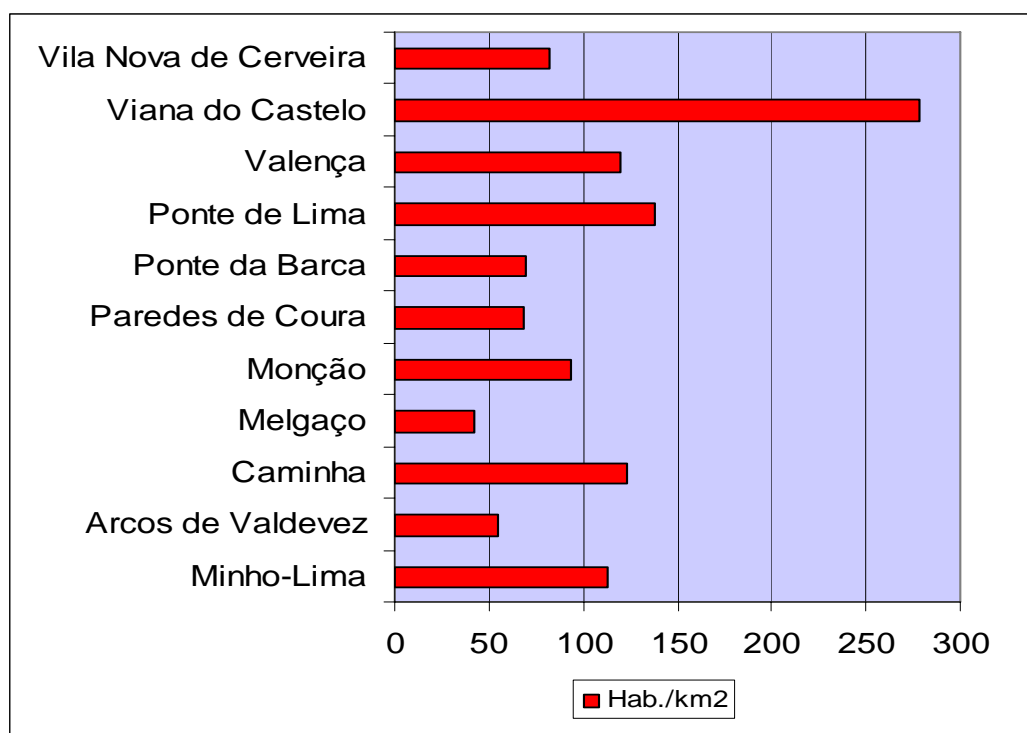


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

Com a figura 15 é pretendido retratar a região no que respeita ao seu índice de habitantes por quilómetro quadrado. Quando realizamos uma observação mais

atenta sobre o mesmo verificamos uma grande disparidade entre os vários concelhos representados, pois o concelho de Viana do Castelo apresenta um valor de 278.2 habitantes/km², valor esse superior ao dobro do apresentado pelo segundo índice mais elevado, o do concelho de Ponte de Lima, com 137.9 habitantes/km². No extremo oposto relativamente a este índice encontramos o concelho de Melgaço com apenas 41.9 habitantes/km², sendo este concelho um dos seis que encontramos abaixo dos 100 habitantes por quilómetro quadrado, os quais para além do já enumerado são os concelhos de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Vila Nova de Cerveira e Monção.

Figura 15 – Habitantes por Km2 na Sub-Região Minho Lima



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 e

<http://www.anmp.pt> – 8-2-2004

4.2 – Caracterização da estrutura de enquadramento da autarquia

Procuramos neste ponto conhecer e esclarecer as perspectivas organizacionais das Autarquias no que respeita à Educação e ao Desporto, quem são os responsáveis directos, os técnicos especializados e documentos que orientam as acções e as estratégias nestes domínios. No questionário também incluímos uma questão preliminar relativamente às freguesias dos vários concelhos, com o intuito de as dividir em eminentemente urbanas e rurais, o número de escolas básicas de 1º ciclo e a sua distribuição relativamente ao meio (rural ou urbano) e ainda o número de estabelecimentos de educação do pré-escolar da rede pública.

Assim verificamos que, como prevíamos, a esmagadora maioria dos concelhos apenas apresenta uma freguesia eminentemente urbana, e apenas Arcos de Valdevez e Caminha apresentam duas e o concelho de Ponte de Lima quatro. Não conseguimos durante a aplicação do questionário obter a informação relativa a este ponto por parte do responsável do município de Viana do Castelo.

Continuando com o número de escolas de 1º ciclo do ensino básico existentes nos vários concelhos e a sua distribuição pelos meios urbanos e rurais, poderemos dizer que os resultados também foram os esperados, com uma incidência acentuada de presenças nas freguesias eminentemente rurais. As freguesias dos meios urbanos apresentam no máximo duas escolas de 1º ciclo do ensino básico e apenas em Arcos de Valdevez, pois todas as outras freguesias urbanas apresentam apenas uma. No que respeita à presença destas instituições nas freguesias rurais também podemos dizer que existem freguesias com duas escolas, mas também há freguesias sem qualquer escola.

Esta situação no entanto está para mudar em alguns municípios tais como Paredes de Coura, o qual referiu o encerramento de muitas escolas no ano lectivo de 2004-2005, através da criação de um centro escolar, Ponte da Barca também prevê o encerramento de vários estabelecimentos de ensino por duas ordens de razões, a primeira diz respeito à falta de alunos e a segunda está ligada também a

uma tentativa de criação de um pólo escolar, por fim temos Melgaço, onde existe um centro escolar atractivo o que leva os alunos a optarem por deixar a escola da sua freguesia e realizarem o 1º ciclo do ensino básico no referido local, tendo por consequência o encerramento de várias escolas. Ainda neste concelho tal como o de Arcos de Valdevez ou o de Monção, o decréscimo da população em idade escolar dita o encerramento todos os anos de várias escolas. Também aqui só obtivemos informação do município de Viana do Castelo relativamente ao número total de escolas do 1º ciclo, tal como consta no quadro 3.

No que respeita aos estabelecimentos de ensino pré-escolar a situação é para nós algo surpreendente numa primeira análise, pois são as freguesias urbanas as mais desguarnecidas relativamente à presença deste tipo de instituições em alguns concelhos tais como Paredes de Coura, Ponte da Barca ou Vila Nova de Cerveira. Pensamos que este facto possa estar relacionado com uma maior oferta nestes meios através da sociedade civil, a qual poderá dar um resposta às necessidades específicas desses meios. O que parece ser uma realidade é ainda uma escassa cobertura desta tipologia de estabelecimentos nesta região, pois o seu número é relativamente baixo.

Quadro 3 – Escolas de 1º ciclo e Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar da Sub-Região Minho Lima no Ano Lectivo 03-04

NUT/Concelho	Nº Freguesias			Nº de Escolas do 1º Ciclo			Nº de Estabelecimentos do Pré-Escolar		
	Urbanas	Rurais	Total	Meio Urbano	Meio Rural	Total	Meio Urbano	Meio Rural	Total
Arcos de Valdevez	2	49	51	4	64	68	2	8	10
Caminha	2	18	20	2	17	19	2	6	8
Melgaço	1	17	18	1	11	12	1	5	6
Monção	1	32	33	1	30	31	1	16	17
Paredes de Coura	1	20	21	1	19	20	0	5	5
Ponte da Barca	1	24	25	2	30	32	0	6	6
Ponte de Lima	4	47	51	4	55	59	3	29	32
Valença	1	15	16	1	13	14	1	8	9
Viana do Castelo	*	*	40	*	*	54	*	*	32
Vila Nova de Cerveira	1	14	15	1	14	15	0	11	11

* - Estes dados não foram fornecidos na aplicação do questionário.

Os números apresentados no quadro 4 são um pouco o reflexo da densidade populacional desta região, talvez com a excepção dos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima, a qual apresenta números relativamente baixos, tendo por consequência índices de escolas de 1º ciclo do ensino básico por 1000 habitantes relativamente elevados (2.8 e 2.5 em Arcos de Valdevez e Ponte da Barca), o que acontece também, e de uma forma acentuada quando nos referimos ao índice de escolas de 1º ciclo do ensino básico por 1000 crianças, com valores de 14.1 em Arcos de Valdevez e 11.0 em Paredes de Coura. Os concelhos de Arcos de Valdevez e Paredes de Coura destacam-se novamente quando observamos que existem menos de vinte crianças em média, para cada escola de 1º ciclo do ensino básico, o que é manifestamente pouco, tanto em termos absolutos como quando comparados com o valor de Ponte de Lima e Valença, com 45 e 46 crianças por escola ou ainda os 85 de Viana do Castelo.

Quadro 4 – Índice de escolas de 1º ciclo por 1000 habitantes, por 1000 crianças (0-18 anos) e crianças (5-9 anos). Índice de estabelecimentos de ensino pré-escolar por 1000 habitantes, por 1000 crianças (0-19 anos) e crianças dos 0-4 anos.

NUT/Concelho	1º ciclo/ 1000 hab. ^{a)}	Pré-Escolar/ 1000 hab. ^{a)}	1º ciclo/ 1000 cr. a)	Pré-Escolar/ 1000 cr. ^{a)}	Cr. 5-9 anos ^{a)} / 1º ciclo	Cr. 0-4 anos ^{a)} / Pré-Escolar
Minho Lima	1.6	0.6	7.7	3.0	61.9	106.2
Arcos de Valdevez	2.8	0.4	14.1	2.1	14.3	94.2
Caminha	1.1	0.5	5.1	2.1	43.3	88.0
Melgaço	1.2	0.6	7.6	3.8	30.1	42.5
Monção	1.6	0.9	8.4	4.6	24.8	37.2
Paredes de Coura	2.1	0.5	11.0	2.8	17.3	69.0
Ponte da Barca	2.5	0.5	10.5	2.0	21.6	105.5
Ponte de Lima	1.3	0.7	5.1	2.8	45.6	78.4
Valença	1.0	0.6	4.7	3.0	46.1	70.2
Viana do Castelo	0.6	0.4	2.7	1.6	85.3	138.5
Vila Nova de Cerveira	1.7	1.2	8.1	5.9	29.1	33.9

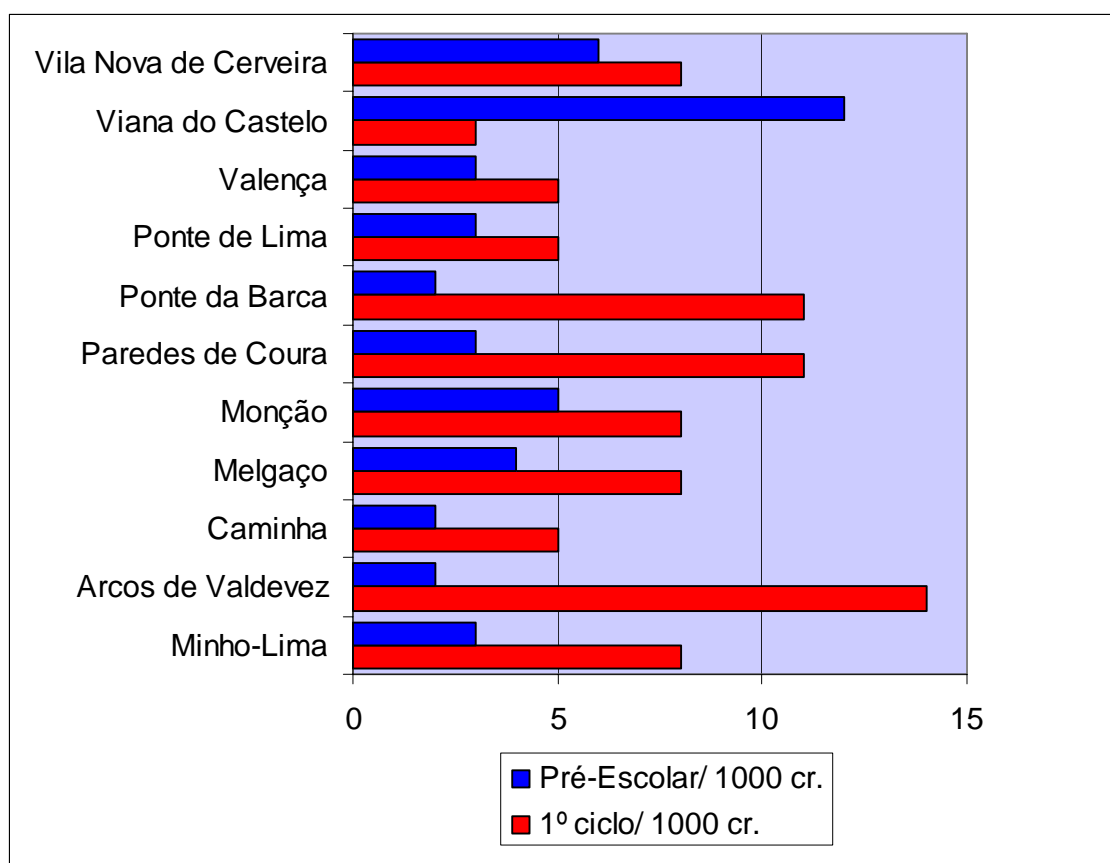
a) - Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

Pensamos que os valores apresentados para as instituições de ensino pré-escolar, são mais equilibrados no que se refere aos índices apresentados pois variam no que respeita ao índice número de estabelecimentos de ensino pré-escolar entre os 0.9 de Monção e os 0.4 de Arcos de Valdevez. Pareceu-nos que os valores apresentados, relativamente ao índice de estabelecimentos de ensino pré-escolar por 1000 crianças, são mais equilibrados do que o mesmo índice relativo às escolas de 1º ciclo do ensino básico, pois os valores variam entre os 1.6 de Viana do Castelo e os 5.9 de Vila Nova de Cerveira. O número de crianças entre os 0 e 4 anos por estabelecimentos de ensino pré-escolar apresentam valores entre os 33 de Vila Nova de Cerveira e os 138 de Viana do Castelo, o que já nos parece um valor relativamente alto. Existe no entanto um ponto que nos parece importante

destacar, o qual se prende com diferenças acentuadas na oferta da rede pré-escolar pública entre os vários concelhos, sendo os mais populosos os que apresentam os piores valores.

Apesar de não ter sido feita uma análise profunda da distribuição geográfica das escolas de 1º ciclo e das instituições de ensino pré-escolar, facilmente vemos que a distribuição geográfica é muito mais equilibrada nos primeiros do que nos segundos, isto realizando uma análise fria, não entrando em conta com as vantagens e inconvenientes da centralização destes dois tipos de instituições.

Figura 16 - Índice de escolas de 1º ciclo por 1000 crianças (0-19 anos) e de estabelecimentos de ensino pré-escolar por 1000 crianças (0-19 anos)



4.2.1 – Estruturas das autarquias no que respeita à educação e ao desporto

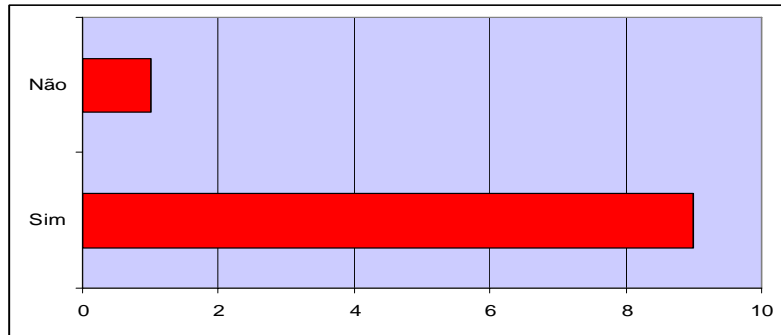
Das dez autarquias inquiridas nove, ou seja noventa por cento, apresentam um pelouro da educação estruturado, existindo apenas uma (10%) em que não acontece tal facto, a de Paredes de Coura. Será de realçar que esta autarquia não apresenta um Pelouro da Educação estruturado de uma forma independente pois segundo o inquirido a estrutura da autarquia apresenta dimensões muito contidas, não podendo portanto ter uma estrutura organizacional diferenciada de outras áreas, para a educação, dado as opções políticas efectuadas. Será de realçar que o número de vereadores permitidos para cada autarquia é definido através do Decreto-Lei n.º 100/84 de 29 de Março, no seu Artigo 45º o qual fixa o número de vereadores através do número de eleitores do município.

A ausência do Pelouro de Educação na autarquia de Paredes de Coura parece não influenciar de uma forma negativa, pois não existem muitas diferenças entre a política desenvolvida por esta autarquia quando comparada com as autarquias com este pelouro estruturado.

Quando comparamos o valor obtido relativo à percentagem de autarquias com Pelouro da Educação com os dados obtidos por Ferrão (1999), podemos dizer que existiu um aumento de 25,72% relativamente a autarquias com Pelouro da Educação estruturado, diferença que consideramos importante, pois Ferrão (1999:129) apresenta 64,28% e o valor por nós obtido é de 90%.

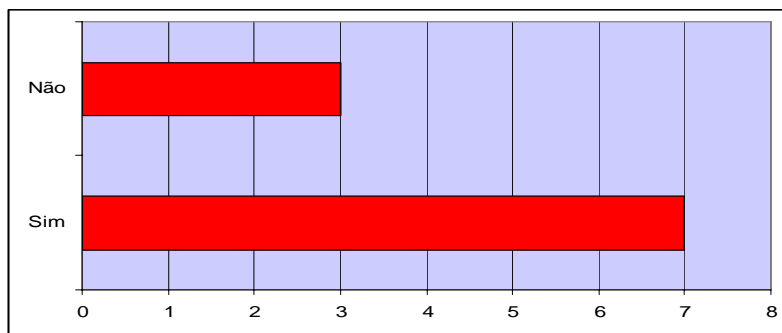
Não consideramos que seja apenas a diferença temporal a definir a diferença, mas provavelmente também as opções políticas efectuadas pelas autarquias das diferentes regiões, respectivamente a área relativa ao Centro da Área Educativa de Viseu, e à sub-região Minho Lima.

Figura 17 – Pelouros da Educação nas Autarquias da Sub-Região Minho Lima



No que respeita à existência de um pelouro do desporto já as respostas são mais divididas, pois apenas sete delas respondem que realmente têm uma estrutura que se ocupa do desporto autárquico. As autarquias de Melgaço, de Monção e de Paredes de Coura são aquelas que não detêm na sua orgânica estas estruturas. Quando questionados relativamente às ausências de tal estrutura, todas as respostas foram coincidentes: a dimensão das autarquias e a opção política encontrada.

Figura 18 – Pelouros do Desporto nas Autarquias da Sub-Região Minho Lima



Tal como observamos no item anterior, não parece existir grandes diferenças entre as políticas desenvolvidas pelos municípios que detêm na sua orgânica um Pelouro do Desporto e os que não o apresentam, havendo no entanto a registar como o episódio provavelmente mais relevante, o facto de o Município de Monção não ter na sua estrutura qualquer técnico desportivo, sendo a única do universo por nós estudado onde acontece tal facto.

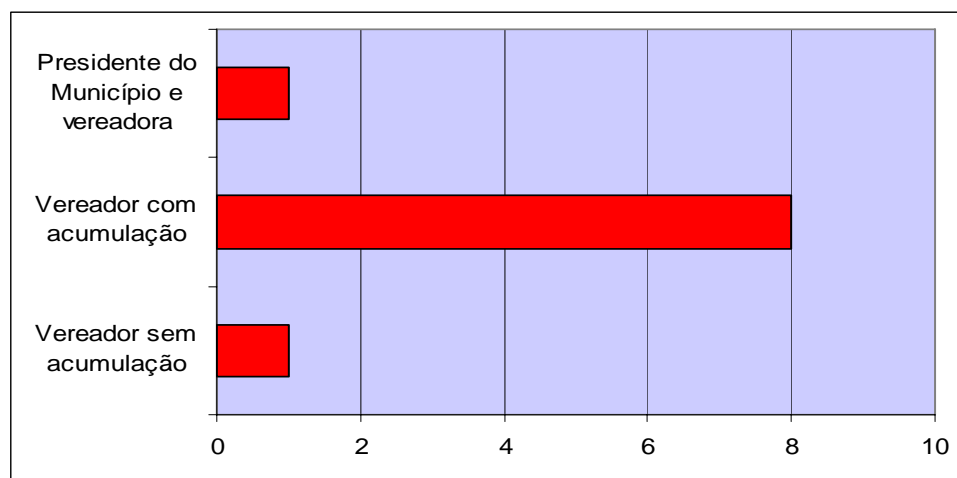
Comparando os valores encontrados com os apresentados por Ferrão (1999:129), os valores são praticamente coincidentes, sendo que os 70% por nós achados são praticamente iguais aos 71,42% de Ferrão (1999) e não muito distantes dos encontrados por Pereira (1998:140) com 78,76%., sendo este um valor nacional.

Pensamos que as diferenças encontradas nos vários estudos, tendo em conta as diferenças das regiões onde foram encontrados estes valores não são muito expressivos, pois não chegam aos 10%, assim poderemos de alguma forma justificar estes valores e as suas diferenças através das particularidades das regiões estudadas.

4.2.2 – Responsáveis autárquicos pela educação e pelo desporto

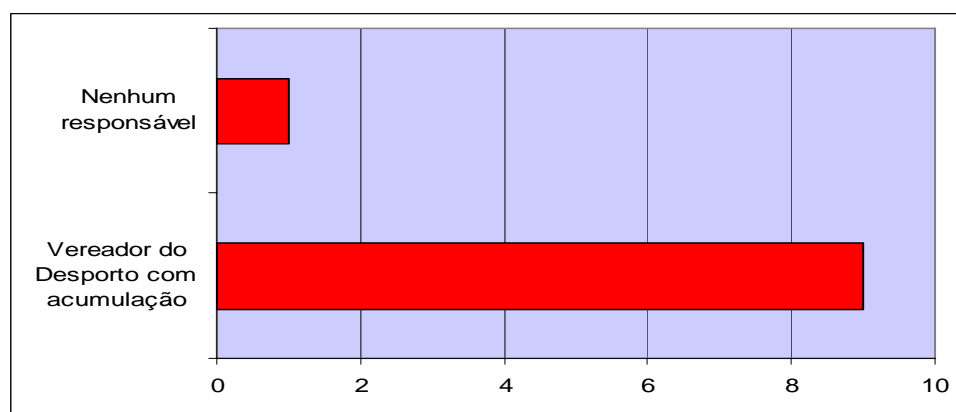
Questionados relativamente à existência de vereador da educação na sua autarquia, as respostas foram quase unânimes, em virtude de nove terem respondido que esse responsável existe mas acumula funções, ou seja, tem mais de um pelouro. Na autarquia do concelho de Caminha é a presidente do município que acumula essa pasta e na autarquia de Monção a função de vereador não é acumulada com mais nenhum cargo.

Figura 19 – Responsáveis autárquicos pelo Pelouro da Educação das Autarquias da Sub-Região Minho Lima



Relativamente ao vereador do desporto, a situação é semelhante à descrita no parágrafo anterior, pois em nove das autarquias existe um acumular de pastas e apenas uma não apresenta qualquer responsável político mais directo, sendo essa autarquia Monção, a qual era uma das três que não apresentava pelouro do desporto estruturado.

Figura 20 – Responsáveis autárquicos pelo Pelouro do Desporto nas Autarquias da Sub-Região Minho Lima



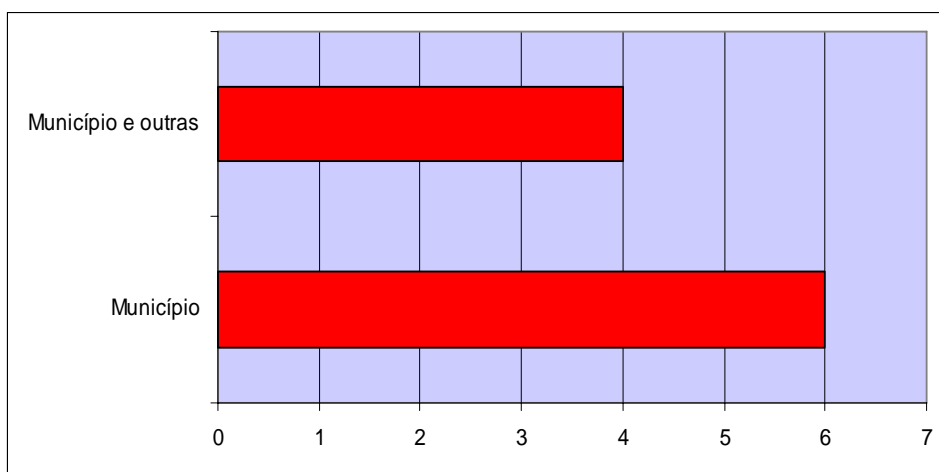
No estudo efectuado a nível nacional por Pires (1989:194), o autor encontrou o número de 82,95% relativo a autarquias com um responsável político para o sector do desporto. Podemos acrescentar que Ferrão (1999:132) refere para a mesma valência a percentagem de 85,71% para a região que estudou no seu trabalho. Também Pereira (1998:134) refere 90% para o mesmo item, valor igual ao por nós encontrado.

Também aqui não podemos afirmar que existem diferenças acentuadas entre os vários estudos, pois a diferença percentual é pequena e pode estar perfeitamente justificada pelas particularidades das áreas estudadas em cada um dos estudos e também pela diferença temporal entre os vários estudos, pois podemos observar um aumento, se bem que ligeiro desde o estudo apresentado por Pires (1989) e o nosso, o mais recente.

4.2.3 – Entidades que prestam os serviços relacionados com educação e com o desporto na autarquia

Relativamente a este ponto, e no que respeita aos serviços prestados relacionados com a educação, oito responderam que é o próprio município a efectuar essas tarefas no entanto duas das autarquias responderam que para além dos serviços prestados pelo município também recorrem a outras entidades. O município de Ponte de Lima recorre aos serviços das associações de pais e o município de Vila Nova de Cerveira recorre à Santa Casa da Misericórdias local.

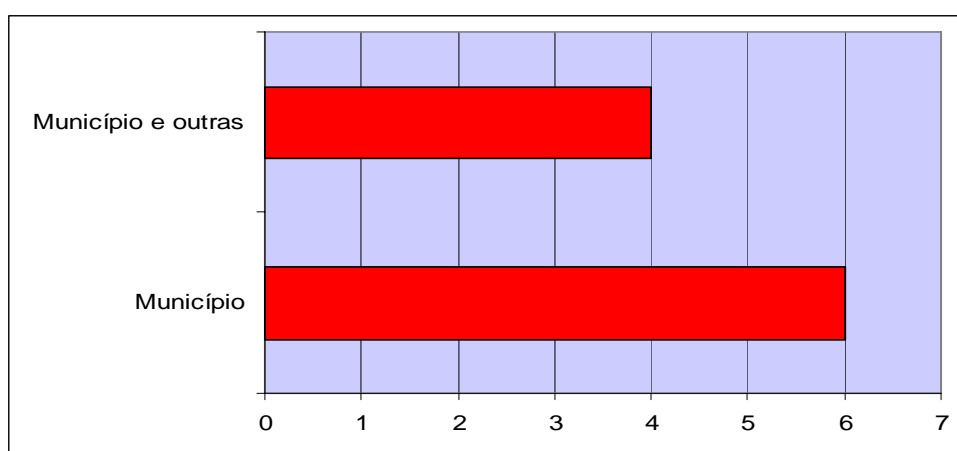
Figura 21 – Prestação de serviços relacionados com a educação nas Autarquias da Sub-Região Minho Lima



No que respeita à prestação de serviços relativos ao desporto existiu um universo de respostas mais abrangente pois apesar de seis responderem que é apenas o município a realizar essas acções já no município de Melgaço para além do município também são prestados serviços por uma empresa municipal, por

empresas privadas e pela Santa Casa da Misericórdia local. Na autarquia de Monção esses serviços são desenvolvidos através de empresas privadas, em Ponte de Lima são prestados por clubes e associações e em Ponte da Barca para além do município existe uma federação a desenvolver essas actividades.

Figura 22 – Prestação de serviços relacionados com o desporto nas Autarquias da Sub-Região Minho Lima



4.2.4 – Existência de técnicos desportivos nas autarquias e qual o seu enquadramento

Apenas no município de Monção foi referido que não têm qualquer técnico desportivo a seu serviço.

No que se refere às outras instituições todas elas apresentam técnicos. No que se refere a técnicos de coordenação e/ou assessoria, com a excepção da autarquia de Caminha e Monção, todas apresentam um ou dois funcionários com essas funções. Das dez autarquias inquiridas oito apresentam técnicos de intervenção directa, assim as excepções são os municípios de Monção e Paredes de Coura. No que se refere à sua situação contratual a esmagadora maioria dos funcionários de coordenação assessoria são funcionários camarários, e com a excepção da autarquia de Viana do Castelo, onde treze dos seus técnicos de intervenção directa são prestadores de serviço, todos os outros são também funcionários camarários.

Neste nosso estudo, 90% das autarquias apresentam técnicos desportivos, este valor revelou-se elevado quando comparado com dois estudos realizados nesta área. Assim Pereira (1998:174) apresenta para o mesmo item um valor de 63%, sendo no entanto o valor mais elevado dos estudos por nós consultados, uma vez que Ferrão (1999:136) obteve o valor de 57,14% e Branco (1994:187) 55,24%. Deste modo poderemos dizer que existiu alguma evolução no que se refere à existência de técnicos desportivos nas autarquias, pois o valor por nós obtido é no mínimo 27% mais elevado.

Pensamos no entanto que o número de técnicos existentes em cada uma das autarquias é demasiado baixo para poder ser realizado um trabalho de relevo nesta área, pois 22,23% das autarquias com técnicos desportivos apresenta mais de 2 técnicos a seu serviço, o que contrasta com o valor de Ferrão (1999:137), onde 62,5% das autarquias com técnicos desportivos tinham a seu serviço mais de 2 técnicos.

Consideramos que o valor inicial é de certa forma enganador, pois ilude o facto de em toda a sub-região considerada neste estudo existem apenas 28 pessoas com estas funções, sendo que 15 são da Autarquia de Viana do Castelo, ou seja 53,57%, e os restantes encontram-se distribuídos pelas restantes oito autarquias com técnicos desportivos, o que nos afigura como um número deveras reduzido.

Quadro 5 – Números de técnicos nos Concelhos da Sub-Região Minho Lima

Câmara Municipal	Nº Técnicos	Coordenação/Assessoria	Intervenção Directa	Situação Contratual
Arcos de Valdevez	2	2 ⁴	2	F. Camarário
Caminha	1	0	1	F. Camarário
Melgaço	1	1 ⁴	1	F. Camarário
Monção	0	0	0	0
Paredes de Coura	1	1	0	F. Camarário
Ponte da Barca	1	1 ⁴	1	F. Camarário
Ponte de Lima	1	1 ⁴	1	F. Camarário
Valença	5	1 ⁴	4	F. Camarário
Viana do Castelo	15 ¹	2	13	F. Camarário ³
Vila Nova de Cerveira	1 ²	1 ⁴	1	Outras
Totalidade	28	10	24	

1 - Treze dos quais a tempo parcial (intervenção directa).

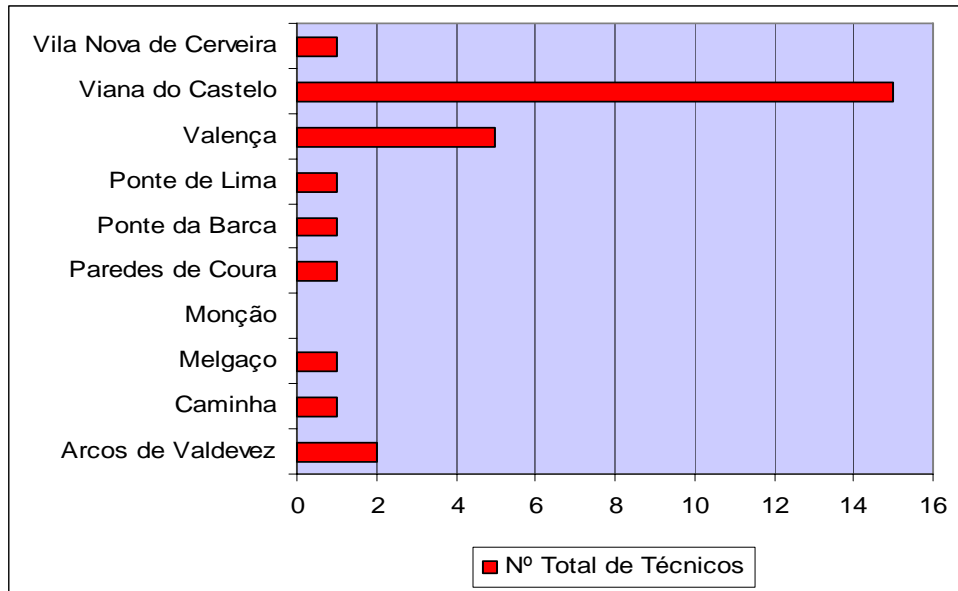
2 – A tempo parcial.

3 – Existe 1 funcionário camarário, 1 requisitado e 13 prestadores de serviços.

4 – Também realizam intervenção directa.

No gráfico seguinte podemos observar algumas diferenças acentuadas, não estando no entanto considerados neste ponto os números relativos à população residente de cada concelho, o que pode modificar de uma forma significativa o panorama aqui apresentado.

Figura 23 – Números de técnicos nos Concelhos da Sub-Região Minho Lima



Quando colocamos os números relativos à população residente ao lado do número total de técnicos ligados a esta área, começamos a ter uma imagem mais fiável do universo por nós analisado. Assim o índice relativo ao número de técnicos por mil habitantes chegamos a valores extremamente baixos, sendo a média da região de 0.11 técnicos por 1000 habitantes. O valor mais elevado, apesar de baixo, é apresentado pela autarquia de Valença com 0.35 técnicos por 1000 habitantes e o mais baixo, é apresentado pelo município de Monção, pois não apresenta nenhum técnico neste domínio.

Quadro 6 – Índices referentes aos técnicos nos Concelhos da Sub-Região Minho Lima

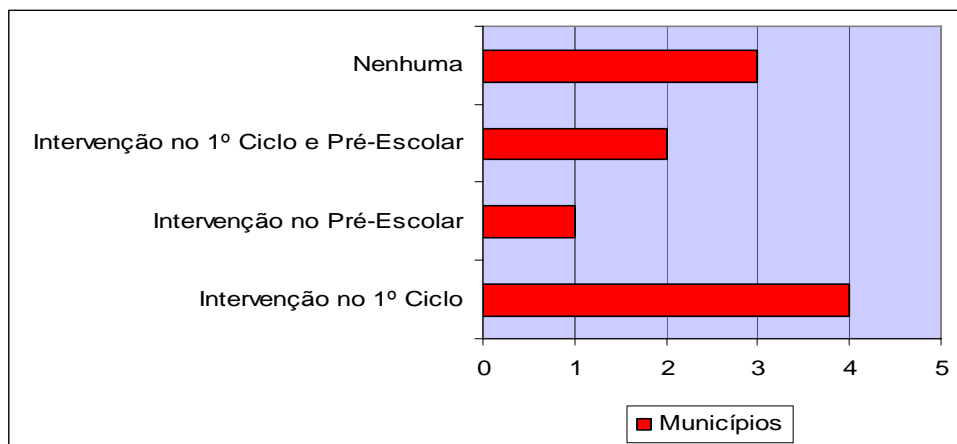
Câmara Municipal	População Residente	Técnicos/1000 Habitantes	Técnicos/1000 Crianças
Arcos de Valdevez	24761	0.08	0.41
Caminha	17069	0.05	0.27
Melgaço	9996	0.10	0.63
Monção	19956	0.00	0
Paredes de Coura	9571	0.10	0.55
Ponte da Barca	12909	0.08	0.32
Ponte de Lima	44343	0.02	0.09
Valença	14187	0.35	1.69
Viana do Castelo	88631	0.17 ¹	0.74 ¹
Vila Nova de Cerveira	8852	0.11	0.54
Totalidade	250275	0.11 ¹	0.51 ¹

1 – Para efeito de cálculo foram tidos também em consideração os funcionários em tempo parcial.

No que se refere aos técnicos de intervenção directa, quando foi questionado a sua função, constatamos que em quatro autarquias a sua função passava pela leccionação de Expressão e Educação Físico Motora no 1.º ciclo do ensino básico, noutra as suas funções também contemplavam a leccionação de Motricidade Infantil no Pré-escolar. Foi respondido por um dos entrevistados que na autarquia onde se encontram para além das duas funções já descritas neste parágrafo ainda são desempenhadas outras actividades de apoio. Numa das autarquias estes técnicos apenas tem como funções o apoio aos docentes do 1.º ciclo do ensino básico, noutra apenas leccionam motricidade infantil.

Em duas das autarquias esta questão não era aplicável, uma vez que não existiam técnicos desportivos de intervenção directa.

Figura 24 – Tipos de intervenção dos técnicos na Sub-Região Minho Lima



Comparando alguns dados com o estudo efectuado por Branco (1994:190), e por Ferrão (1999:139) verificamos que os respectivos 45,56% e 62,5% são valores substancialmente inferiores aos 77,77% por nós alcançados quando nos referimos a autarquias que têm técnicos que realizam funções de coordenação e de intervenção directa.

Tais valores levam-nos a concluir que o número reduzido de técnicos por autarquia é determinante para os números obtidos, uma vez que 60% das autarquias do universo do nosso estudo apenas têm um técnico desportivo.

4.2.5 – Documentos de suporte à intervenção da autarquia no que respeita ao desporto

Apenas seis das dez autarquias têm um documento de suporte à sua intervenção nesta área, no entanto apenas uma tem um Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal, a autarquia de Arcos de Valdevez. As restantes apresentam outros documentos, assim quatro delas detêm planos anuais de actividades para a área em questão, sendo elas as autarquias de Melgaço, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira, e uma tem um Regulamento de Apoio ao Associativismo bem como um Plano de Intenções para a Criação de Infra-estruturas Desportivas e Plano de Intenções para o 1º Ciclo do ensino básico (Viana do Castelo).

Das autarquias que não têm documentos de suporte os municípios de Ponte da Barca e Ponte de Lima anunciaram que estão a elaborar Planos de Desenvolvimento Desportivo.

Questionadas se os principais objectivos dos documentos que orientavam as actividades nesse domínio passavam pela existência de pelo menos uma sessão de Expressão e Educação Físico Motora em todas as escolas do 1.º ciclo do ensino básico, Arcos de Valdevez, Melgaço, Paredes de Coura responderam de uma forma afirmativa. Nas autarquias de Valença e Vila Nova de Cerveira apesar de existir essa referência, uma actividade regular não acontecia mais do que uma a duas vezes por mês. Na autarquia de Viana do Castelo apenas durante metade do ano é que as crianças têm uma sessão por semana, sendo a actividade desenvolvida a natação. Estas actividades estão sujeitas a inscrição, ou seja, cada escola deverá fazer a sua inscrição na autarquia. O responsável frisou o facto de muitas escolas não quererem aderir ao projecto.

Esta questão não era aplicável às restantes autarquias, porque não possuem qualquer documento neste domínio.

No que respeita aos objectivos dos documentos enumerados neste item, existir a intenção de todos os Estabelecimentos de educação Pré-Escolar realizarem pelo menos uma sessão semanal de Motricidade Infantil Orientada, apenas dois dos entrevistados responderam que sim, Melgaço e Paredes de Coura, existindo portanto também três respostas negativas, a de Arcos de Valdevez, Valença e Vila Nova de Cerveira. Relativamente a Viana do Castelo a intervenção segue nos mesmos moldes do exposto para o 1º Ciclo do ensino básico.

Nas restantes cinco autarquias não era aplicável esta questão, uma vez que não existe qualquer documento orientador.

Assim depois do exposto é de realçar que apenas 10% das autarquias do nosso universo apresentam um Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal, havendo no entanto 60% das autarquias com documentos que norteiam a intervenção autárquica. Quando comparamos estes valores com os obtidos por Branco (1994:191), 26,57% e por Pereira (1998:228), 20%, valores esses bastante mais elevados, encaramos este facto com alguma preocupação, no entanto o valor por nós obtido é mais próximo do obtido por Ferrão (1999:142), 14,28%, acrescido ao facto deste último salientar que apesar dos inquiridos afirmarem que possuíam tal documento, os restantes dados levaram o autor do estudo a chegar à conclusão de que os inquiridos “embora respondendo que possuem PDDM, este será apenas um documento de cariz meramente orientador.” Ferrão (1999:143). Deste modo, o número por nós obtido, relativo a autarquias que possuem documentos de suporte à intervenção no que respeita ao desporto, que não só o Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal é de 60%, número este bastante acima dos estudos por nós conhecidos.

4.3 – A intervenção das autarquias no desenvolvimento das actividades físicas e desportivas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico

Com o objectivo de conhecer as formas de intervenção das autarquias no que respeita a actividades físicas e desportivas no 1º Ciclo do Ensino Básico, foi elaborado um conjunto de questões. Após o tratamento das respostas obtidas apresentamos os seguintes dados.

4.3.1 – Programas específicos para o desenvolvimento das actividades físicas e desportivas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico

Quando questionamos os responsáveis autárquicos relativamente à existência de programas específicos para o desenvolvimento das actividades físicas e desportivas para o 1.º ciclo do ensino básico, sete responderam afirmativamente e três deles negativamente.

As Autarquias de Monção, Ponte da Barca e Ponte de Lima foram aquelas que não apresentaram qualquer programa específico, deveremos no entanto lembrar que qualquer um destes três municípios também não tem qualquer documento orientador para o desenvolvimento desportivo, podendo existir alguma ligação entre estes dois factos.

Com um valor de 70% relativamente a este ponto, poderemos considerar que o nosso estudo apresenta um resultado excepcional quando comparado com os 41,95% de Branco (1994:192) ou os 42,85% de Ferrão (1999:145). Assim regista-se uma evolução positiva, o que é sem dúvida de louvar.

Este resultado poderá estar relacionado com uma crescente consciencialização das autarquias relativamente à escassez de actividades físicas e desportivas que se desenvolve nas escolas do 1º ciclo do ensino básico, e consequentemente da necessidade destes órgãos terminais do estado em tentar alterar esta realidade que também é de sua responsabilidade.

4.3.2 – Níveis e tipos de intervenção autárquica dentro das Escolas Básicas de 1.º Ciclo

Quando questionados sobre a existência de acompanhamento e formação dos professores do 1º Ciclo ao nível da Expressão e Educação Físico Motora pela autarquia, com a excepção dos municípios de Arcos de Valdevez e Melgaço, todos responderam que não, sendo para todas essas autarquias, uma atribuição de outras instituições, não dos municípios. Relativamente ao município de Arcos de Valdevez o acompanhamento passa pela entrega de material didáctico e apoio no que se refere ao planeamento das aulas no início do ano lectivo, já em Melgaço é realizado acompanhamento dos professores quando a actividade é a natação. Podemos concluir por aquilo que foi dito pelos inquiridos dos municípios de Arcos de Valdevez e Melgaço que na realidade não realizam formação estruturada.

Em cinco das dez autarquias inquiridas existe um acompanhamento de professores dos agrupamentos de escolas, sendo que nos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Monção e Ponte de Lima existe um apoio aos professores do 1º ciclo do ensino básico, como também a leccionação de aulas ao 1º ciclo do ensino básico, e em Melgaço existe apenas a leccionação de aulas.

No que respeita ao apoio de professores de educação física/animadores/monitores contratados pelo município, e no que se refere ao apoio aos docentes do 1º ciclo do ensino básico, obtivemos das autarquias de Arcos de Valdevez e Viana do Castelo uma resposta afirmativa, sendo essa actividade estendida a todas as freguesias, o que já não acontece com Caminha onde essa resposta é parcial. Todos os outros municípios responderam que não prestam esse serviço. No que respeita à leccionação no 1º ciclo do ensino básico por parte desses mesmos técnicos contratados pelas autarquias, aí apenas os municípios de Paredes de Coura e Monção responderam que não a realizam.

4.3.3 – Espaços para a prática de actividades físicas e desportivas nas Escolas de 1.º Ciclo

Neste ponto procuramos ter uma percepção sobre quais os espaços que os estabelecimentos de ensino possuem para a prática de actividades físicas desportivas, tanto cobertos com descobertos. Assim, no que respeita a espaços descobertos apenas o município de Ponte da Barca referiu que os estabelecimentos de ensino que possui no seu território não possuem espaços que permitam a prática das actividades mencionadas. Todas as restantes autarquias responderam que todas as escolas que se situam nas suas freguesias possuem esses espaços, com a excepção de Monção, que das trinta e uma escolas que tem no seu território quatro delas não possuem esse espaço.

Este panorama piora significativamente quando analisamos a situação dos estabelecimentos de ensino, no que respeita a espaços cobertos, pois seis das dez autarquias responderam que nenhuma das suas escolas detém instalações cobertas para a prática de actividades físicas desportivas. No município de Melgaço apenas uma das onze escolas tem esse tipo de instalações, o mesmo acontece com Valença onde das catorze escolas apenas uma cumpre com esse requisito. No município de Ponte de Lima vinte das cinquenta e nove escolas apresenta essas instalações. Esta informação não foi fornecida pelo município de Viana do Castelo.

Assim cerca de 88% das 324 escolas da região apresentam um espaço descoberto para a realização de actividades físicas desportivas. Das 270 escolas existentes, se retirarmos as escolas do concelho de Viana do Castelo, uma vez que não possuímos informação sobre elas, 92% não detêm um espaço coberto para a realização das actividades anteriormente descritas.

4.3.4 – Cedência de instalações desportivas e transportes da autarquia para o desenvolvimento das actividades curriculares e de complemento curricular

Para melhor compreender a forma como as autarquias procuram apoiar as escolas de 1º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento de actividades curriculares e de complemento curricular questionámos os municípios relativamente à cedência de instalações camarárias de carácter desportivo, apenas a autarquia de Paredes de Coura respondeu de uma forma negativa, pois todas as outras responderam afirmativamente, acrescentando que o fazem na totalidade das escolas, segundo protocolos (Ponte da Barca) ou sempre que solicitado (Viana do Castelo).

No que respeita à cedência do transporte para estas instalações, todas as autarquias referiam que o faziam para todas as escolas e de uma forma regular.

Quando comparamos os resultados por nós obtidos com os de Ferrão (1999), encontramos valores muito próximos, pois relativamente à cedência de instalações desportivas o valor por nós apurado é de 90% e 85,71% o de Ferrão (1999:157), no que se refere à cedência de transporte aí os resultados obtidos são iguais com 100%.

4.4 – A intervenção das autarquias no desenvolvimento das actividades físicas e desportivas nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública

Com o objectivo de conhecer as formas de intervenção das autarquias no que respeita a actividades físicas e desportivas para a educação pré-escolar foi elaborada um conjunto de questões. Após o tratamento das respostas obtidas apresentamos os seguintes dados.

Quando questionados sobre a existência de um programa específico para o desenvolvimento das actividades físicas e desportivas para os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, apenas três das autarquias responderam de uma forma afirmativa, assim Caminha, Melgaço e Paredes de Coura apresentam um programa específico para este nível de ensino, no que respeita a este tipo de actividades. A autarquia de Arcos de Valdevez irá apresentar um programa para o ano lectivo de 2004-2005.

4.4.1 – Níveis e tipos de intervenção autárquica dentro dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública

Através de três questões procuramos reunir informações acerca dos níveis e tipos de intervenção que a autarquia realiza nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, sendo a primeira questão relativa ao acompanhamento e formação dos educadores de infância no que concerne aos princípios orientadores da motricidade infantil. Os respondentes foram unânimes, pois todos eles responderam que não realizam qualquer acompanhamento a esses profissionais, tendo aqui repetido a explicação dada no ponto 4.3.2, ou seja, não é uma competência da autarquia realizar esse acompanhamento nem essa formação.

Quanto ao acompanhamento das actividades realizadas por professores de educação física do agrupamento apenas o município de Ponte Lima referiu que todos os estabelecimentos de educação pré-escolar da sua área têm esse apoio, pois todos os restantes declararam que esse apoio é inexistente.

Relativamente ao apoio de professores/animadores/monitores contratados pelo município, ele apenas acontece em dois dos dez municípios, sendo que em Ponte da Barca esse apoio, no que se refere à orientação de sessões relacionadas com natação e em Ponte de Lima esse apoio é também relativo à orientação de sessões de motricidade sendo no entanto cíclico.

4.4.2 – Espaços para a prática de actividades físicas e desportivas nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública

Agregados a este item estão três questões, as quais procuram respostas relativas aos espaços descobertos, aos parques infantis e aos espaços cobertos que possuem.

Assim no que respeita a espaços descobertos que permitam a realização de sessões de motricidade infantil, a autarquia de Ponte da Barca referiu que os estabelecimentos de educação pré-escolar existentes no seu território não possuem este tipo de instalação e o município de Caminha relatou que seis dos oito estabelecimentos que possui detêm esta facilidade. O município de Melgaço não disponibilizou esta informação. Todos os restantes respondentes afirmaram que todos os estabelecimentos dispõem de tal instalação. Assim, apenas seis por cento destes estabelecimentos não possuem um espaço com estas características.

Relativamente à presença de parques infantis nos estabelecimentos de educação pré-escolar as autarquias de Ponte de Lima e de Valença apresentam em todos os estabelecimentos a dita instalação, em oposição temos Ponte da Barca, onde não existem tais instalações nos seus estabelecimentos. Melgaço, Monção e Viana do Castelo não disponibilizaram tal informação. Os restantes municípios apresentam parte dos estabelecimentos com essa instalação tal como está representado no quadro 7.

Quadro 7 – Estabelecimentos de ensino pré-escolar com parque infantil na Sub-Região Minho Lima

Câmara Municipal	Estabelecimentos com PI	Estabelecimentos sem PI	TOTAL
Arcos de Valdevez	7	3	10
Caminha	4	4	8
Melgaço	a)	a)	6
Monção	a)	a)	17
Paredes de Coura	2	3	5
Ponte da Barca	0	6	6
Ponte de Lima	32	0	32
Valença	9	0	9
Viana do Castelo	a)	a)	32
Vila Nova de Cerveira	3	8	11

a) – Informação não disponibilizada.

Retratando apenas a informação disponível, trinta por cento dos estabelecimentos de educação pré-escolar da região por nós analisada, não apresentam nas suas instalações parque infantil, o que nos parece um número elevado.

Quanto à presença de espaços cobertos nesses estabelecimentos podemos referir que apenas os municípios de Arcos de Valdevez e Caminha apresentam a totalidade dos estabelecimentos de educação pré-escolar com esta instalação e Monção, Paredes de Coura e Ponte da Barca não têm este tipo de instalações nos seus estabelecimentos de educação pré-escolar. Viana do Castelo não disponibilizou esta informação e as restantes quatro autarquias apresentam algumas instalações com esse equipamento tal como está representado no quadro 8.

Quadro 8 – Estabelecimentos de ensino pré-escolar com instalações cobertas na Sub-Região Minho Lima

Câmara Municipal	Estabelecimentos com instalações cobertas	Estabelecimentos sem instalações cobertas	TOTAL
Arcos de Valdevez	10	0	10
Caminha	8	0	8
Melgaço	5	1	6
Monção	0	17	17
Paredes de Coura	0	5	5
Ponte da Barca	0	6	6
Ponte de Lima	28	4	32
Valença	1	9	9
Viana do Castelo	a)	a)	32
Vila Nova de Cerveira	1	10	11

a) – Informação não disponibilizada.

Apenas cinquenta e três por cento deste tipo de estabelecimentos apresentam um espaço coberto para a realização de sessões de motricidade orientada, o que é manifestamente pouco. Tendo em conta a tipologia de espaço que é necessária para esta sua função, onde as exigências de espaço são substancialmente menores do que aquelas encontradas para a Expressão e Educação Físico Motora do 1º ciclo do ensino básico, não encontramos razão para as autarquias continuem a privar estas crianças de sessões de motricidade infantil.

4.4.3 – Cedência de instalações desportivas e transportes da autarquia para o desenvolvimento das actividades curriculares e de complemento curricular

Com o intuito de completar as informações relativas às formas como as autarquias procuram apoiar os estabelecimentos de educação pré-escolar para o desenvolvimento de actividades curriculares e de complemento curricular. Questionamos os municípios relativamente à cedência de instalações camarárias de carácter desportivo, sabendo desse modo que as autarquias de Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira responderam negativamente a esta questão, sendo que das restantes cinco realizam esse serviço. A autarquia de Melgaço não disponibilizou essa informação.

No que respeita à cedência do transporte para estas instalações, seis das autarquias prestam esse serviço, sendo elas Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo, de uma forma regular, com a excepção de Ponte de Lima, que o faz de uma forma esporádica. Esta informação não foi prestada pelo município de Melgaço.

4.5 – Intervenção da autarquia nas actividades físicas e desportivas fora do âmbito escolar (na criança)

Com os pontos seguintes procuramos responder a algumas dúvidas relativas aos tipos de apoios que as autarquias prestam às crianças dos seus municípios no que respeita às actividades físicas desportivas fora do âmbito escolar.

4.5.1 – Apoio às associações e/ou clubes desportivos na formação desportiva

No que respeita ao apoio que as autarquias prestam a associações ou clubes desportivos para a formação desportiva, obtivemos, por parte de oito autarquias, uma resposta afirmativa, ou seja, todas elas prestam um apoio nesses moldes. Apenas os municípios de Paredes de Coura e Viana do Castelo não realizam este apoio específico.

Procurando tornar mais específico e detalhado o tipo de apoio prestado podemos acrescentar que a autarquia de Arcos de Valdevez, de Caminha e de Melgaço apoiam especificamente os atletas dos escalões de formação, o município de Ponte da Barca apoia apenas as associações de basquetebol do distrito, bem como a associação desportiva do concelho. As autarquias de Valença e Vila Nova de Cerveira concretizam o seu apoio em instalações desportivas como também através de transportes e subsídios.

Dado os problemas que condicionam o associativismo desportivo, de várias ordens, sendo os financeiros um dos mais condicionantes, revela-se essencial para a sobrevivência das Associações e Clubes Desportivos para além das cotas dos seus sócios e de outras fontes de receita exista também um apoio das autarquias. Parece acertado que esse apoio se dirija essencialmente para a formação desportiva, permitindo que muitas crianças realizem uma prática física sistemática.

Parece-nos positivo que 80% dos municípios estudados realizem este apoio, quando comparado com os 64,28% de Ferrão (1999:169). No entanto e apesar de existir uma evolução nesta matéria, o que é de saudar, parece-nos que não existe um controlo efectivo deste financiamento, levando-nos a pensar que estas verbas poderão ser gastas por outros escalões etários.

4.5.2 – Apoio a clubes desportivos e associações

Quando as autarquias são questionadas sobre se realizam algum tipo de apoio a clubes desportivos e associações, todas respondem de uma forma afirmativa, existindo apenas algumas diferenças sobre a forma como o fazem e os critérios que utilizam para concretizarem essa atribuição de subsídios. Assim, e no que respeita às formas utilizadas, o tipo de apoios que são atribuídos aos clubes e associações passam por utilização gratuita de instalações, transportes, logística e ajuda financeira, conforme se apresenta no quadro 9, é de salientar que a informação relativa a este item não foi fornecida pelos municípios de Viana do Castelo e de Monção. Relativamente aos critérios de atribuição, estes passam por regulamentos específicos (Viana do Castelo), pelos planos de actividades (Ponte da Barca) ou ainda pelos planos de actividades e relatórios de contas dos clubes ou associações (Ponte de Lima).

Quadro 9 – Tipos de apoio a clubes desportivos na Sub-Região Minho Lima

Câmara Municipal	Cedências de instalações	Transportes	Logística	Financiamento
Arcos de Valdevez	X	X		
Caminha	X			X
Melgaço	X	X	X	
Paredes de Coura			X	X
Ponte da Barca	X			X
Ponte de Lima	X			X
Valença	X	X		X
Vila Nova de Cerveira				X

4.5.3 – Organização de férias desportivas

Neste ponto perguntamos às diferentes autarquias se organizavam férias desportivas, havendo uma divisão das respostas dadas. Assim Arcos de Valdevez organiza de uma forma autónoma férias desportivas que abarcam os períodos de férias lectivas, Caminha também organiza estas actividades sem parcerias. Ponte da Barca também organiza férias desportivas, mas em parceria com outras instituições (Santa Casa da Misericórdia), o mesmo acontece Ponte de Lima, que colabora com os clubes desportivos da região para este efeito. Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira também organizam férias vocacionadas para actividades desportivas e ambas sem parcerias com outras entidades.

Branco (1994:199) no estudo que realizou a nível nacional, apresenta que 57,81% dos municípios organiza férias desportivas, o que um é valor muito próximo do alcançado seis anos mais tarde por Ferrão (1999:162) com 57,15% e por sua vez semelhante ao por nós obtido de 60%.

Poderemos concluir que num espaço de tempo de dez anos não houve uma evolução nesta matéria, no entanto podemos apurar junto das nossas fontes que esta prática é recente, logo deduzimos que neste universo existiu uma transformação e conseqüentemente um assumir de iniciativas nesta matéria.

4.5.4 – Organização de actividades desportivas

Todas as autarquias realizam eventos desportivos, se bem que com fins substancialmente diferentes, o quadro 10 procurará demonstrar as diferenças entre organizações voltadas para a participação dos munícipes, ou para a realização de eventos com um carácter mais competitivo, ou seja mais voltado para o espectáculo desportivo.

Ferrão (1999:166) apresenta para o item em questão uma percentagem de 71,42%, o que nos leva a concluir que no que respeita à realização de actividades desportivas todas as autarquias da região por nós estudada tem preocupações nesta matéria, no entanto as estratégias encontradas variam de uma forma significativa, pois 50% organiza actividade vocacionadas para a participação dos munícipes como também para o espectáculo desportivo, 30% apenas organiza actividades para a participação activa das suas populações e 10% apenas para o espectáculo desportivo.

Quadro 10 – Organização de actividades desportivas na Sub-Região Minho Lima

Câmara Municipal	Vocacionadas para a participação	Vocacionadas para o espectáculo
Arcos de Valdevez	X	
Caminha	X	X
Melgaço	X	X
Monção	a)	a)
Paredes de Coura	X	
Ponte da Barca	X	
Ponte de Lima	X	X
Valença	X	X
Viana do Castelo	X	X
Vila Nova de Cerveira		X

a) - Não foi especificada a informação relativa a este ponto.

4.5.5 – Criação de espaços desportivos informais

Apenas a autarquia de Monção respondeu que no intervalo de tempo referente ao questionário não criou qualquer espaço desportivo informal. Todos os outros municípios desenvolveram espaços no seu território com estas características, o que nos parece extremamente positivo, pois no seu esforço de qualificação do espaço eminentemente urbano esta tipologia de espaço não foi esquecida.

Para poder ser dada uma informação mais específica dos espaços, relatamos que em Arcos de Valdevez foi criado um espaço relvado em frente às piscinas municipais, em Caminha foram realizadas algumas espaços em relvados em redor de parques infantis, em Melgaço foram criados estes espaços em cinco diferentes freguesias, tendo no entanto apostado no seu complexo desportivo onde existem várias valências. Relativamente a Paredes de Coura foram remodelados alguns espaços já existentes, em Ponte da Barca foram realizadas obras tendo esse fim em alguns espaços no centro da vila, em Ponte de Lima existiu a criação de diversos espaços relvados, no que respeita a Valença foi criada uma eco pista, o levantamento de alguns percursos pedestres e a criação de alguns espaços relvados para esse fim. Em Viana do Castelo foram criados espaços relvados tendo como fim a prática de actividades físicas de lazer, o mesmo acontecendo em Vila Nova de Cerveira, pois foram criados espaços relvados junto ao rio Minho. Consideramos que existiu um esforço importante dos vários municípios na criação de espaços para a prática de actividade física de lazer, havendo portanto uma intervenção na criação de espaços desportivos, se bem que informais, obedecendo a uma nova divisão de espaço onde surgem novas preocupações no que respeita aos espaços sociais, com uma vertente desportiva, o que vai na linha de pensamento de Cunha (1997), no que se refere à influência do desporto na produção dos espaços urbanos.

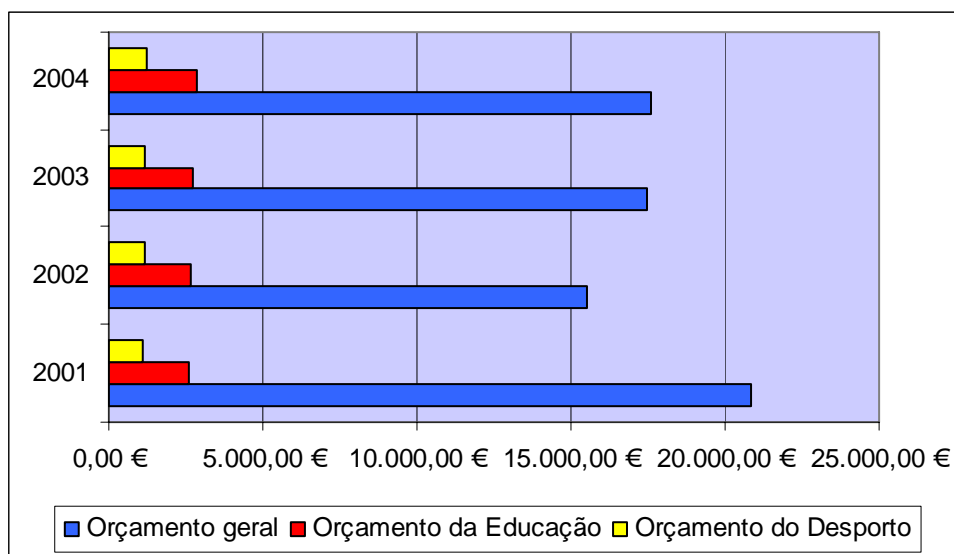
Comparando os resultados por nós obtidos, onde 90% das autarquias realizaram obra no que respeita à criação de espaços desportivos informais, com os dados alcançados por Ferrão (1999:164), com 50%, podemos também aqui referir que foram feitos alguns progressos nesta matéria. Estes números levam-nos a pensar que existe realmente uma preocupação dos nossos autarcas no que respeita ao ordenamento habitacional, criando espaços que possam realmente contribuir para a qualidade de vida das populações.

4.6 – Indicadores financeiros

Relativamente aos indicadores financeiros globais pouco poderemos referir uma vez que apenas o município de Monção disponibilizou a totalidade da informação solicitada, e as autarquias de Caminha, Ponte de Lima e de Valença apenas forneceram algumas dessas informações. Os restantes inquiridos não forneceram estas informações. As explicações dadas foram no sentido de uma incapacidade de fornecer a totalidade da informação pelo tipo e estrutura da contabilidade de cada um dos municípios. Assim algumas das informações e comparações que considerávamos como importantes não poderão ser realizadas, tais como as percentagens do orçamento geral da Câmara que são afectadas para a educação ou para o desporto, na totalidade das autarquias, só o realizamos para a autarquia que disponibilizou a informação de uma forma integral.

Assim podemos dizer que durante um período de tempo relativamente alargado, quatro anos, existiu uma quebra acentuada do orçamento geral do ano de 2001 para o ano de 2002 e depois uma subida progressiva nos restantes anos.

Figura 25 – Orçamentos da Câmara Municipal de Monção



O referido decréscimo do orçamento geral do ano de 2001 para o ano de 2002 não se traduziu em cortes nos valores atribuídos às áreas da educação e do desporto pelo que se registou um aumento das percentagens atribuídas à educação e ao desporto. Os aumentos, nos anos seguintes, do orçamento geral do município veio diminuir as percentagens atribuídas aos pelouros das áreas da educação e do desporto, no entanto existiu um aumento real de verbas para as referidas áreas.

Quadro 11 – Orçamento da Câmara Municipal de Monção

Monção	2001	2002	2003	2004
<i>Percentagem do orçamento geral para a educação</i>	<i>12.3%</i>	<i>17.1%</i>	<i>15.7%</i>	<i>16.2%</i>
<i>Percentagem do orçamento geral para o desporto</i>	<i>5.3%</i>	<i>7.4%</i>	<i>6.7%</i>	<i>6.9%</i>

5. Conclusões

Esta fase, a conclusão, embora seja o culminar de um trabalho científico realizado, onde toda a súmula do mesmo deverá ser retratada, de uma forma clara e concreta, é ao mesmo tempo um ponto de partida para indagar e investigar as novas dúvidas que surgem e nos ocupam a mente levando-nos a procurar uma resposta, pois aguçam a curiosidade, aspecto fundamental para encetar um processo de investigação.

Desta forma mostraremos de seguida os aspectos mais relevantes deste estudo, o qual incidiu na Sub-região Minho Lima, tendo um universo de dez autarquias, onde foi aplicado um questionário acerca das políticas autárquicas no que diz respeito à Expressão e Educação Físico Motora, no 1º ciclo do Ensino Básico e às sessões de Motricidade Infantil no Jardim-de-infância, bem como as actividades desportivas de Complemento Curricular. Assim pareceu-nos fundamental procurar que tipo de respostas as Câmaras Municipais dão a esse sector da população, sabendo que são essas entidades que conhecem melhor as “suas” populações e também são elas que entre outras entidades têm a responsabilidade para que estas práticas sejam efectivas.

Assim os principais resultados obtidos no nosso estudo complementados com a análise da literatura que efectuamos, leva-nos a apresentar as conclusões de uma forma analítica, na sequência do realizado na Análise e discussão dos resultados.

A síntese da informação relativa à sub-região estudada, no que diz respeito à sua população e distribuição, bem como a rede de escolas de 1º ciclo do ensino básico e de estabelecimentos de ensino pré-escolar, constatamos o seguinte:

- Existe uma diminuição acentuada da população nos concelhos do interior desta sub-região, havendo uma maior concentração nos concelhos do litoral, isto com algumas exceções;
- Será também importante referir que a população está a envelhecer, uma vez que o número de alunos está a diminuir, dado o encerramento sistemático de escolas do 1º ciclo do ensino básico por falta de alunos ou por existir um número que não justifica a continuidade de uma escola numa determinada freguesia;
- Existe uma rede de ensino pré-escolar de reduzidas dimensões, em especial nas zonas mais urbanas.

No que respeita às estruturas de enquadramento das autarquias relativamente às áreas da educação e do desporto apuramos as seguintes conclusões:

- Quase todas as autarquias apresentam um Pelouro da Educação estruturado, o que retrata a cada vez maior importância que esse direito do cidadão detêm nas estruturas políticas das autarquias. De acordo com a legislação em vigor, a responsabilidade que o poder político central delegou para os municípios é cada vez maior, não havendo no entanto muitas consequências em alguns domínios concretos, tal como o apetrechamento dos estabelecimentos de ensino dos níveis por nós estudados com instalações e materiais que permitam a realização integral dos programas (1º ciclo do ensino básico) ou das orientações curriculares (ensino pré-escolar);

- Dos municípios estudados cerca de dois terços têm um Pelouro do Desporto, sendo este dado revelador das opções políticas efectuadas pelas autarquias, pelo menos no que respeita ao seu plano de intenções, pois também nos parece que carecem de uma maior dotação de recursos humanos e de uma estratégia para efectivarem uma acção orientada para a construção efectiva de uma politica nesta área com consequência na vida das populações;
- A totalidade das autarquias estudadas apresentam um responsável político para a área da educação, se bem que em apenas uma delas não existe a acumulação com outras pastas. Estas limitações, advêm de opções políticas, o que se reflecte na existência ou não de pelouros nas áreas estudadas, mas também de uma (quase) incontornável questão que se prende com a relação entre o número de eleitores e o número de vereadores que uma autarquia poderá ter;
- Apenas um dos municípios estudados não têm um responsável político para a área do desporto, o que não nos afigura como uma evolução relativamente aos estudos por nós consultados, sendo que, apesar de considerarmos positiva a sua existência, seria muito mais proveitosa se fosse acompanhada por documentos que balizassem a sua intervenção, com objectivos de desenvolvimento desportivo bem estruturados;
- Nas entidades que prestam serviços à comunidade relativamente à educação e ao desporto encontramos sempre a autarquia a desempenhar esse papel, assumindo esse papel sozinha ou em parceria com outras entidades;

- Relativamente à existência de técnicos de desporto ao serviço dos municípios podemos concluir que a esmagadora maioria das autarquias os possuem (uma excepção), no entanto quando realizamos uma análise mais profunda constatamos que mais de metade das autarquias analisadas apenas possuem um técnico, o que nos parece manifestamente pouco para que possa ser efectivada uma politica desportiva real, acrescentando a este facto que na maioria das vezes esses técnicos acumulam funções de coordenação e assessoria com funções de intervenção directa;

- Apuramos que em apenas uma das dez autarquias tem um Plano de Desenvolvimento desportivo Municipal, existindo no entanto mais cinco com documentos reguladores, sendo na sua maioria planos de actividades anuais, deste modo podemos concluir que quase a totalidade das autarquias não tem um programa estruturado para desenvolver o desporto no seu concelho, no entanto existe por parte de algumas autarquias a constatação deste problema e por isso já solicitaram a elaboração de Planos de Desenvolvimento Desportivo Municipal, o que é, para nós sem dúvida muito positivo;

- Verificamos que das autarquias que possuíam documentos de suporte intervenção no que respeita ao desporto, a maioria faz referênci a uma intervenção regular no 1º ciclo do ensino básico e no pré-escolar, embora não tenham a periodicidade que julgamos necessária.

Quanto à intervenção das autarquias no desenvolvimento das actividades físicas e desportivas para o 1º ciclo do ensino básico, observamos o seguinte:

- Constatamos que a maioria das autarquias por nós estudadas apresentam um programa específico para o desenvolvimento das actividades físicas e desportivas para o 1º ciclo do ensino básico, facto que consideramos positivo;
- Não existe por parte das autarquias uma preocupação com a formação dos docentes deste nível de ensino;
- Em metade dos municípios existe um acompanhamento dos professores do 1º ciclo do ensino básico por parte dos professores dos agrupamento de escolas onde estão integrados, sendo que este apoio passa também pela leccionação das aulas de Expressão e Educação Físico Motora, o que podemos considerar discutível uma vez que não respeita o regime de mono docência que caracteriza este nível de ensino;
- Apenas uma pequena minoria das autarquias não utiliza técnicos contratados para apoiarem os professores deste nível de ensino, existindo mesmo a leccionação de aulas de Expressão e Educação Físico Motora por parte desses técnicos, ainda que exista de todo uma cobertura total, sendo ainda de salientar que muitas vezes os conteúdos leccionados não são os que constam nos programas deste nível de ensino;
- No que respeita aos espaços para a prática de actividades físicas e desportivas nas escolas do 1º ciclo do ensino básico, e mais propriamente de espaços descobertos, em apenas um dos municípios foi verificada a inexistência desses espaços, já no que respeita a espaços cobertos a situação não apresenta as mesmas características, pois mais de metade dos

municípios referiram que estas escolas não possuíam tais espaços, o que é sem dúvida um facto negativo, pois apesar de existir cada vez uma maior utilização por parte das escolas do 1º ciclo do ensino básico, das instalações desportivas das escolas dos outros níveis de ensino que pertencem ao seu agrupamento ou instalações camarárias, na realidade esta utilização ainda não é uma realidade para muitas, havendo muitas vezes o problema das deslocações dos alunos, com os problemas organizativos que acarreta, e com o tempo que toma, fazendo com que exista na maioria dos casos apenas uma sessão desta área por semana, o que é manifestamente pouco;

- Todas as autarquias do universo por nós estudado cedem transportes para que os alunos possam utilizar as suas instalações desportivas de uma forma gratuita, existindo apenas a excepção de uma autarquia, a qual não cede de uma forma gratuita as suas instalações, no entanto tendo em conta a totalidade consideramos estes factos muito positivos.

Quanto à intervenção das autarquias no desenvolvimento das actividades físicas e desportivas nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública apuramos as seguintes conclusões:

- No que respeita à existência de programas específicos de desenvolvimento das actividades físicas e desportivas no ensino pré-escolar apenas um terço das autarquias inquiridas o possuem, existindo a intenção de um dos outros municípios em o realizar, parece-nos no entanto insuficiente;
- Do universo que inquirimos constatamos que não existe qualquer formação realizada pelas autarquias, tendo como público-alvo os educadores de infância. Em apenas um dos municípios existe acompanhamento de professores dos agrupamentos de escolas, os educadores de infância nas sessões de motricidade infantil orientada, e em

duas das dez autarquias esse apoio é dado por técnicos contratados pelo município, o que retrata um pouco a situação de relativo abandono existente neste sector da educação onde se sabe que é necessário dar às crianças muitas oportunidades de prática para que exista um desenvolvimento adequado em todas as áreas, não sendo a motora uma excepção;

- Apuramos que a maioria dos estabelecimentos de ensino pré-escolar da rede pública detêm espaços descobertos que permitem a realização de sessões de motricidade infantil orientada;
- Relativamente a parques infantis nas ditas instituições do universo de respostas recolhido apenas dois terços das escolas deste nível de ensino apresentam este equipamento;
- No que diz respeito a instalações cobertas permitindo estas a realização de sessões de motricidade, sensivelmente metade destes estabelecimentos possuem esta instalação sendo no entanto a nosso ver manifestamente insuficiente;
- A maioria dos municípios disponibiliza instalações desportivas camarárias e transportes para este nível de ensino existindo por isso diferenças significativas quando comparamos a disponibilidade aqui representada (muito menor) com aquela que encontramos no 1º ciclo do ensino básico.

No que respeita à intervenção das autarquias nas actividades físicas e desportivas, fora do âmbito escolar e direccionadas para as crianças verificamos o seguinte:

- Quase a totalidade das autarquias prestam apoio a associações e clubes desportivos especificamente para a formação desportiva, aspecto positivo e de salutar;
- Todos os municípios prestam apoio aos clubes e associações desportivas;
- A maioria das autarquias inquiridas organiza de uma forma autónoma ou em parceria férias desportivas;
- A totalidade dos municípios organiza actividades desportivas sendo que a maioria o faz tendo em vista duas perspectivas, o espectáculo desportivo e a participação dos munícipes;
- Com apenas uma excepção todas as autarquias realizaram obra no que concerne à criação de espaços desportivos informais, pelo que concluímos que existe alguma preocupação na qualificação do espaço, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações.

Não tendo obtido dados referentes aos orçamentos camarários para a educação e para o desporto com uma excepção, podemos dizer que muitas autarquias não forneceram informação sobre esta matéria.

Podemos realçar neste estudo, como principais conclusões os seguintes pontos:

- 1- Existe uma diminuição acentuada da população nos concelhos do interior desta sub-região, havendo uma maior concentração nos concelhos do litoral;
- 2- A maioria das autarquias tem Pelouros da Educação e Desporto estruturados, tendo no entanto poucos recursos;
- 3- Apenas uma autarquia tem um Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal;
- 4- A maioria das autarquias por nós estudadas apresentam um programa específico para o desenvolvimento das actividades físicas e desportivas para o 1º ciclo do ensino básico, facto que não acontece com o ensino pré-escolar;
- 5- As autarquias prestam apoio a associações e clubes desportivos especificamente para a formação desportiva;
- 6- A maioria das autarquias organiza actividades desportivas vocacionadas para a participação dos munícipes;
- 7- Com a apenas uma excepção todas as autarquias criaram espaços desportivos informais para a população em geral.

Recomendações

Como notas finais gostaríamos de realçar que existe um longo percurso a realizar para que exista uma real efectivação da actividade física, quer no 1º ciclo do ensino básico quer no ensino pré-escolar. Parece-nos evidente que ao nível das autarquias será necessário uma dotação de técnicos com formação real no domínio da educação e no desporto, que permitam elaborar junto com os responsáveis políticos uma estratégia, sendo para isso necessária a elaboração de dois documentos essenciais, a Carta Educativa e o Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal.

Outro factor essencial reporta-se ao funcionamento e consequências reais das deliberações dos conselhos municipais de educação, que deveriam promover a articulação entre as autarquias e o sistema educativo, para que exista uma maior eficácia na persecução dos objectivos que perseguem.

No fim deste trabalho fica a noção que muito há a investigar dada a complexidade e o emaranhado das variáveis que vão surgindo e que são de inquestionável importância para melhor conhecer a realidade por nós estudada.

Como dissemos numa determinada altura, a curiosidade existe e ela fará com que encetemos mais projectos de investigação, com a esperança de encontrar uma realidade alterada para melhor!

Bibliografia

- Almeida, J. e Pinto, J. (1982). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Vila da Feira. Editorial Presença, Lda.
- Armstrong, N.; Constantino, J.; Piéron, M. (1998). *A Educação Para a Saúde. O Papel da Educação Física na Promoção de Estilos de Vida Saudáveis*. Lisboa. Omniserviços.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa. Edições 70.
- Bento, J. O. (1992). *O Corpo no Pedagogia do Desporto*. Horizonte. Revista de Educação Física e Desporto, Vol. VIII, n.º 50.
- Branco, P. (1994). *Município e o Desporto: Contributo para Definição de um Modelo Integrado de Desenvolvimento Desportivo, Centrado na Autarquia e Dirigido a Crianças e Jovens em Idade Escolar*. Porto. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade do Porto.
- Carvalho, A. (1994). *Desporto e Autarquias Locais – Uma Nova Via para o Desenvolvimento Desportivo Nacional*. Porto. Coleção Campo do Desporto – 1. Campo das Letras – Editores, S. A..
- Carvalho, G. S. (2002). *Literacia Para a Saúde*. Braga. Actas do colóquio internacional de saúde e discriminação social.
- Constantino, J. (1990). *Políticas de Desenvolvimento Desportivo nas Autarquias*. Oeiras. Edição Câmara Municipal de Oeiras.

- Constantino, J. M. (1993). *O Desporto e a Cultura do Tempo Livre*. In: Bento, J., Marques, A. (Eds.). *A Ciência do Desporto a Cultura e o Homem*. Porto. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física – Universidade do Porto. pp. 53-59
- Constantino, J. M. (1994) *Desporto e Municípios*. Lisboa. Livros Horizonte
- Constantino, J. M., (1994), *A criança e o jogo – Papel dos Municípios*. Horizonte, Vol. XI, n.º 63, pp. 115-118.
- Costa, D. (1997). *A influência da actividade física nos níveis de saúde, condição física e hábitos de saúde*. Horizonte, Revista de Educação Física e desporto. Vol. XIII, n.º 77, Dossier
- Cunha, L. (1997), *O Espaço, o Desporto e o Desenvolvimento*, Lisboa, U. T. L., Faculdade Motricidade Humana. pp. 40
- Duarte, A. M. (1990). *A prática desportiva como ocupação dos tempos livres: um passatempo ou uma necessidade?* In: Bento, J.; Marques, A. (Eds), *Desporto, Saúde e Bem Estar*. Actas das jornadas científicas. Porto. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto pp. 187-192
- Falé, P. (2000). *Espaços Lúdico-Desportivos para a Infância. Estudo das rotinas das crianças nos espaços de lazer*. Porto. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade do Porto.

Ferrão A. (1999). *O papel das autarquias no desenvolvimento da actividade física e desportiva dentro e fora das escolas do 1º ciclo do ensino básico da área educativa de Viseu*. Porto. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade do Porto.

Ferreira, M. e Lopes R. (1999). *Desporto*. Porto. Areal Editores.

Filho, A. R. (1997). *Uma análise da literatura referente à definição de esporte*. In: Marques, A.; Pristo, A.; Junior, A. (Eds) *Educação Física: Contexto e Inovação*. Actas do V Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa (1º Volume). Porto. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física – Universidade do Porto. pp. 253-259

Gomes, P. (1992). *Aspectos Metodológicos do Ensino dos Jogos Desportivos Colectivos. Educação Física na Escola Primária*. Vol. II. FCDEF-UP, Gabinete de Pedagogia do Desporto e Câmara Municipal do Porto, Pelouro do Fomento Desportivo (Ed.). 43-57.

Instituto Nacional de Estatística (2003), Censos 2001, Lisboa, INE.

Larraz, A. (1988). *El Condicionamiento de Zonas de Juego para Niños*. Apunts: Revista de Educación Física y Deportes, 13, pp. 3-6.

Marivoet, S. (2001). *Hábitos Desportivos da População Portuguesa*. Lisboa. Ministério da Juventude e do Desporto/Instituto Nacional da Formação.

Matos, Z. (1992). *A Aula de Educação Física. Educação Física na Escola Primária*. Vol. II. FCDEF-UP, Gabinete de Pedagogia do Desporto e Câmara Municipal do Porto, Pelouro do Fomento Desportivo (Ed.). 19-31.

- Mota, J. (1997). *A Actividade Física no Lazer*. Lisboa. Livros Horizonte, Lda.
- Mota, J.; Rodrigues, S. (1999), *Jogo e espaços lúdicos infantis*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.
- Neto, C. (1979). *A Criança, o Espaço e Desenvolvimento Motor*. Ludens, Vol. 3 n.º 2/3, Janeiro/Junho, pp. 35-44.
- Nunes, M., (1997), *Os grandes desafios da autarquia no âmbito do desporto – Uma proposta de elaboração de um plano de desenvolvimento desportivo municipal*, Horizonte, Vol. XV, n.º 89, pp. 33-39.
- Oliveras, E. (1998). *Juegos Cooperativos: Juegos para el Encuentro*. Buenos Aires. Educación Física y Deportes. Año 3, N° 9.
- Pereira, J. (1998). *O Papel dos Municípios no Desenvolvimento do Desporto Nacional*. Lisboa. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana
- Pereira, B. O. (coord.) (2002a) *Espaços de Lazer para a Infância na Região do Norte. Minho Lima e Alto Trás-os-Montes*. Porto. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), A Situação do Norte no Domínio Social, vol. 8.
- Pereira, B. O. (coord.) (2002b) *Espaços de Lazer para a Infância na Região do Norte. Ave e Cávado*. Porto. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), A Situação do Norte no Domínio Social, vol. 7.

- Pereira, B. (2004). *Children's playground accessibility in the North of Portugal*. World Leisure. n.º 1/2004. pp.38-45.
- Pereira, B. Falé, P. (2004). *Parques Infantis. Oferta Pública na Sub-região do Grande Porto*. Horizonte, Vol. XIX, n.º 113, Maio - Junho, pp. I-VIII.
- Pereira, B. (2005). *Do Desporto ao Lazer. Oferta de Espaços Lúdicos, Desportivos, Culturais e Verdes no Norte de Portugal*. Lisboa. Instituto do Desporto de Portugal.
- Pires, G. (1989). *A Estrutura e a Política Desportiva – O Caso Português: Estudo da Intervenção do Aparelho Estatal no Sistema Desportivo Português*. Lisboa. Tese de Doutoramento. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Educação Física.
- Pires, G. (2000). *Desenvolvimento Organizacional. Gestão do Desporto, Documentação de apoio à disciplina de Desenvolvimento Organizacional*.
- Quina, J. (1994). *Preparação, realização e análise / avaliação do ensino em Educação Física no Primeiro Ciclo do Ensino Básico*. Bragança. Ed. Instituto Politécnico de Bragança.
- Quivy, R. e Compenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.
- Ribeiros, L., (1995), *Jogo e Playgrounds – A Segurança dos Parques Infantis nos Conselhos de Almada e Seixal*, Lisboa, Monografia para a obtenção do grau de Licenciatura em Educação Física e Desporto, U. T. L., Faculdade de Motricidade Humana, pp. 8-25.

Sarmiento, P (1989). *Espaço e Actividades Motoras*. Cadernos de Educação de Infância, n.º 9, pp. 21-22.

Serra, P. (1997). *Espaços de Jogo Infantil/Recreio – Projecto de Alteração de um Espaço de Recreio Escolar*, Horizonte, Vol. XIV, n.º 79, pp. 21-28.

<http://portugal.veraki.pt> – 8-6-2005

<http://www.anmp.pt> – 8-2-2004

Legislação Consultada

Constituição da República Portuguesa, 4.^a Revisão, (1997). Lisboa. Ed. Assembleia da República, Divisão de Edições.

Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho

Aprova a Lei de Bases do Desporto, definindo os princípios fundamentais e a coordenação política desportiva por parte do Governo.

Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro

Aprova a Lei de Bases do Sistema Desportivo, definindo os seus princípios fundamentais e a coordenação política desportiva por parte do Governo. Revogada pela Lei n.º 30/2004, de 26 de Julho.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro

Aprova a Lei de Bases do Sistema Educativo, definindo os seus princípios fundamentais e estabelece o quadro geral do sistema educativo.

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro

Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Decreto-Lei n.º 385/99, de 28 de Setembro,

Define o regime da responsabilidade técnica pelas instalações desportivas abertas ao público e actividades aí desenvolvidas.

Decreto-Lei n.º 89-A/98 de 7 de Abril

Estabelece a regulamentação para o desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar pública e privada definindo o respectivo financiamento.

Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro

Regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implementação, a concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio.

Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de Novembro

Estabelece o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público, independentemente da sua titularidade ser pública ou privada.

Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho

Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar pública e privada e define o respectivo sistema de organização e financiamento.

Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março

Regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas, tendo em vista a salvaguarda das condições técnicas e de segurança.

Decreto-Lei n.º 334/91, de 6 de Setembro

Veio enquadrar a gestão do parque escolar, com o intuito de permitir o seu uso pela comunidade envolvente.

O Decreto-lei n.º 116/84, de 6 de Abril

Descreve os princípios orientadores da organização de um Serviço Municipal de Desporto.

Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março

Aprova a Lei das Autarquias Locais, definindo a consagração da autonomia das autarquias e da descentralização da Administração Pública, definindo as atribuições e competências dos seus órgãos.

Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 16 de Dezembro

Aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos

Portaria n.º 68/89, de 31 de Janeiro

Regulamenta a gestão do parque desportivo escolar no que respeita às condições de utilização das instalações sócio-desportivas.

Portaria n.º 379/98, de 2 de Julho

Publica a lista dos normativos europeus, projectos normativos e outras especificações técnicas relativas à concepção e fabrico de equipamentos e superfícies de impacto.

Índice de Anexos

Anexo 1 – Questionário

Anexo 2 – Carta de Apresentação

Anexo 3 – Principal Legislação Consultada

Anexo 1

QUESTIONÁRIO

Intervenção da Autarquia na Actividade Física Escolar

Questionário com o objectivo de identificar as formas de intervenção das Autarquias no processo de desenvolvimento de actividades físicas e desportivas no Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Na resposta considere o espaço temporal correspondente aos anos lectivos de 2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE

	Nº Freg.	Nº de Escolas Básicas de 1º Ciclo	Nº de Estabelecimentos Educação Pré-Escolar
Urbanas	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Rurais	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Total	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

I – ESTRUTURA DE ENQUADRAMENTO

1 – A Câmara tem um pelouro de Educação estruturado (entendido como estrutura orgânica e funcional de suporte à intervenção)? SIM NÃO

2 - A Câmara tem um pelouro de Desporto estruturado (entendido como estrutura orgânica e funcional de suporte à intervenção)? SIM NÃO

3 – Existe um Vereador da Educação? SIM NÃO
Outra situação? Qual? _____

4 – Existe um Vereador do Desporto? SIM NÃO
Outra situação? Qual? _____

5 – Qual é a entidade que presta os serviços relacionados com a Educação e o Desporto?

	Educação	Desporto
Município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Empresas Municipais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Instituições Privadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras	<input type="checkbox"/> Qual? _____	<input type="checkbox"/> Qual? _____

6 - No pelouro do Desporto existem Técnicos Desportivos (Professores de Educação Física, Treinadores ou Animadores)? SIM NÃO

7 – Em caso afirmativo indique o tipo de funções e o n.º de elementos:

		Nº			Nº
Coordenação / assessoria	Tempo Integral	<input type="checkbox"/>	“Intervenção directa”	Tempo Integral	<input type="checkbox"/>
	Tempo Parcial	<input type="checkbox"/>		Tempo Parcial	<input type="checkbox"/>
	Destacado	<input type="checkbox"/>		Destacado	<input type="checkbox"/>
	Funcionário Camarário	<input type="checkbox"/>		Funcionário Camarário	<input type="checkbox"/>
	Outra	<input type="checkbox"/>		Outra	<input type="checkbox"/>
Qual?	_____		Qual?	_____	

8 – Caso existam técnicos cuja função seja “intervenção directa”, tipifique, em traços gerais as suas atribuições:

Leccionação de Expressão e Educação Físico Motora no 1º Ciclo	<input type="checkbox"/>
Leccionação de Motricidade Infantil no Pré-Escolar	<input type="checkbox"/>
Outras	<input type="checkbox"/>
Qual? _____	

9 – A Câmara possui um documento de suporte à sua intervenção neste domínio, designadamente um “Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal”? SIM NÃO
Qual? _____

Em caso afirmativo, indique se os principais objectivos desse documento passam por:

9.1 – Todas Escolas as de 1º Ciclo terem pelo menos uma sessão semanal de Expressão e Educação Físico Motora. SIM NÃO

9.2 - Todos os Estabelecimentos de educação Pré-Escolar da rede pública terem pelo menos uma sessão semanal de Motricidade Infantil Orientada SIM NÃO

II – ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, nos três últimos anos lectivos (2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004).

1 – Existe algum programa específico para o desenvolvimento das actividades físicas e desportivas para 1º Ciclo? SIM NÃO

Níveis e tipos de intervenção dentro das Escolas Básicas do 1º Ciclo:

2– Acompanhamento e formação dos professores do 1º Ciclo ao nível da Expressão e Educação Físico Motora:

NÃO
SIM Especifique: _____

3 – Existe o acompanhamento das actividades realizadas por professores de educação física do agrupamento?

NÃO N° freg.
SIM Apoio aos docentes do 1ºCiclo
SIM Leccionação no 1º Ciclo

4 – Existe apoio de professores de educação física/animadores/monitores contratados pelo Município?

NÃO N° freg.
SIM Apoio aos docentes do 1ºCiclo
SIM Leccionação no 1º Ciclo

5 – Todas as escolas têm espaços descobertos para a prática de actividades físicas desportivas?

	Nº Escolas					Nº Escolas			
SIM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6 - Todas as escolas têm espaços cobertos para a prática de actividades físicas desportivas?

	Nº Escolas					Nº Escolas			
SIM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7 – Houve cedência gratuita de instalações desportivas municipais (pavilhões, campos de jogos, piscinas, outras) para actividades curriculares e de complemento curricular (Actividades de Tempos Livres e Desporto Escolar):

NÃO N° Escolas
SIM Especifique: _____

8 – Houve cedência gratuita de transporte para esses locais:

NÃO Regular Esporádica
SIM

III – ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA, nos três últimos anos lectivos (2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004).

1 – Existe algum programa específico para o desenvolvimento das actividades físicas e desportivas para os Estabelecimentos de educação Pré-Escolar da rede pública? SIM NÃO

Níveis e tipos de intervenção dentro dos Estabelecimentos de educação Pré-Escolar da rede pública:

2 – Acompanhamento e formação dos Educadores de Infância no que respeita aos princípios orientadores da Motricidade Infantil:

NÃO
SIM Especifique: _____

3 – Existe o acompanhamento das actividades realizadas por professores de educação física do agrupamento? Nº freg.

NÃO
SIM Apoio aos Educadores de Infância
SIM Orientação de sessões de motricidade

4 – Existe apoio de professores de educação física/animadores/monitores contratados pelo Município? Nº freg.

NÃO
SIM Apoio aos Educadores de Infância
SIM Orientação de sessões de motricidade

5 – Todos os Estabelecimentos de educação Pré-Escolar têm espaços descobertos para a Motricidade Infantil?

	Nº Estabelecimentos						Nº Estabelecimentos				
SIM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6 – Todos os Estabelecimentos de educação Pré-Escolar têm Parque Infantil?

	Nº Estabelecimentos						Nº Estabelecimentos				
SIM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7 - Todos os Estabelecimentos de educação Pré-Escolar têm espaços cobertos para a Motricidade Infantil?

	Nº Estabelecimentos						Nº Estabelecimentos				
SIM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8 – Houve cedência gratuita de instalações desportivas municipais (pavilhões, campos de jogos, piscinas, outras) para actividades curriculares e de complemento curricular (Actividades de Tempos Livres e Desporto Escolar):

Nº Estabelecimentos
NÃO
SIM Especifique: _____

8.1 – Houve cedência gratuita de transporte para esses locais:

NÃO
SIM Regular Esporádica

IV – FORA DO ÂMBITO ESCOLAR ATÉ AOS 18 ANOS, nos três últimos anos lectivos (2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004).

1 – Apoio às Associações/Clubes Desportivos na formação desportiva (financiamento por criança/jovem federado):

NÃO
SIM Especifique: _____

2 – Apoio a Clubes Desportivos e Associações:

NÃO
SIM Especifique: _____

3 – Organização de Férias Desportivas:

NÃO
SIM Especifique: _____

4 – Organização de actividades desportivas:

NÃO
SIM Especifique: _____

5 – Criação de espaços desportivos informais:

NÃO
SIM Especifique: _____

COMENTÁRIOS:

V – INDICADORES FINANCEIROS GLOBAIS (ANOS DE 2001/2002/2003/2004)

	2001	2002	2003	2004
Orçamento geral da Câmara (em milhares de euros)				
Orçamento do Pelouro da Educação (em milhares de euros)				
Orçamento do Pelouro do Desporto (em milhares de euros)				

(Nome e cargo do responsável pela informação)

Gratos pela atenção dispensada.

Anexo 2

CARTA DE PRESENTAÇÃO

Exmo. Senhor Presidente da
Câmara Municipal de
Dr.

ASSUNTO: *Estudo sobre a intervenção Autárquica no Pré Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico.*

No âmbito da tese de dissertação do Mestrado em Estudos da Criança, na Especialização em Educação Física e Lazer do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, estamos a desenvolver um estudo sobre a intervenção das Autarquias na Motricidade Infantil no Pré-escolar e Expressão Físico Motora no 1º Ciclo do Ensino Básico, com o objectivo de identificar as formas de intervenção das Autarquias da Região Norte, Minho Lima (NUTS III), no processo de desenvolvimento de actividades físicas e desportivas nos Jardins-de-infância e nas Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico, para os anos lectivos de 2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004.

Na sequência do exposto solicitamos a Vossa Excelência uma entrevista com o Político ou Responsável Técnico pela área da Educação, prevendo-se que a duração da mesma não exceda 1 hora.

Certos de uma resposta breve, agradecemos antecipadamente a atenção dispensada.

Braga, 9 de Fevereiro de 2004

Com os melhores cumprimentos,

A Orientadora da Tese

O Mestrando

(Prof. Doutora Beatriz Pereira)

(Dr. Jorge Dantas)

Anexo 3

